

EIA

Estudo de Impacto Ambiental

APÊNDICE I Tratativas com os órgãos
intervenientes

LT 525 kV AREIA·JOINVILLE SUL

Outubro, 2019



Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC

SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A

Brasília – Distrito Federal

CEP: 70.818-900

At.: Sra. Cláudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres
(CGLin)

Ref.: **LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1**
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

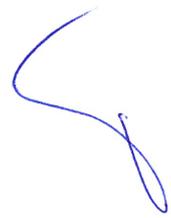
Solicitante: EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Resposta ao Ofício 454/2018/CODUT/CGLIN/DILIC/IBAMA e solicitação de retificação da FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE - FCA- Processo nº 02001.037911/2018-45.

Prezada Senhora,

Fazendo referência ao Processo nº 02001.037911/2018-45, da empresa EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A e a reunião ocorrida em 29/01/2019, na sede desse Instituto, solicitamos a retificação da FCA, protocolado em 19/12/2018, referente ao empreendimento em epígrafe, conforme documentos a seguir:

- Ficha de Caracterização de Atividade - FCA atualizada conforme informações do site do IBAMA, que seguem no Anexo 1, dessa correspondência e que foi realizada “online”, no Sistema IBAMA, sob a ótica de não gerar um novo número de Processo;
- Atualização das informações e da localização do empreendimento e da área de estudo, uma vez que o empreendimento apresentado no FCA retificado foi acrescido de trechos de LTs e SEs. Sendo assim, no Anexo 2, desta correspondência é encaminhado em .kml e .shp, contendo as atualizações necessárias e visando as providências cabíveis.



Outrossim, informamos a nova configuração do empreendimento, a saber:

TRECHO	ESTUDO	ÓRGÃO
LT 525 kV Areia - Joinville Sul	EIA/RIMA	IBAMA
LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2	EIA/RIMA	IBAMA
LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu	EIA/RIMA	IBAMA
LT 230 kV Itajaí - Itajaí 2 C1 e C2 - CS	EIA/RIMA	IMA
Trecho de LT em 525 kV entre SE Joinville Sul e a LT Curitiba - Blumenau - C1	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 525 kV entre SE Joinville Sul e a LT Curitiba Leste - Blumenau - C1	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 230 kV entre SE Joinville Sul e a LT Blumenau - Joinville C1	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 230 kV entre SE Jaraguá do Sul e a LT Blumenau - Joinville Norte	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 230 kV entre SE Joinville Sul e a LT Joinville - Joinville Norte C1	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 230 kV entre SE Joinville Sul e a LT Blumenau - Joinville Norte C1	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 230 kV entre SE Jaraguá do Sul e a LT Blumenau - Joinville C1	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 138 kV entre SE Itajaí 2 e a LT Camboriú Morro do Boi - Itajaí	EIA/RIMA	IBAMA
Trecho de LT em 138 kV entre SE Itajaí 2 e a LT Itajaí Fazenda - Itajaí	EIA/RIMA	IBAMA
SE Joinville Sul 525/230/138 kV	EIA/RIMA	IBAMA
SE Itajaí 2 525/230/138 kV	EIA/RIMA	IBAMA
SE Jaraguá do Sul 230/138 kV	EIA/RIMA	IBAMA

Isto posto, entendemos que para facilitar a nomeação do empreendimento, sugerimos os pontos equidistantes lineares para nomeá-lo de forma mais clara e facilitada: LT Areias - Biguaçu e Subestações Associadas. Destacamos que a sugestão acima, poderá ser avaliada e modificada por este IBAMA a qualquer momento.

Informamos ainda que de acordo com a reunião ocorrida em 29/01/2019 e o teor do último parágrafo do Ofício 454/2018/CODUT/CGLIN/DILIC/IBAMA aguardamos o agendamento de vistoria pela equipe do IBAMA para a emissão do Termo de Referência do empreendimento em tela.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

R/ Sabella Fortes */ Erani Costa*

EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: Os citados.



nº sei - 4463565
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
DILIC/COASP/CGEAD
em: 25/02/19
às: 12:13 horas
Assinatura: Jaqueline

Brasília, 25 de fevereiro de 2019.
CO-090-17

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
Brasília – Distrito Federal
CEP: 70.818-900

At.: Sra. Cláudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres
(CGLin)

Ref.: **LT Areia - Biguaçu e Subestações Associadas**
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Minuta de Termo de Referência (TR) para a elaboração de Estudos Ambientais – EIA/RIMA da LT Areia - Biguaçu e Subestações Associadas.

Prezada Senhora,

Em atenção ao processo de licenciamento ambiental em epigrafe da empresa EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A, informamos que após análise de enquadramento para a elaboração dos estudos ambientais, de acordo com Art. 3º Inciso II da Portaria nº 421/2011, o empreendedor informa que seguirá o rito de licenciamento ambiental ordinário, com a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Dessa forma, encaminhamos, em anexo, Minuta do TR da LT Areia - Biguaçu e Subestações Associadas, para análise e apreciação da equipe de analista ambientais deste IBAMA e de forma, a auxiliar a emissão oficial do referido documento.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A
Anexos: O citado.



Brasília, 12 de março de 2019.

CO-091-19

Ao

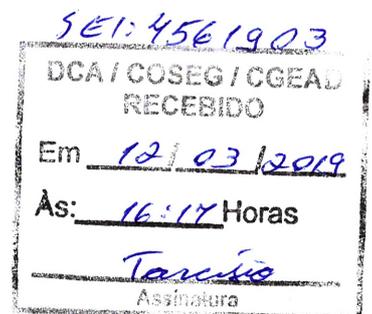
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
Brasília – Distrito Federal
CEP: 70.818-900

At.: • Sra. Cláudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres
(CGLin)
Sr. Liceros Alves dos Reis
Coordenador de Licenciamento Ambiental de Dutos e Sistemas de Transmissão de Energia
(CODUT)

Ref.: **LT 525 kV Areia - Joinville Sul**
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: **EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.**
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Resposta ao Ofício 062/CODUT/CGLIN/DILIC -LT 525 kV Areia - Joinville Sul



Prezados,

Em atenção ao processo de licenciamento ambiental em epígrafe da empresa EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A, e em resposta ao Ofício 062/CODUT/CGLIN/DILIC, seguem os seguintes documentos referentes ao item 2.1 do supracitado ofício, a saber:

- DESPACHO Nº 277, DE 31 DE JANEIRO DE 2019, que habilita as empresas vencedoras do Leilão ANEEL 004/2018 (ANEXO 1) e
- Cópia do Diário Oficial no 36, de 20/02/2019, que homologa a Neoenergia, como vencedora do Lote 1 do Leilão ANEEL 004/2018 (ANEXO 2).

Outrossim, confirmamos conforme contatos mantidos a realização de reunião no dia 12/03/2019 às 14h30, na sede desse instituto, de forma a apresentamos o empreendimento e assim, esclarecemos dúvidas relacionadas a retificação do FCA, estrutura do empreendimento e demais ações futuras necessárias e aplicáveis a continuidade do processo de licenciamento ambiental.



Aproveitamos para informar que o empreendimento supracitado possui, aproximadamente, 627 km de extensão, passando por 29 municípios: Antônio Carlos, Balneário Piçarras, Barra Velha, Biguaçu, Brusque, Canelinha, Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Ilhota, Itajaí, Jaraguá Do Sul, Joinville, Luiz Alves, Mafra, Massaranduba, Navegantes, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, São João Batista, São João Do Itaperiú, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná. É constituído pelos conjuntos de linhas, subestações associadas e seccionamentos:

- LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1; CS (282 km);
- LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí II C1; CS (80,80 km);
- LT 525 kV Itajaí II - Biguaçu C1; CS (72,2 km);
- LT 230 kV Itajaí - Itajaí II C1; CS (9,9 km);
- LT 230 kV Itajaí - Itajaí II C2; CS (9,9 km);
- SECC LT 525 kV Curitiba - Blumenau para SE Joinville Sul CD (34,6 km);
- SECC LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau para SE Joinville Sul - CD (33,3 km);
- SECC LT 230 kV Blumenau - Joinville Norte para SE Joinville Sul - CD (5,2 km);
- SECC LT 230 kV Blumenau - Joinville para SE Joinville Sul - CD (5,2 km);
- SECC LT 230 kV Joinville - Joinville Norte para SE Joinville Sul - CD (12,5 km);
- SECC LT 230 kV Blumenau - Joinville Norte para SE Jaraguá do Sul - CD (36,9 km);
- SECC LT 230 kV Blumenau - Joinville para SE Jaraguá do Sul - CD (36,9 km);
- SECC Camboriú Morro do Boi - Itajaí para SE Itajaí 2 - CD (4,3 km);
- SECC Itajaí-Fazenda para SE Itajaí 2 - CD (3,3 km);
- SE 525/230/138 kV Joinville Sul - 525/230 kV - (9+1Res) x 224 MVA e 230/138 kV - 2 x 225 MVA;
- SE 230/138 KV Jaraguá do Sul - 2 x 225 MVA e
- SE 525/230/138 kV Itajaí 2 - 525/230 kV (6+1Res) x 224 MVA e 230/138 kV - 2 x 225 MVA.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A
Anexos: Os citados.



N.º sei. 4895 818
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Im: 23/04/19
D: 16:37 horas.
Assinatura

Brasília, 23 de abril de 2019.
CO-116-19

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
Brasília – Distrito Federal
CEP: 70.818-900

At.: Sra. Cláudia Jeanne da Silva Barros
• Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres (CGLin)

Ref.: **LT 525 kV Areia – Joinville Sul**
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Resposta ao Ofício nº 130/2019/CODUT/CGLIN/DILIC e solicitação de retificação da Ficha de Caracterização de Atividade – FCA – Processo nº 02001.037911/2018-45.

Prezada Senhora,

Fazendo referência ao Processo nº 02001.037911/2018-45, da empresa EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. e a reunião ocorrida em 12/03/2019, na sede deste Instituto, solicitamos a retificação da FCA, protocolada em 18/02/2019, referente ao empreendimento em epígrafe, conforme documentos a seguir:

- Ficha de Caracterização de Atividade – FCA atualizada conforme informações do site do IBAMA, que seguem no Anexo 1 dessa correspondência e que foi realizada “online”, no Sistema IBAMA, sob a ótica de não gerar um novo número de Processo;
- Atualização das informações e da localização do empreendimento e da área de estudo, uma vez que no empreendimento apresentado na FCA retificada foram removidos trechos de linhas de transmissão (LTs), subestações (SEs) e seccionamentos de acordo com os ajustes propostos por este Instituto no Ofício nº 130/2019/CODUT/CGLIN/DILIC. Sendo assim, no Anexo 2, desta correspondência é encaminhado em .kml e .shp, contendo as atualizações necessárias e visando as providências cabíveis.

Outrossim, informamos a nova configuração do empreendimento, a saber:

TRECHO	ESTUDO	ÓRGÃO
LT 525 kV Areia – Joinville Sul C1; CS	EIA/RIMA	IBAMA

Aproveitamos para informar que o empreendimento supracitado possui, aproximadamente, 282 km de extensão, passando por 16 municípios: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Destacamos que a sugestão acima poderá ser avaliada e modificada por este IBAMA a qualquer momento.



Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Isabela Monteiro Erami Bastos

EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: Os citados.



Brasília, 12 de junho de 2019.
CO-123-19

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
Brasília – Distrito Federal
CEP: 70.818-900

At.: Sra. Cláudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres (CGLin)

Ref.: **LT 525 kV Areia – Joinville Sul**
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Solicitação de Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio)

Anexos: **Anexo A:** Plano de Trabalho do Diagnóstico de Fauna
Anexo B: Ficha de Solicitação da Abio
Anexo C: Relação e Documentação do Coordenador (Responsável Técnico) e Equipe Técnica
Anexo D: Certificado de Regularidade do Empreendedor e Consultoria Ambiental
Anexo E: Carta de Aceite das Instituições que receberão o material biológico coletado
Anexo F: Documento que comprova instalações e capacidade operacional adequadas
Anexo G: Declaração das Clínicas Veterinárias
Anexo H: Arquivos digitais em .shp e .kml

Prezada Senhora,

Fazendo referência ao Processo nº 02001.037911/2018-45, a empresa EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., CNPJ: 28.443.452/0001-67, vem, por meio desta solicitar a Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio) para a realização dos levantamentos de dados primários de fauna previstas conforme Termo de Referência e Plano de Trabalho de Diagnóstico de Fauna para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental da LT 525 kV Areia – Joinville Sul.

Informamos que no âmbito do processo de licenciamento ambiental, o empreendimento em questão encontra-se em fase de estudo para obtenção da Licença Prévia por parte desse órgão.

Conforme determina a Instrução Normativa nº 8, de 14 de julho de 2017, segue, em anexo à esta Carta, os seguintes documentos que subsidiarão a análise do requerimento da Abio:

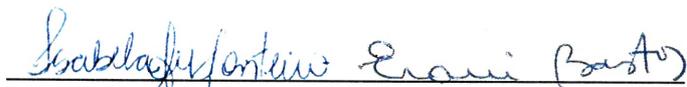
1. Plano de Trabalho do Diagnóstico de Fauna – **Anexo A**;
2. Ficha de Solicitação da Abio – **Anexo B**;
3. Relação da Equipe Técnica (RET) – **Anexo C**;
4. Certificado de Regularidade válido perante o Cadastro Técnico Federal, do empreendedor e consultorias responsáveis pelas atividades objeto da Abio– **Anexo D**;
5. Endereço eletrônico do currículo na plataforma Lattes com demonstração de experiência do Coordenador (Responsável Técnico) do PARF – **Anexo E**;
6. Carta(s) de aceite original(is) ou autenticada(s) da(s) instituição(ões) que receberá(ão) material biológico coletado – **Anexo F**;
7. Documento assinado por profissional(is) habilitado(s) que comprove que a base de triagem e reabilitação de animais silvestres possui instalações e capacidade operacional adequadas – **Anexo G**.
8. Arquivos digitais em shapefile e .kml do empreendimento, área de estudo e unidades amostrais – **Anexo H**.

Informamos ainda que, de acordo com o Art. 5º, Inc. III, que solicita:

“e) autorização (ões) do (s) proprietário (s), caso haja previsão de captura, coleta, soltura e/ou transporte de material biológico dentro dos limites de propriedades particulares - a autorização deverá ser nominal à empresa de consultoria e fazer referência ao empreendimento, ao tipo de atividade e ao período de execução desta”

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Representante Legal

EKKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.



Brasília, 28 de junho de 2019.
CO-136-19

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
Brasília – Distrito Federal
CEP: 70.818-900

At.: Sra. Cláudia Jeanne da Silva Barros
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres (CGLin)

Ref.: **LT 525 kV Areia – Joinville Sul**
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Retificação do Plano de Trabalho de Diagnóstico de Fauna e Flora para solicitação de Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio).

Prezada Senhora,

Fazendo referência ao Processo nº 02001.037911/2018-45, a empresa EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., CNPJ: 28.443.452/0001-67, vem, por meio desta retificar o Plano de Trabalho apresentado em 12 de junho de 2019 (CO-123-19), SEI 529577, com base na Memória de Reunião nº 20/2019-CODUT/CGLIN/DILIC.

Desta forma, apresentamos neste documento o Plano de Trabalho de Diagnóstico de Fauna e Flora retificado com os encaminhamentos realizados pelo IBAMA, com objetivo a obtenção da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico – Abio (Licença de fauna), para execução das atividades do inventário faunístico em campo, que compreendem metodologias de captura e coleta de animais silvestres para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental da LT 525 kV Areia – Joinville Sul.

Informamos que no âmbito do processo de licenciamento ambiental, o empreendimento em questão encontra-se em fase de estudo para obtenção da Licença Prévia por parte desse órgão.

Conforme determina a Instrução Normativa nº 8, de 14 de julho de 2017, segue, em anexo à esta Carta, os seguintes documentos:

-
1. Plano de Trabalho do Diagnóstico de Fauna e Flora
 2. Anexo I – Mapas
 3. Arquivos digitais do traçado da LT e das unidades amostrais com os transectos dos módulos amostrais em formato “.shp” e “.kml”.

Informamos que os demais anexos que subsidiam a análise do requerimento da Abio foram apresentados na CO-123-19, SEI 529577.



Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Isabela Fonteiro Erani (Basta)

Representante Legal

EKKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.



02070.00 4597/2019-81

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO/ICMBio

Recebido em 0305 20 19 às 01:58

Digital *Luciana Oliveira*

Campinas, 30 de abril de 2019.

CO-130-19

Ao

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)
EQSW 103/104, Bloco “C”, Complexo Administrativo – Setor Sudoeste
Brasília – DF
CEP: 70.670-350

At.: Sr. Luiz Felipe de Luca de Souza
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Ref.: LT 525 kV Areia – Joinville Sul
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Solicitação de “Nada Consta” do ICMBIO no âmbito do processo de licenciamento ambiental da LT 525 kV Areia – Joinville Sul.

Prezado Senhor,

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL procedeu, por meio do Leilão 04/2018, realizado em 20/12/2018, à licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de dezoito lotes, incluindo subestações e linhas de transmissão. Os vencedores de cada lote serão responsáveis pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos, pelo período de 30 anos.

A Empresa EKT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A venceu o Lote 01, que corresponde à instalação das diversas estruturas de Linhas de Transmissão e Subestações nos estados de Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, está o empreendimento supracitado, constituído pela LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1; CS (282 km).

O empreendimento possui aproximadamente 282 km de extensão, passando por 16 municípios: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Em subsídio ao processo de licenciamento ambiental deste empreendimento, vimos por meio desta encaminhar, em anexo, mapa do traçado do empreendimento com as unidades de conservação (UC) identificadas e respectivas distâncias para o traçado proposto, assim como arquivos digitais em formato “.shp” e “.kml”.

Há que se destacar o Art 1. da Resolução CONAMA nº 428/2010, que determina que o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), sujeitos a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural

(RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação. Essa resolução ainda determina, nesse mesmo artigo inciso §2º, que o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

Ressalta-se que, numa análise preliminar aos arquivos em anexo, depreende-se que na região do empreendimento estão presentes as seguintes unidades de conservação:

NÚMERO	CATEGORIA	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ESFERA	DISTÂNCIA DA LT (KM)	ZONA DE AMORTECIMENTO (KM)
1	USO SUSTENTÁVEL	APA ESTADUAL SERRA DA ESPERANÇA (PR)	ESTADUAL	0	-
2	PROTEÇÃO INTEGRAL	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BRACINHO (ADM. CELESC.) (SC)	ESTADUAL	1,66	0
3	USO SUSTENTÁVEL	RPPN ANO BOM (SC)	MUNICIPAL	2,78	-
4	USO SUSTENTÁVEL	RPPN PINHEIRINHO 23 (SC)	MUNICIPAL	3,15	-
5	USO SUSTENTÁVEL	FLORESTA ESTADUAL DE SANTANA (PR)	ESTADUAL	3,57	-
6	USO SUSTENTÁVEL	APA SERRA DONA FRANCISCA (SC)	MUNICIPAL	4,31	-
7	USO SUSTENTÁVEL	RPPN SANTUÁRIO RÃ-BUGIO II (SC)	FEDERAL	5,87	-
8	USO SUSTENTÁVEL	RPPN SANTUÁRIO RÃ-BUGIO I (SC)	FEDERAL	6,13	-
9	USO SUSTENTÁVEL	FLORESTA NACIONAL DE TRÊS BARRAS (SC)	FEDERAL	7,21	2
10	USO SUSTENTÁVEL	ARIE DA SERRA DO TIGRE (PR)	ESTADUAL	8,17	-
11	USO SUSTENTÁVEL	RPPN EMILIO FIORENTINO BATTISTELLA (SC)	MUNICIPAL	8,60	-
12	USO SUSTENTÁVEL	RPPN NATURAL HEINZ BAHR (SC)	FEDERAL	9,63	-
13	PROTEÇÃO INTEGRAL	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA (SC)	MUNICIPAL	12,81	2
14	USO SUSTENTÁVEL	ARIE MORRO DO IRIÚ (SC)	MUNICIPAL	14,35	0,3
15	USO SUSTENTÁVEL	RPPN CAETEZAL (SC)	FEDERAL	14,51	-



Cabe destacar que das quinze UC's apresentadas, nenhuma na esfera federal apresenta interferência direta e é interceptada pelo traçado em questão, o que nos dá a segurança jurídica necessária para solicitar dessa emérita Instituição a anuência ao projeto, atestando o "NADA CONSTA" para subsidiar a obtenção da Licença Prévia (LP) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA.

Tal declaração faz parte dos procedimentos dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA, órgão licenciador deste empreendimento, que, neste caso, mesmo ciente da não interferência em unidades de conservação em esfera federal, solicita a manifestação da Instituição competente para emissão da LP e, conseqüentemente, dar continuidade ao respectivo processo de licenciamento.

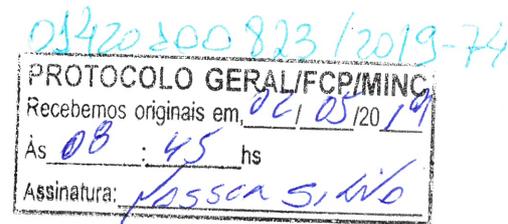
Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Representante Legal

EKKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.



Campinas, 30 de abril de 2019.
CO-129-19

À
Fundação Cultural Palmares – FCP
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA)
Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 256 – Edifício Toufic
Brasília – DF
CEP: 70.302-000

At.: Sra. Carolina Conceição Nascimento
Diretora do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

Ref.: LT 525 kV Areai – Joinville Sul
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Solicitação de “Nada Consta” da Fundação Cultural Palmares no âmbito do processo de licenciamento ambiental da LT 525 kV Areia – Joinville Sul.

Prezada Senhora,

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL procedeu, por meio do Leilão 04/2018, realizado em 20/12/2018, à licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de dezoito lotes, incluindo subestações e linhas de transmissão. Os vencedores de cada lote serão responsáveis pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos, pelo período de 30 anos.

A Empresa EKT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A venceu o Lote 01, que corresponde à instalação das diversas estruturas de Linhas de Transmissão e Subestações nos estados de Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, está a LT 525 kV Areia – Joinville Sul C1; CS (282 km).

O empreendimento possui aproximadamente 282 km de extensão, passando por 16 municípios: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Em subsídio ao processo de licenciamento ambiental deste empreendimento, vimos por meio desta encaminhar, em anexo, mapa do traçado do empreendimento com as comunidades quilombolas identificadas e respectivas distâncias para o traçado proposto, assim como arquivos digitais em formato “.shp” e “.kml”.

Há que se destacar o inciso II do § 2º do artigo 3º da Portaria Interministerial 060/2015, que presume interferência em Comunidade Quilombola (CQ) quando, em regiões distintas da Amazônia Legal, a linha de transmissão submetida ao processo de licenciamento ambiental localizar-se em CQ ou apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto no seu interior, quando não respeitados os limites de 5 km.



Após análise da base de dados disponível, depreende-se que na região do empreendimento estão presentes as seguintes comunidades quilombolas (CQ):

NÚMERO	COMUNIDADE QUILOMBOLA	DISTÂNCIA DA LT (KM)
1	Invernada Paiol de Telha (PR)	38,67
2	Campo dos Poli (SC)	122,33
3	Invernada dos Negros (SC)	159,89

Ressalta-se que após análise da base de dados disponível, apresentada em anexo, as comunidades quilombolas identificadas superam a distância mínima indicada no ANEXO I da Portaria Interministerial 060/2015, o que nos dá a segurança jurídica necessária para solicitar dessa emérita Instituição a anuência ao projeto, atestando o “NADA CONSTA” para subsidiar a obtenção da Licença Prévia (LP) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA.

Por fim, destaca-se que tal declaração faz parte dos procedimentos dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA, órgão licenciador deste Empreendimento, que solicita a manifestação da Instituição competente no quesito Comunidades Quilombola para emissão da LP e, conseqüentemente, dar continuidade ao respectivo processo de licenciamento.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Representante Legal

EKKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.



Campinas, 30 de abril de 2019.
CO-133-19

Ao

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento

Brasília – DF

CEP: 70.057-900

At.: Sr. Cletho Muniz de Brito
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Ref.: LT 525 kV Areia - Joinville Sul
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Recebido no Protocolo
Central - DAA-2.2-Incra
BSB 02/05/2019
As 09:59
Janara Paiva
Servidor

Assunto: Apresentação dos dados dos Projetos de Assentamento presentes nos municípios interceptados pelo empreendimento LT 525 kV Areia – Joinville Sul no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Prezada Senhor,

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL procedeu, por meio do Leilão 04/2018, realizado em 20/12/2018, à licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de dezoito lotes, incluindo subestações e linhas de transmissão. Os vencedores de cada lote serão responsáveis pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos, pelo período de 30 anos.

A Empresa EKT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A venceu o Lote 01, que corresponde à instalação das diversas estruturas de Linhas de Transmissão e Subestações nos estados de Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, está o empreendimento supracitado, constituído pela LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1; CS (282 km).

O empreendimento possui aproximadamente 282 km de extensão, passando por 16 municípios: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Em subsídio ao processo de licenciamento ambiental deste empreendimento, vimos por meio desta encaminhar, em anexo, mapa do traçado com os projetos de assentamento identificados e respectivas distâncias para o traçado proposto, assim como arquivos digitais em formato “.shp” e “.kml”.

Há que se destacar o inciso I, § 2º do artigo 3º da Portaria Interministerial 060/2015, que presume interferência em Projeto de Assentamento (PA) quando, em regiões distintas da Amazônia Legal, a linha de transmissão submetida ao processo de licenciamento ambiental localizar-se em PA ou apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto no seu interior, quando não respeitados os limites de 5 km.

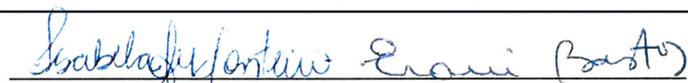
Ressalta-se que, numa análise preliminar depreende-se que na região do empreendimento estão presentes os seguintes Projetos de Assentamento (PA):

Número	Nome	Município	UF	Código	Distância da LT (km)
1	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN I- C	PINHÃO	PR	PR0066000	0,81
2	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN I-C	PINHÃO	PR	PR0066000	2,66
3	PA HERDEIROS ARGEMIRO DE OLIVEIRA	CANOINHAS	SC	SC0353000	4,11
4	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUINHÃO 1-A	PINHÃO	PR	PR0048000	5,37
5	PA HERANÇA DO CONTESTADO	MAFRA	SC	SC0350000	5,79
6	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN 1-G	PINHÃO	PR	PR0256000	6,95
7	PA FAXINAL DOS SILVERIOS	PINHÃO	PR	PR0073000	8,69
8	PA CRICIUMINHA	BITURUNA	PR	PR0191000	11,09
9	PA TRÊS ROSAS	RIO NEGRINHO	SC	SC0107000	11,70
10	PA DOMINGOS CARVALHO	RIO NEGRINHO	SC	SC0103000	12,17
11	PA BROMELIAS	ITAIOPOLIS	SC	SC0340000	13,30
12	PA JUSTINO DRANSZEVSKI	ARAQUARI	SC	SC0088000	26,36

Ressalta-se que os Projetos de Assentamento FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN I- C e HERDEIROS ARGEMIRO DE OLIVEIRA encontram-se a 0,81 km e 4,11 km de distância do traçado da LT, respectivamente, estão dentro da faixa de 5 km de distância do traçado, mas não são diretamente interceptadas por este. Tal declaração faz parte dos procedimentos dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA, órgão licenciador deste empreendimento, que solicita a manifestação da Instituição competente no gerenciamento do ordenamento da estrutura fundiária nacional para emissão da LP e, conseqüentemente, dar continuidade ao respectivo processo de licenciamento.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Representante Legal

EKKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.



Campinas, 11 de junho de 2019.
CO-134-19

Ao

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento

Brasília – DF

CEP: 70.057-900

At.: Sr. Cletho Muniz de Brito
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Ref.: LT 525 kV Areia - Joinville Sul
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Retificação à apresentação dos dados dos Projetos de Assentamento presentes nos municípios interceptados pelo empreendimento LT 525 kV Areia – Joinville Sul no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Prezado Senhor,

Fazendo referência ao Processo nº 54000.062002/2019-30, da empresa EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., CNPJ: 28.443.452/0001-67, e a Carta CO-133-19 protocolada em 02/05/2019, informamos que ocorreu um equívoco com documento anexo protocolado e desta forma, solicitamos a retificação da apresentação dos dados dos Projetos de Assentamento presentes nos municípios interceptados pelo empreendimento LT 525 kV Areia – Joinville Sul. Em anexo encaminhamos os documentos corretos a seguir:

- Mapa do traçado do empreendimento com os projetos de assentamento identificados na região e respectivas distâncias destes em relação ao traçado proposto.
- Pasta compactada com arquivos em formato .shp e .kml do traçado proposto e projetos de assentamento na região.

Aproveitamos para informar que no âmbito do processo de licenciamento ambiental, o empreendimento em questão encontra-se em fase de estudo para obtenção da Licença Prévia por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA. O empreendimento possui aproximadamente 282 km de extensão, passando por 15 municípios: Canoinhas, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Ressalta-se que, numa análise preliminar depreende-se que na região do empreendimento estão presentes os seguintes Projetos de Assentamento (PA):

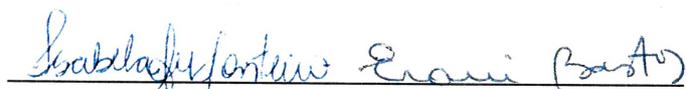
Número	Nome	Município	UF	Código	Distância da LT (km)
1	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN I- C	PINHÃO	PR	PR0066000	0,81
2	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN I-C	PINHÃO	PR	PR0066000	2,66

3	PA HERDEIROS ARGEMIRO DE OLIVEIRA	CANOINHAS	SC	SC0353000	4,11
4	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUINHÃO 1-A	PINHÃO	PR	PR0048000	5,37
5	PA HERANÇA DO CONTESTADO	MAFRA	SC	SC0350000	5,79
6	PA FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN 1-G	PINHÃO	PR	PR0256000	6,95
7	PA FAXINAL DOS SILVERIOS	PINHÃO	PR	PR0073000	8,69
8	PA CRICIUMINHA	BITURUNA	PR	PR0191000	11,09
9	PA TRÊS ROSAS	RIO NEGRINHO	SC	SC0107000	11,70
10	PA DOMINGOS CARVALHO	RIO NEGRINHO	SC	SC0103000	12,17
11	PA BROMELIAS	ITAIOPOLIS	SC	SC0340000	13,30
12	PA JUSTINO DRANSZEVSKI	ARAQUARI	SC	SC0088000	26,36

Destaca-se que os Projetos de Assentamento FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN I- C e HERDEIROS ARGEMIRO DE OLIVEIRA encontram-se a 0,81 km e 4,11 km de distância do traçado da LT, respectivamente, estão dentro da faixa de 5 km de distância do traçado, mas não são diretamente interceptadas por este. Tal declaração faz parte dos procedimentos dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA, órgão licenciador deste empreendimento, que solicita a manifestação da Instituição competente no gerenciamento do ordenamento da estrutura fundiária nacional para emissão da LP e, conseqüentemente, dar continuidade ao respectivo processo de licenciamento.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Representante Legal

EKKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.



Campinas, 09 de abril de 2019.

CO-089-19.

Ao
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
COORDENAÇÃO NACIONAL DE LICENCIAMENTO – CNL
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA – CNA
SEPS – Quadra 713/913 – Bloco D – ED. Iphan - 3º Andar
Brasília – DF
CEP: 70.390-135

At.: **Eric Lemos Pereira Faustino**
Coordenador de Licenciamento e Pesquisa do CNA
Roberto Stanchi
Coordenador Substituto da CNL

Ref.: LT 525 kV Areia – Joinville Sul
(Processo IBAMA: nº 02001.037911/2018-45)



Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. (CNPJ: 28.443.452/0001-67)

Assunto: Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) – Abertura de Processo Administrativo

Senhores Coordenadores,

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL procedeu, por meio do Leilão 04/2018, realizado em 20/12/2018, à licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de dezoito lotes, incluindo subestações e linhas de transmissão. Os vencedores de cada lote serão responsáveis pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos, pelo período de 30 anos.

A Empresa EKT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A venceu o Lote 01, que corresponde à instalação das diversas estruturas de Linhas de Transmissão e Subestações nos estados de Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, está o empreendimento supracitado, constituída LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1; CS (282 km).

O empreendimento possui aproximadamente 282 km de extensão, passando por 16 municípios: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Ressalta-se que o licenciamento ambiental do empreendimento será feito junto ao IBAMA e os trâmites e procedimentos para anuência dos órgãos intermitentes já estão sendo pleiteados.

Nesse contexto, em atendimento à legislação vigente (IN 01/2015 – IPHAN), a EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., procedeu ao preenchimento da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), a qual estamos enviando em anexo, para que possa ser aberto o Processo Administrativo nesse Instituto.



Sem mais para o momento, colocamo-nos à inteira disposição de Vossa Senhoria e dos Técnicos do IPHAN para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Representante Legal

EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexo: oscitados

Campinas, 08 de agosto de 2019.
CO-172-19.

À
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
SCS – Quadra 09 Bloco B Ed. Parque Cidade Corporate
Brasília – DF
CEP: 70.308-200

Recebi em: 15 / 08 / 2019
Horário: 10 : 29
Nome: Rosane Alves
Protocolo: FUNAI

At.: Sra. Rosane Amaral Alves da Silva
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental (Cglic)

Ref.: LT 525 kV Areia – Joinville Sul
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45
Processo FUNAI: 005321/2019-23

Solicitante: EKT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Solicitação de “Nada Consta” da FUNAI no âmbito do processo de licenciamento ambiental da LT 525 kV Areia – Joinville Sul.

Prezada Senhora,

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL procedeu, por meio do Leilão 04/2018, realizado em 20/12/2018, à licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de dezoito lotes, incluindo subestações e linhas de transmissão. Os vencedores de cada lote serão responsáveis pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos, pelo período de 30 anos.

A Empresa EKT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A venceu o Lote 01, que corresponde à instalação das diversas estruturas de Linhas de Transmissão e Subestações nos estados de Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, está o empreendimento supracitado, constituído pela LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1; CS (282 km).

O empreendimento possui aproximadamente 280 km de extensão, passando por 15 municípios: Canoinhas, Corupá, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Em subsídio ao processo de licenciamento ambiental deste trecho, vimos por meio desta ratificar informações compartilhadas pela Correspondência Oficial de número 132-19.

Além das Terras Indígenas apresentadas na correspondência supracitada, verificamos na base de dados no portal ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná) que contem pontos de áreas indígenas não demarcadas, com destaque para a **Terra Indígena Ka'aguy Guaxy/Palmital** (.kml e. shp anexos), que pelo local verificado, encontra-se a 7,8 Km da LT, localizado a oeste de Paulo Frontin – PR.

Solicitamos desta estimada fundação informações a respeito da Terra Indígena supracitada, para verificar assim se há intervenção conforme o inciso I, § 2º do artigo 3º da Portaria Interministerial 060/2015, que presume interferência em Terra Indígena quando, em regiões distintas da Amazônia Legal, a linha de



transmissão submetida ao processo de licenciamento ambiental localizar-se em TI ou apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto no seu interior, quando não respeitados os limites de 5 km.

Ressalta-se que caso todas as terras indígenas identificadas superarem a distância mínima indicada no ANEXO I da Portaria Interministerial 060/2015, solicitamos dessa emérita Instituição a anuência ao projeto, atestando o "NADA CONSTA" para subsidiar a obtenção da Licença Prévia junto ao IBAMA.

Tal declaração faz parte dos procedimentos dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA, órgão licenciador deste empreendimento, que, neste caso, mesmo ciente da não interferência em comunidades indígenas solicita a manifestação da FUNAI para emissão da LP e, conseqüentemente, dar continuidade ao respectivo processo de licenciamento.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Representante Legal

EKKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
Anexos: os citados.

Campinas, 30 de abril de 2019.
CO-132-19.

À
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
SCS – Quadra 09 Bloco B Ed. Parque Cidade Corporate
Brasília – DF
CEP: 70.308-200

At.: Sra. Rosane Amaral Alves da Silva
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental (Cglic)

Ref.: LT 525 kV Areia – Joinville Sul
Processo IBAMA nº 02001.037911/2018-45

Solicitante: EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
CNPJ: 28.443.452/0001-67

Assunto: Solicitação de “Nada Consta” da FUNAI no âmbito do processo de licenciamento ambiental da LT 525 kV Areia – Joinville Sul.

Prezada Senhora,

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL procedeu, por meio do Leilão 04/2018, realizado em 20/12/2018, à licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de dezoito lotes, incluindo subestações e linhas de transmissão. Os vencedores de cada lote serão responsáveis pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos, pelo período de 30 anos.

A Empresa EKTT 11 SERVICOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S.A venceu o Lote 01, que corresponde à instalação das diversas estruturas de Linhas de Transmissão e Subestações nos estados de Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, está o empreendimento supracitado, constituído pela LT 525 kV Areia - Joinville Sul C1; CS (282 km).

O empreendimento possui aproximadamente 282 km de extensão, passando por 16 municípios: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá Do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento Do Sul, Schroeder e Três Barras, no estado de Santa Catarina, e Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus Do Sul e União Da Vitória, no estado do Paraná.

Em subsídio ao processo de licenciamento ambiental deste trecho, vimos por meio desta encaminhar, em anexo, ~~mapa do traçado do empreendimento com as terras indígenas (TI) identificadas e respectivas distâncias para o traçado proposto, assim como arquivos digitais em formado “.shp” e “.kml”.~~

Há que se destacar o inciso I, § 2º do artigo 3º da Portaria Interministerial 060/2015, que presume interferência em Terra Indígena quando, em regiões distintas da Amazônia Legal, a linha de transmissão submetida ao processo de licenciamento ambiental localizar-se em TI ou apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto no seu interior, quando não respeitados os limites de 5 km.



Após análise da base de dados disponível, depreende-se que na região do empreendimento estão presentes as seguintes terras indígenas (TI):

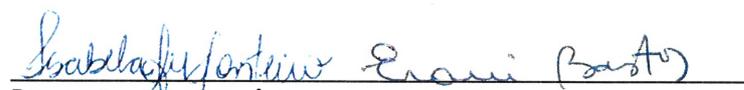
NÚMERO	TERRA INDÍGENA	Código	DISTÂNCIA DA LT (KM)
1	Pirai (SC)	35801	9,45
2	Pindoty (SC)	44301	15,87
3	Rio Areia (PR)	38301	16,35
4	Tarumã (SC)	59101	17,26
5	Morro Alto (SC)	29401	23,95
6	Ibirama-La Klãnô (SC)	15302	45,12
7	Rio dos Pardos (SC)	39201	50,95
8	Ibirama (SC)	15301	52,00
9	Canelinha (SC)	72701	100,78
10	Morro da Palha (SC)	73001	106,94
11	Águas Claras (SC)	72801	108,22
12	Amaral/ Tekoá Kuriy (SC)	72901	109,29
13	Mbiguaçu (SC)	28401	121,12

Ressalta-se que todas as terras indígenas identificadas superam a distância mínima indicada no ANEXO I da Portaria Interministerial 060/2015, o que nos dá a segurança jurídica necessária para solicitar dessa emérita Instituição a anuência ao projeto, atestando o “NADA CONSTA” para subsidiar a obtenção da Licença Prévia junto ao IBAMA.

Tal declaração faz parte dos procedimentos dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA, órgão licenciador deste empreendimento, que, neste caso, mesmo ciente da não interferência em comunidades indígenas solicita a manifestação da FUNAI para emissão da LP e, conseqüentemente, dar continuidade ao respectivo processo de licenciamento.

Sendo o que tínhamos a informar neste momento, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Representante Legal

EKKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.

Anexos: os citados.

Recebido em: 02 / 05 / 2019
Horário: 09 : 04
Nome: Estorobete
Proteção: IBAMA

Goiânia, 17 de abril de 2019.

Sra. Daniele Helenco

Diretora Substituta do Centro Nacional de Arqueologia - CNA
Endereço: SEPS 713/913 - Bloco D - Edifício Iphan - 3º Andar
CEP 70390-135 - Brasília/DF

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PORTARIA.

REFERENTE: PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PAPIPA) – LT 525KV AREIA - JOINVILLE SUL, ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA - ESTADO DO PARANÁ: CRUZ MACHADO, MALLET, PAULO FRONTIN, PINHÃO, SÃO MATEUS DO SUL E UNIÃO DA VITÓRIA. ESTADO DE SANTA CATARINA: CANOINHAS, CORUPÁ, GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MAFRA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SCHROEDER E TRÊS BARRAS”, PROCESSO Nº 01450.001249/2019-15.

Senhora Superintendente,

Venho através desta, solicitar a autorização de portaria para realização de vistoria interventiva na área onde se pretende realizar o **LT 525KV AREIA - JOINVILLE SUL, ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA.**

A carta de endosso financeiro está pendente, efetuaremos o protocolo da carta junto ao CNA no mais breve possível.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Historiador, Arqueólogo e Gestor de Patrimônio.

LT 525KV AREIA - JOINVILLE SUL, ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA.

PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PAPIPA) –

ESTADO DO PARANÁ: CRUZ MACHADO, MALLET, PAULO
FRONTIN, PINHÃO, SÃO MATEUS DO SUL E UNIÃO DA
VITÓRIA.

ESTADO DE SANTA CATARINA: CANOINHAS, CORUPÁ,
GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MAFRA, RIO
NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SCHROEDER E TRÊS BARRAS.

Nº DO PROCESSO – 01450.001249/2019-15

JUNHO/2019

SUMÁRIO

Identificação do Empreendedor	1-6
Identificação do Empreendimento	1-6
Identificação da Empresa Consultora	1-6
Identificação da Equipe Técnica	1-7
1 INTRODUÇÃO	1-8
1.1 Objetivo Geral	1-9
1.2 Objetivos Específicos	1-9
2 O EMPREENDIMENTO	2-10
2.1 Localização e Descrição do Empreendimento.....	2-10
2.1.1 Características socioambientais da LT 525 KV Areia – Joinville Sul.....	2-10
2.2 Delimitação das Áreas de Influência	2-10
3 CONTEXTO HISTÓRICO E ETNO-HISTÓRICO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO	
13	
3.1 Aspectos histórico-culturais	13
3.1.1 JOINVILLE - SC.....	13
3.1.2 CANOINHAS – SC	14
3.1.3 CORUPÁ – SC	16
3.1.4 GUARAMIRIM – SC	16
3.1.5 JARAGUÁ DO SUL - SC.....	17
3.1.6 MAFRA - SC.....	18
3.1.7 RIO NEGRINHO - SC	19
3.1.8 SÃO BENTO DO SUL - SC.....	19
3.1.9 SCHROEDER - SC.....	20
3.1.10 TRÊS BARRAS - SC	21
3.1.11 CRUZ MACHADO PARANÁ – PR.....	21
3.1.12 MALLET - PR.....	22
3.1.13 PAULO FROTIN - PR	23
3.1.14 PINHÃO - PR.....	24
3.1.15 SÃO MATEUS DO SUL – PR	24

3.1.16	UNIÃO DA VITORIA – PR.....	25
3.2	Contexto Etno-Histórico	26
3.3	Comunidades Tradicionais	31
3.3.1	Terras indígenas, comunidades quilombolas.....	31
4	CONTEXTO ARQUEOLÓGICO	33
4.4	Esboço Geral da Arqueologia no Paraná	33
4.4.1	Os sítios arqueológicos Jê do Sul no Paraná	35
4.4.2	Os povos Jê no Estado do Paraná.....	37
4.4.3	A Tradição Tupi-guarani	39
4.5	Esboço Geral da Arqueologia em Santa Catarina.....	40
4.5.1	AS GRAVURAS DO LITORAL CATARINENSE.....	42
4.5.2	AS GRAVURAS RUPESTRES DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE	43
4.6	Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural da Área Indiretamente Afetada pelo Empreendimento (AID)	45
5	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	49
5.1	Em Âmbito Federal.....	50
5.2	Em Âmbito Estadual	51
5.3	As Bases Teóricas.....	51
5.4	O Conceito de Sítio Arqueológico.....	53
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
6.1	Execução de Poços Testes	56
6.1.1	Delimitação De Sítio	58
7	ATIVIDADES GABINETE E LABORATÓRIO.....	59
8	RESUMOS DAS SEQUÊNCIAS DE OPERAÇÕES	64
8.1	Análise e Conservação dos Bens Arqueológicos	64
9	MATRIZ DE IMPACTOS.....	65
10	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	66
10.1	Objetivo do Projeto de Educação Patrimonial	66
10.2	Público Alvo	67
10.3	Justificativa	67

10.4	Referencial Teórico.....	71
10.5	Metodologia	71
10.6	Mecanismos de Avaliação	76
10.7	Descrição da Equipe Multidisciplinar Responsável	76
11.	PROPOSTA DE SOCIABILIZAÇÃO.....	77
12.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	77
13.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização com indicação da ADA e AID do empreendimento.	2-12
Figura 2 - Recorte da região no Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju	27
Figura 4 - Mapa dos sítios Jê do Sul no Paraná. Fonte: SOUZA, 2013.	Erro! Indicador não definido.
Figura 5 Tipos de representações rupestres do litoral central catarinense, classificados em COMERLATO, 2005: 65-72.....	43
Figura 6 Painel do sítio Morro do Avencal I, a partir deste sítio definiu-se a subtradição morro do Avencal; Foto: Fernando Comerlato. Disponível em: (REVISTA OHUN – Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA Ano 2, nº 2, outubro 2005 ISSN: 18075479).	44
Figura 7 - Esquema de delimitação de um sítio arqueológico com caminhamento e sondagens realizadas de sobre linhas radiais, a partir de um ponto central. (CALDARELI, 2003). Cabe destacar que todas as posições das tradagens realizadas durante a delimitação de um sítio serão registradas por aparelho GPS (Datum WGS84) e posteriormente plotadas em SIRGAS 2000, como sugerido pelo IPHAN/MinC.	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Sítios arqueológicos PRÉ-COLONIAIS cadastrados na AID do empreendimento estado do Paraná.....	45
Tabela 2 Sítios arqueológicos HISTÓRICOS cadastrados na AID do empreendimento estado do Paraná.....	47
Tabela 3 Sítios arqueológicos PRÉ-COLONIAIS cadastrados na AID do empreendimento estado de Santa Catarina.	47

Tabela 4 Tabela 3 Sítios arqueológicos HISTÓRICOS cadastrados na AID do empreendimento estado de Santa Catarina.	49
Tabela 5 - Análise dos impactos	65
Tabela 6 - Cronograma de execução	Erro! Indicador não definido.

Identificação do Empreendedor

Razão Social: EKTT 11 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A

CNPJ: 28.443.452/0001-67

Endereço: Rua: Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América

CEP: 13.053-024

Telefone: (19) 2122-1000

Representante Legal: Luis Alessandro Alves

E-mail: luis.alves@elektro.com.br

Identificação do Empreendimento

Denominação: LT 525 Joinville Sul, estados do Paraná e Santa Catarina.

Localização: Abrange os estados do Paraná e Santa Catarina, nas cidades: Cruz Machado, Mallette, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus do Sul e União da Vitória, Canoinhas, Corupá. Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Schroeder e Três Barras.

Identificação da Empresa Consultora

Razão Social: Dossel Ambiental Consultoria e Projetos Ltda.

CNPJ: 10.538.220/0001-27

Endereço: CLN 412, Bloco D, Sala 216 – Ed. Adiniz Esteves – Asa Norte.

CEP: 70.867-540 – Brasília/DF.

Telefone: 55 (61) 3041-7979

CTF: 3756272

Gestor do Contrato: Lillian Moreira Oliveira

Pessoa de Contato: Vitor Mamede

E-mail: vitor@dosselambiental.com.br

Identificação da Equipe Técnica

Atuação	Profissional	Formação
Coordenador de portaria	Sérgio Bruno Reis de Almeida	Historiador / Arqueólogo
Coordenadora de campo	Augusto Moutinho Miranda	Historiador / Arqueólogo
Pesquisadora	Vanderleia Lima da Silva	Arqueóloga
Pesquisador	Robson Thauan de Jesus Silva	Arqueólogo
Pesquisadora	Indira Chaves Batista	Historiadora

1 INTRODUÇÃO

Este documento vem apresentar ao Centro Nacional de Arqueologia, a solicitação de portaria de pesquisa para a realização da primeira etapa de pesquisa através do **Projeto de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) – LT 525 kV Areia - Joinville Sul, estados do Paraná e Santa Catarina.**

Municípios de Cruz Machado, Mallette, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus do Sul e União da Vitória, Canoinhas, Corupá. Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Schroeder e Três Barras. Processo IPHAN nº 01450.001249/2019-15, coordenado pelo arqueólogo *Sergio Bruno dos Reis Almeida.*

Trata de implantação de Linha de

A LT é composta pelas linhas LT 525 kV Areia – Joinville Sul com 187,59 km de extensão, total aproximada de 282 km. A LT perpassará os estados da Paraná e Santa Catarina, cruzando 16 municípios. Será necessário empreender atividades de supressão vegetal, abertura de acessos, escavação, fundação das torres, canteiros de obras, entre outros.

O empreendimento está enquadrado na tipologia 13 - Energia (Implantação de Linhas de Transmissão, a partir de 138 kV), correspondendo ao **nível IV** do Anexo I da IN 001/2015, de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase de Licença Prévia ou equivalente..

O empreendimento em epígrafe foi cadastrado na Base de Dados Georreferenciada – DBGEO sob os IDs nºs 4472 e 4473 e a área de influência não se encontra em área protegida em âmbito federal como Área de Conservação, e não passa por Terra Indígena e Quilombola.

Diante disto, o projeto foi estruturado de modo a atender a legislação vigente, principalmente a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Esta instrução normatiza os procedimentos necessários à aquisição de anuência do IPHAN a empreendimentos potencialmente impactantes ao patrimônio cultural nacional.

Portanto, seguindo as diretrizes legais, sobretudo conforme a Resolução CONAMA nº 01/1986, e a Portarias IPHAN nº 07/1988, visa à realização das pesquisas arqueológicas com o objetivo primário de mapear e promover a proteção do patrimônio arqueológico, buscando adequações favoráveis à gestão do patrimônio cultural.

Por gestão cultural entende-se o gerenciamento do patrimônio de modo que se proponham diretrizes para sua proteção, valoração e socialização.

Para Delforge (2013, p. 20): “(...) os objetivos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (GPA) podem ser resumidos em: conhecer, preservar, conservar e divulgar o patrimônio. Todas as ações de GPA estão relacionadas a uma destas quatro tipologias”.

Logo, no caso do patrimônio arqueológico, diz respeito, principalmente, aos fatores que permitirão seu conhecimento, seja por meio da proteção *in situ* ou *ex situ*, de modo a garantir sua integridade

por meio do planejamento, operacionalização e políticas culturais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 3924/1961, bem como a Constituição Federal de 1988.

Como destacado por Bastos (2006, p.49): “O patrimônio arqueológico possui uma base de dados finita e diferentemente de outros sistemas não comporta restauração, sendo sua capacidade de suporte de alteração muito limitada”.

Tendo em vista essa base finita, incapacidade de restauração e a capacidade limitada de suporte, conclui-se que as práticas preventivas e de gerenciamento dos bens arqueológicos são essenciais (DELFORGE, 2013), uma vez que as elaborações de planos de Gestão Cultural são fundamentais para “(...) diagnosticar e prognosticar os impactos e efeitos cumulativos sobre os bens arqueológicos” (BASTOS, 2006, p. 49).

1.1 Objetivo Geral

Prevenir os danos ao patrimônio cultural por meio da execução de pesquisa de AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTOS AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO a fim de definir a realidade arqueológica da Área Diretamente Afetada, e a partir daí avaliar os possíveis impactos e propor medidas a serem adotadas para mitigação ou compensação, bem como recomendar ao IPHAN propostas de gestão para os locais identificados.

1.2 Objetivos Específicos

- Realizar atividade de campo para conhecimento da realidade arqueológica local e suas relações com o que foi descrito na literatura regional.
- Garantir a integridade do patrimônio arqueológico regional (por meio da preservação e/ou conservação), de modo que se possam identificar os possíveis impactos frente ao patrimônio cultural, material e imaterial da área a ser impactada pelo empreendimento.
- Delimitar os sítios arqueológicos que eventualmente sejam encontrados, em termos espaciais e temporais, bem como estimar a diversidade cultural e o grau de preservação dos mesmos.
- Registrar minuciosamente a existência de ocorrências isoladas ou estruturas de interesse arqueológico, indicando ao IPHAN a necessidade de resgate imediato (ou não).
- Contemplar, no relatório final de atividades, proposta para minimizar os danos ao patrimônio cultural, caso isto seja evidenciado.
- Registrar por meio de ficha do CNSA os sítios identificados.

2 O EMPREENDIMENTO

2.1 Descrição do Empreendimento

2.1.1 Características socioambientais da LT 525 KV Areia – Joinville Sul.

Os estudos socioambientais realizados tiveram como objetivo identificar os principais aspectos a serem considerados para subsidiar a definição da melhor alternativa de localização da LT 525 KV Areia - Joinville Sul, tanto do ponto de vista técnico-constructivo, como do ponto de vista socioambiental, sendo desenvolvidos em conjunto com os estudos técnicos de transmissão.

As alternativas técnicas foram formuladas e continuamente ajustadas, levando-se em conta as principais interferências socioambientais potenciais, resultando na alternativa final apresentada:

O corredor preferencial se estende por parte do estado do Paraná e Santa Catarina, com sua área de influência abrangendo quatorze (16) municípios: Cruz Machado, Mallette, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus do Sul e União da Vitória, Canoinhas, Corupá. Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negro, São Bento do Sul, Schroeder e Três Barras.

2.2 Delimitação das Áreas de Influência

Estas áreas foram definidas levando-se em consideração a Resolução do CONAMA nº 001/1986, em seu artigo 50º, inciso III, que define a área de influência de um empreendimento como o espaço a ser direta ou indiretamente afetado pelos impactos gerados pelos processos de planejamento, implantação e operação.

Segundo Bastos (2010), estas áreas correspondem ao espaço suscetível de sofrer alterações como consequência da sua implantação, manutenção e operação ao longo de toda sua vida útil.

Em termos de definições, a ADA deverá ser considerada a área necessária para a implantação do empreendimento, assim deverá levar em consideração, segundo a Resolução do CONAMA nº 001/1986, suas estruturas de apoio, vias de acesso privadas que precisarão ser construídas, ampliadas ou reformadas, bem como todas as demais operações associadas exclusivamente à infraestrutura de uso privativo do empreendimento.

A Área de Influência Direta – AID – deve ser considerada como a área geográfica diretamente afetada pelos impactos oriundos do empreendimento, em resumo, considera-se o espaço territorial contínuo e ampliado da ADA. Tais impactos devem ser mitigados, compensados ou potencializados (se positivos) pelo empreendedor.

Enfim, a Área de Influência Indireta – AII – abrange um território que é afetado pelo empreendimento, mas no qual os impactos e efeitos decorrentes do empreendimento são

considerados menos significativos do que nos territórios das outras duas áreas de influência (ADA e a AID).

Assim, para melhor avaliar o impacto de um empreendimento sobre o patrimônio cultural, foram definidas três áreas de influência, sendo a Área Diretamente Afetada (ADA), a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII).

- **Área Diretamente Afetada:** serão consideradas as áreas que sofrerão impactos diretos causados pelo empreendimento. Trata-se de LT com extensão de 280 km, com faixa central de 3 metros e faixa de servidão de 60 metros de largura; assim como acessos e canteiros de obra.
- **Área de Influência Direta (AID):** Considerará neste projeto como AID, o entorno imediato da ADA – Faixa de 1 km.
- **Área de Influência Indireta:** No caso desta solicitação, corresponde aos municípios no corredor da Linha de Transmissão (com um total de 16 municípios): seis (06) municípios no estado do Paraná: Cruz Machado, Mallette, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus do Sul e União da Vitória. E dez (10) municípios no estado de Santa Catarina: Canoinhas, Corupá. Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Schroeder e Três Barras.

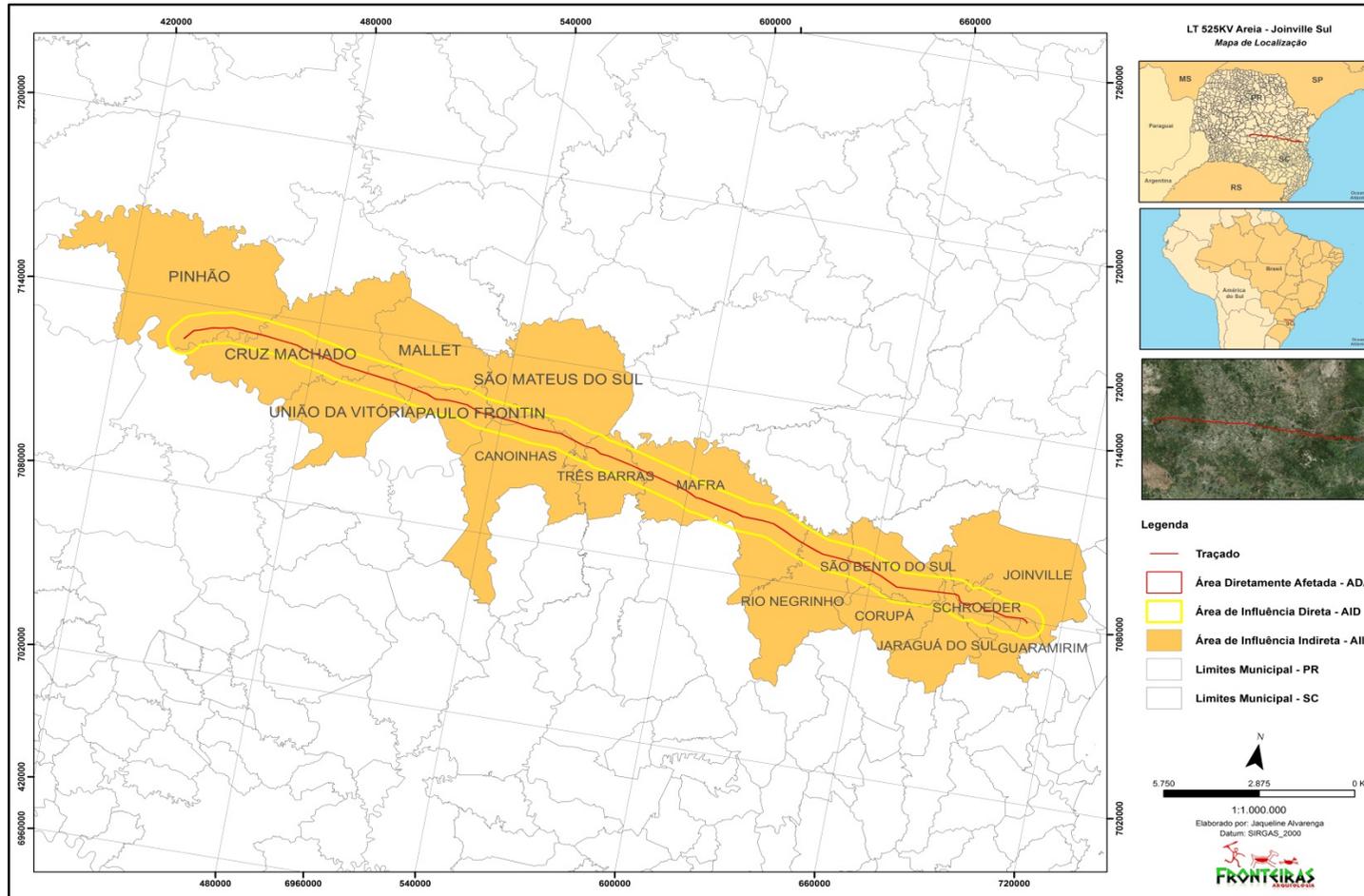


Figura 1 – Mapa de localização com indicação da ADA e AID do empreendimento.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E ETNO-HISTÓRICO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

3.1 Aspectos histórico-culturais

A história dos municípios localizados na região do empreendimento em questão está intimamente ligada ao acordo feito entre os príncipes François Ferdinand e Dona Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I, com o Senador de Hamburgo Christian Mathias Schroeder que concedeu a este último 8 léguas quadradas localizadas nessa região com o objetivo de estabelecer colônias de imigrantes como veremos a seguir.

Obviamente eles não foram os primeiros habitantes da região, tão pouco os povos indígenas que ali habitavam na altura da chegada dos Portugueses foram os primeiros, haja vista os registros arqueológicos dos “homens dos sambaquis” que habitaram a região há milhares de anos. Mas os que se afixaram foram principalmente os imigrantes que encontraram uma região com um “vazio demográfico” originado dos inúmeros confrontos principalmente entre portugueses e indígenas, como explica Eleide Findlay,

A partir do século XVII os indígenas disputaram o território com grupos de açorianos, portugueses, vicentinos, e africanos escravizados, resultando em sua eliminação física ou expulsão da localidade para que o processo de ocupação desencadeado pelas políticas governamentais que visavam superar o “vazio demográfico” existente na região Sul do País se efetivasse (Findlay, 2013, p 04).

Nesse sentido, “no processo histórico da construção da sociedade catarinense, o ordenamento jurídico desempenhou papel significativo na constituição da história fundiária do Estado” (Findlay, 2012, p 142), em virtude do sistema de distribuição de terras para a implantação das colônias, começando pela Colônia Dona Francisca, atual Joinville.

3.1.1 JOINVILLE - SC¹

Região com vestígios arqueológicos inúmeros de sambaquis, remontam as primeiras ocupações humanas há 4.800 a.c. Dos povos dos sambaquis, sucederam aos Índios tupi-guaranis que ainda habitavam a região quando chegaram os primeiros portugueses. Esparsas

¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Joinville>
e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/historico>

famílias de colonizadores advindos da Capitania de São Vicente se estabeleceram ali para cultivar mandioca, cana-de-açúcar, entre outros produtos.

Já as colônias de imigrantes europeus, se deram a partir de 9 de março de 1851, com a chegada dos primeiros vindos da Alemanha, Suíça e Noruega. Foi a primeira estada de muitos outros imigrantes que se seguiram e partiram para fundar colônias mata a dentro. Primeiramente denominada Colônia Dona Francisca, em homenagem à princesa de D. Pedro I e herdeira de uma área de 25 léguas quadradas na região, já a denominação Joinville surge da região de nascimento do príncipe francês François Ferdinand com quem a princesa contraiu matrimônio.

O mesmo príncipe que recebeu as terras como dote concedeu após negociação, em 1849, oito léguas de área para a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, de propriedade do senador Christian Mathias Schroeder, que propiciou o acolhimento dos imigrantes como já foi dito na introdução.

O empreendedorismo dos imigrantes alemães, suíços e noruegueses construiu e deu continuidade ao seu crescimento, rapidamente, construindo sua importância, saltando de distrito criado com a denominação de Joinville, pela Lei Provincial n.º 452, de 08 de Abril de 1858, subordinado ao município de São Francisco, para à condição de cidade, pela Lei Provincial n.º 842, de 03 de Maio de 1877, tornando Joinville uma das maiores potências regionais.

De fervilhante cultura, a cidade destaca-se por importantes museus e pontos de interesse histórico, tais como o Museu de Arte de Joinville, Museu Nacional de Imigração e Colonização, Estação da Memória, Museu Casa Fritz Alt, Museu da Bicicleta de Joinville, Galeria de Artes Victor Kursancew, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e Casa da Memória.

A cidade também possui um elevado índice de desenvolvimento humano (0,809) entre os municípios brasileiros, ocupando a 21ª posição nacional. Um estudo apontou Joinville como a segunda melhor cidade para se viver no Brasil. Joinville é ainda conhecida por sediar o Festival de Dança de Joinville (considerado o maior festival de dança do mundo), a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil (a única no mundo fora da Rússia).

3.1.2 CANOINHAS – SC

O nordeste de onde se situa o Estado de Santa Catarina, foi antes habitado por índios da etnia, Xokleng coletores e caçadores seminômades, como tantos outros povos, foram perseguidos pelos colonizadores, que começaram a se fixar na região após a abertura da rota que ficou conhecida como Estrada da Mata, utilizada para o transporte de gado entre São Paulo e o Rio Grande do Sul.

Ali surgiu o povoado de Canoinhas, cuja origem toponímia, deriva do Rio Canoges, apesar do povoado não se situar exatamente as margens deste rio como explica Fernando Torkaski,

exploradores localizaram o mesmo rio com o topônimo hispano-indígena de Canoges Mirim, que literalmente significa canoas pequeno. Essa referência é uma contrapartida ao rio Canoges, situado bem mais abaixo, nos campos de Lages e modernamente conhecido como Canoas. Do Canoges Mirim é que provém o nome Canoinhas, denominação que prevaleceu e que depois originou o povoado de mesmo nome (TORKASKI, 2014).

Esses primeiros habitantes eram poucos tropeiros gaúchos e paulistas, quando em 1888, egresso de São Bento do Sul (SC), o agricultor Francisco de Paula Pereira, considerado o fundador do povoado, instalou-se a beira do Canoinhas, perto da foz do rio Água Verde. Logo em seguida, sob sua influência, o local passou a ser conhecido como Santa Cruz de Canoinhas, com a erva-mate e depois a madeira como bases da incipiente economia local.

Já ao final do século XIX e no início do século XX, vieram os imigrantes europeus, sobretudo poloneses, ucranianos e alemães, geralmente já estabelecidos anteriormente no Brasil no estado do Paraná. Os primeiros anos do século XX também marcaram a chegada de sírio-libaneses e alguns italianos.

Em 1902 o lugar foi elevado a distrito judiciário de Curitibaanos, ao passo que em 1911, através da lei 907, se tornou município, agora por decisão do governo de Santa Catarina, tal peleja se deu pelo fato do território se encontrar em uma disputa de posse pelo Paraná e Santa Catarina, o que entre outros fatores, eclodiu na Guerra do Contestado.

Entre 1912 e 1916, gerada por fatores sociais, políticos, econômicos e messiânicos, eclodiu na região a Guerra do Contestado. O município de Canoinhas foi envolvido no conflito, principalmente em 1914 e 1915, quando várias vezes a vila e povoados do interior foram atacados pelos revoltosos (IBIDEM).

Passado o período bélico Canoinhas finalmente inicia uma fase de grande desenvolvimento, quanto o município teve sua economia reativada ainda pelo extrativismo vegetal da erva-mate e da madeira. Ciclo que dura até meados de 1930, quando a economia ervateira entrou em franca decadência.

Nesse interim, em 1923, agora pela lei estadual n.º 1424, a Vila de Santa Cruz de Canoinhas passou oficialmente à categoria de cidade, sob a denominação de Ouro Verde, que exaltava a riqueza do Município, mas pouco tempo depois, diante de muitos protestos, o decreto estadual n.º 1, de 27 de outubro de 1930, devolveu ao Município o seu primeiro topônimo, mas simplificando-o para apenas Canoinhas.

3.1.3 CORUPÁ – SC²

Localizada na região norte de Santa Catarina, cercada pela Serra do Mar, o município inicialmente chamava-se Hansa Humboldt, em homenagem ao naturalista alemão Alexander Von Humboldt e a Companhia Hanseática de Colonização, diferente do toponímico de origem indígena Corupá, que significa "lugar de muitas pedras" em Tupi-Guarani.

O primeiro povoamento de colonizadores, se deu tardiamente apenas em 1897, não que não houvessem passados colonizadores pela região, haja vista que ela se encontra na famosa rota indígena conhecida como Caminho do Peabiru, mas foram os imigrantes alemães advindos de Joinville, Otto Hillbrecht e seus filhos Otto e Wilhelm Ehrhardt e sua esposa a primeira família de imigrantes a se estabelecer no local, seguidos por outras, que enfrentaram uma região ainda inóspita sofrendo desde o ataque dos índios e animais ferozes até o trato da terra bruta e a falta de meios de locomoção. O número de imigrantes foi aumentando e em novembro de 1899 foi fundada a comunidade evangélica. Também em 1899 foi fundado o primeiro hotel, pelo casal Wilhelm e Maria Pieper, e chamava-se Hotel Pieper

Com três anos de fundação, em 1900, foi construída a primeira escola, cujo professores ensinavam em idioma alemão, por falta de quem ensina-se em português. O povoado torna-se distrito com a denominação de Hansa, pela lei municipal nº 124, de 07 de Junho de 1907, subordinado ao município de Joinville. Mas o desenvolvimento se inicia mesmo em 1910 com a construção da estrada de ferro ligando o porto de São Francisco ao planalto de Santa Catarina. Por Decreto Lei Estadual no 348 de 21 de 06 de 1958 finalmente o distrito é elevado a categoria de Município recebendo o nome Corupá.

Atualmente a economia do Município é baseada principalmente na agricultura, especificamente à bananicultura, sendo Corupá conhecida como a Capital Catarinense da Banana.

3.1.4 GUARAMIRIM – SC³

Em uma região originalmente habitada por indígenas dos dois maiores grupos linguísticos existentes no Brasil, o Macro-Tupi e o Macro-Jê. Guaramirim também estava em alguma ramificação do caminho do Peabiru, rota que ganhou mais notoriedade por ligar o que hoje é o litoral do Estado de São Paulo à cidade de Cuzco no Peru. Dando origem a diversas expedições amparadas em anseios míticos. Assim, não se sabe precisar quantos portugueses, espanhóis e indígenas cruzaram esse caminho, mas como em outros municípios da região, a consolidação da colonização, deu-se com imigração europeia do final do século XIX.

² Disponível em: <https://www.corupa.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28281>
e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/corupa/historico>

³ Disponível em: <https://guaramirim.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/9>
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaramirim>
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guaramirim/historico>

O pastor Wilhelm Lange que em 1886 imigrou de Hamburgo comandando 111 pessoas foi o responsável pela compra das terras onde foi instalada a colônia nas margens do rio Itapocu, com a intenção de formar uma comunidade protestante ortodoxa de vertente Moraviana, também conhecida como *Herrnhuter Brüdergemeine*. A comunidade ganhou o nome de Brüderthal (Vale dos Irmãos). Na outra margem do Itapocu, outra comunidade liderada por Gustavo Doubrawa também se iniciou, sendo que futuramente acabaria se fundindo a Guaramirim.

As duas comunidades, foram se aglutinando outras famílias de outros fluxos migratórios, como o advindo com o fim da Guerra do Contestado em 1914, mas ainda faltava a comunidade se tornar Guaramirim.

Em 2 de junho de 1919, por meio da resolução nº. 281 do município de Joinville a comunidade se transforma no 4º Distrito de Bananal. O nascente distrito abrangia, além da região que hoje é Guaramirim, parte das localidades de Schroeder e Massaranduba.

Em 1º de dezembro de 1938 o distrito de Bananal foi elevado à categoria de Vila. Já em 30 de dezembro de 1948, através da Lei nº. 247, foi criado o município de Massaranduba, mas o descontentamento, principalmente por parte do povo de Bananal foi significativo, eles acreditavam que a cidade deveria ser a sede e ter Massaranduba como distrito, e não o inverso. Após alguns meses de intensa negociação política, veio a Lei nº 295 de 18 de agosto de 1949, esta transformava Bananal na sede do novo município, mas passando agora a se chamar Guaramirim.

3.1.5 JARAGUÁ DO SUL - SC⁴

A história moderna do povoamento de Jaraguá do Sul se inicia com um casamento Real, entre a princesa Isabel, filha do imperador Pedro II e Gastão de Orléans, Conde d'Eu que como parte do dote, recebeu as terras que vieram a formar o município.

Durante o processo da demarcação, iniciado pelo amigo do Conde, o coronel honorário Emílio Carlos Jourdan, foram contratados muitos trabalhadores a boa parte do Nordeste, para a construção do engenho e a plantação da lavoura de cana-de-açúcar que acabaram por se estabelecer ali. Já em 1879, O engenheiro Krohne saiu de São Bento para explorar a região, seguidos do colonizador Otto Hillbrecht e sua família em 1897, cursando o rio Itapocu em canoas, seguidos por outros, no mesmo ano, tal qual aconteceu em Corupá.

Com a República, as terras dotais voltaram a ser patrimônio da União, e passaram a serem administradas pelo Departamento de Terras e Colonização, Jourdan que participou da revolução republicana ao lado de Floriano Peixoto, usa a carta na manga para solicitar ao

⁴ Disponível em: Jaraguá do Sul (SC). Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://portal.jaraguadosul.com.br/sintese-da-historia-da-cidade-jaragua-do-sul>. Acesso em: jan. 2015.

governador de Santa Catarina Hercílio Pedro da Luz, 10.000 hectares de terras para fundar a colônia Jaguará, mas após desavenças políticas, vende sua concessão para Peches e Cia.

Tais disputas se refletiram nas repetidas mudanças distritais, Jaraguá do Sul pertenceu a Joinville, São Francisco do Sul, Araquari e novamente a Joinville. Somente no século passado, pelo Decreto nº 565 de 26.3.1934, Jaraguá foi desmembrado de Joinville, tornando-se município. Por ocasião da emancipação, o novo município denominou-se simplesmente Jaraguá, sendo seu nome alterado para Jaraguá do Sul em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei estadual nº 941, por haver outro município mais antigo com o mesmo nome, localizado no estado de Goiás.

Após alguns anos, de um simples povoado, Jaraguá se tornou uma vila economicamente ativa, principalmente após a construção da ferrovia, inaugurada em 1910. A cidade cresceu ao seu redor e neste burburinho chegavam as notícias, os produtos, os visitantes e, escoava-se a produção local.

O topônimo Jaraguá, como tantas outras cidades da região, é de origem tupi-guarani e significa "Vale do Senhor". Referência ao nome indígena do atual Morro Boa Vista, um dos mais imponentes na cidade. Jaraguá do Sul é a quinta maior economia de Santa Catarina, com forte protagonismo do setor industrial metal-mecânico e de confecções, sendo por isso, conhecida como "Capital Nacional da Malha".

3.1.6 MAFRA - SC⁵

Região antes habitada por índios Botocudos, tornou-se um dos entrepostos dos tropeiros que faziam o caminho da já citada Estrada da Mata, Mafra inicia sua história administrativa como distrito ligado ao município de Rio Negro no Paraná antes da mudança dos limites entre os dois estados.

Criado em 1870, o Município de Rio Negro teve o desenvolvimento tocado pelos imigrantes alemães, poloneses, italianos, bucovinos, tchecos e ucranianos. Em 1894, assumiu a Administração do Estado de Santa Catarina o Dr. Hercílio Luz nomeia o Jurista Manoel da Silva Mafra, para advogar a causa das questões de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Mas só em 1917 os dois Estados reconheceram e homologaram as Linhas de Acordo da divisão territorial.

Em 08 de Setembro de 1917 foi instalado o Município, á margem esquerda do Rio Negro, agora pertencente a Santa Catarina, que passou a denominar-se Mafra em memória do Dr. Manoel da Silva Mafra, defensor do estado na pendência.

A região onde se desenvolveu a comunidade de Mafra é rica em reservas florestais, principalmente de pinheiro-araucária, erva-mate e outras espécies, que passou a representar

⁵ Disponível em: <http://www.mafra.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28127>. Acesso em: ago. 2015.

por muitos anos sua principal atividade, da extração florestal, que permitiu o assentamento dos primeiros colonos, que mais tarde passariam a desenvolver as atividades da agropecuária de subsistência. Mafra é considerada cidade pólo do Planalto Norte Catarinense.

3.1.7 RIO NEGRINHO - SC⁶

Diferente de outras cidades da região, o povoamento de Rio Negrinho não se deu a partir da criação de colônias de imigrantes, em 1875 se estabeleceram no local as famílias “Ferreira de Lima, Simões de Oliveira e Gravi, todas oriundas de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná. Só com a construção em 1880, da Estrada de Rodagem Dona Francisca, trecho de São Bento a Rio Negro, que várias famílias alemães da Colônia de São Bento, se transferiram para RIO NEGRINHO, mencionando-se entre elas, as de José Brey, Luiz Scholz, e a de Carlos Hantschel, que deixaram numerosa descendência.

Já com a construção, em 1910, da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, a localidade finalmente tomou grande impulso, e novas famílias vieram juntar-se às já existentes, formando, assim, uma aldeia entre próximo a Ponte do Rio Negrinho iniciando a futura cidade.

O extrativismo vegetal com o comércio de madeira em toras e a exportação da erva-mate por muito tempo foi a base do comércio local, sendo elevada a categoria de município pela lei Estadual nº 133, de 30 de dezembro de 1953.

3.1.8 SÃO BENTO DO SUL - SC⁷

Como já foi relatado, as colônias de imigrantes surgidas na região foram viabilizadas pela concessão de terras a Companhia Colonizadora, no entanto, 20 anos após a fundação da Colônia Dona Francisca, muitos imigrantes continuavam a chegar, mas não existiam mais terras para serem distribuídas, então, em 1873, um grupo de homens adentrou na mata a pé e se alojaram às margens do Riacho São Bento, construindo ali o primeiro rancho, e de lá foram abrindo um caminho ao longo da margem do rio.

Esses imigrantes desbravadores eram oriundos da Alemanha e Áustria. Os alemães originários do Sul da Alemanha, como a Baviera e os austríacos eram súditos do Império Austro-húngaro eram basicamente boêmios de língua alemã, oriundos da Boêmia (atual República Tcheca).

⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/rio-negrinho/historico>
<https://www.rionegrinho.sc.gov.br/historia>

⁷ Disponível em: <http://www.saobentodosul.sc.gov.br/c/cidade-historia-sao-bento#.XNn2b15KiUk>
https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Bento_do_Sul
<http://www.saobentodosul.sc.gov.br/c/cidade-historia-sao-bento#.VhamvKRVhBc>

e

Tendo assim, São Bento do Sul uma fundação calcada na bravura e com muitas dificuldades, mas nem por isso vagarosa. Pois já em 1976, pela Lei Provincial nº 801, de 6 de abril, foi criado o distrito de São Bento do Sul. E poucos anos depois, em 21 de maio de 1883, pela Lei Providencial nº 1030, foi criado o Município de São Bento do Sul, que teve sua instalação em 30 de janeiro de 1884.

São Bento do Sul descobriu na transformação da madeira sua vocação. No início a madeira da floresta moldou ranchos, cercas e vendas. Antes das indústrias vieram as serrarias, carpintarias, barricarias, tamancarias e marcenarias. As rodas d'água e tração animal moviam serras furadeiras e tupias.

Da imbuía, do pinheiro e da canela eram produzidos móveis, cabos de ferramentas, equipamentos para agricultura e carroças. Da iniciativa do pequeno agricultor em montar sua fábrica artesanal, São Bento do Sul começou a delinear seu futuro, tendo até hoje empresas de grande porte no ramo mobiliário, entretanto, se destacam também os setores cerâmico, plástico, metalúrgico, fiação e tecelagem.

3.1.9 SCHROEDER - SC⁸

Christian Mathias Schroeder, Senador de Hamburgo, foi o responsável pela Companhia Colonizadora que negociou as já citadas 8 léguas quadradas de terras com o Príncipe François Ferdinand, esposo da princesa Francisca Carolina.

Era natural que algum aldeamento recebesse um nome em sua homenagem, dito isso, parte dos colonos que adquiriram terras nas imediações da Colônia Dona Francisca, iniciaram a colonização das terras que formam hoje a cidade de Schroeder.

Assim em 1901, colonos vindos de colonizações vizinhas, adquiriram terras nas imediações da comunidade de Schroeder, e suas terras foram sendo povoadas com indivíduos, quase todos de descendência germânica, da religião Evangélica Luterana. Esses colonos de instalaram mata adentro, seguindo as margens do rio Itapocuzinho e depois as margens do rio Braço do Sul, que fica a oeste do município.

Posteriormente, em 1919, chegaram os colonizadores italianos, a maioria já previamente estabelecidos em outras regiões do país, tal como a família Tomaselli, Cândido, Antônio, João Maria. Seus descendentes nascidos no Brasil: Jerônimo, Aníbal e Santos, abriram caminho para que fosse possível o cultivo dessas terras, com instalação de uma serraria movida a força d'água.

O município de Schroeder foi criado através da Lei nº 968, de 04 de junho de 1964. A emancipação veio em 3 de outubro deste ano, em decreto assinado pelo governador Celso Ramos. Como prefeito provisório foi nomeado o senhor Paulo Roberto Gneipel, que permaneceu no cargo até a data de 14 de novembro de 1965, quando assumiu o primeiro prefeito eleito, o senhor Ludgero Tepasse, eleito em 3 de outubro de 1965.

⁸ Disponível em: <https://www.schroeder.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/32646>

3.1.10 TRÊS BARRAS - SC⁹

Assim como Canoinhas, de onde Três barras foi desmembrada, a região foi ocupada em época pré-coloniais inicialmente por índios Xoclog, sendo que o nome do município se originou através dos três rios que o cercam: Negro, São João e Canoinhas.

O povoamento português, deu-se nos idos de 1850, quando José e Lucas Cordeiro receberam do imperador Dom Pedro II uma área de terras de aproximadamente 30 mil hectares, entre as barras dos rios Negro e Canoinhas.

Sem poder assumir as terras, passaram a posse em 1883 para Maria Cordeiro e Benvindo Pacheco dos Santos Lima. Junto também vieram o pai deles, coronel João Pacheco dos Santos Lima e sua esposa Rosa Pacheco dos Santos Lima. Estes são considerados primeiros colonizadores de Três Barras. A grande transformação vem em 1910 quando chega a Três Barras a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, do mesmo grupo da Brazil Railway que anteriormente havia construído a estrada de ferro. O governo federal doou ao proprietário das empresas uma extensão de 15km de cada lado ao longo de todo o trecho da ferrovia. Centenas de posseiros que viviam nessas terras foram expulsos a mando dos norte-americanos.

O que junto a outros conflitos como a já citada questão dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina, desencadearam o conflito da Guerra do Contestado. Entre os anos 1912 e 1916, estima-se que mais de 20 mil pessoas morreram nas batalhas. Dessa forma, mesmo não havendo sido palco de grandes embates, Três Barras foi um ponto estratégico da Guerra por sediar a empresa. Após a guerra e o acordo de limites, Três Barras juntava-se então ao território catarinense como distrito de Canoinhas. Duas décadas depois em 1940, a Southern Brazil Lumber S. A foi estatizada pelo Governo Vargas, dando fim ao projeto americano que fazia da região uma extensão do território norte-americano, instituindo regras próprias entre os cidadãos.

No dia 23 de dezembro de 1960 um grupo de tresbarrenses, denominado de O Grupo dos Onze, conseguem desmembrar Três Barras de Canoinhas. Porém, a instalação do município só ocorreu em 23 de janeiro de 1961.

3.1.11 CRUZ MACHADO PARANÁ – PR¹⁰

Enquanto outras colônias fundadas na época tinham maior diversidade de origens, Cruz Machado foi basicamente criada pelos primeiros imigrantes poloneses que chegaram ao

⁹ Disponível em: <http://tresbarras.sc.gov.br/cidade/historia-de-tres-barras>

¹⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cruz-machado/historico>
<http://pmcm.pr.gov.br/historico/>

Paraná em 1870 fixando diversos núcleos coloniais ao sul da província. Sendo que ainda em 1853, já se fixara ali o primeiro indivíduo de etnia polonesa, Jeromin Durski.

O atual município de Cruz Machado (homenagem ao Senador do Império que apoiou a emancipação da Província do Paraná) foi, assim, em princípio, um núcleo colonial organizado e fundado pelo Governo Federal, com o fim de aproveitar, colonizar e povoar grandes áreas de terras, até então subaproveitadas e que se prestavam admiravelmente bem a diversos ramos da agricultura, principal fonte de riqueza e de aculturação de imigrantes europeus e tocaram a produção ervateira e extrativista tão cara a região.

Pela Lei Estadual nº 1735, de 22 de fevereiro de 1918, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Judiciário do Município de União da Vitória e, em 1951, por força da Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro do mesmo ano, é finalmente elevado a categoria de município.

3.1.12 MALLET – PR¹¹

A ocupação colonial do Vale do Iguaçu remota há aproximadamente 100 anos da imigração europeia, entre 1768 e 1777, com as expedições pelo Sertão do Tibagi tendo como pioneiros Domingos Lopes Cascais e Bruno da Costa Figueira que, em várias expedições, percorreram o caminho do Peabiru até a divisa com as terras espanholas.

Já em 1884 iniciavam-se os trabalhos de medição das terras e formação de núcleos coloniais da região Sul do Paraná, neste interim, 15 famílias marcharam para o Sul, sendo conhecidos somente três chefes delas: Frederico Carlos Franco de Souza, João Teixeira de Lima e Antônio Rodrigues de Lima. Após dois meses, atingiram a região localizada à margem esquerda de um rio, onde formaram um pequeno povoado com moradias provisórias e deram a denominação de Rio Claro, em virtude da limpidez das águas. Eles não faziam parte do plano de colonização, mas acabaram se torando legalmente uma colônia em 1891, que se tornou a maior colônia em extensão às margens do Rio Iguaçu.

Meses antes, em 1890 chegaram os primeiros imigrantes europeus, vindos da Polônia, e também se estabeleceram ali. Apesar de ser basicamente camponesa, a imigração polonesa apresentou um bom número de intelectuais, jornalistas, cientistas, sacerdotes, militares, artistas, que muito contribuíram para a modernização e o progresso material e intelectual da região. Seguidos deles, em 1891, cerca de três mil ucranianos estabeleceram-se em Rio Claro e Eufrosina.

Em 1903, os trilhos da estrada de ferro da RFFSA foram construídos a vinte quilômetros ao sudoeste da Vila de Rio Claro do Sul, e logo foi construída uma estação ferroviária com o nome de “Estação Ferroviária Marechal Mallet”, em homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno de Medeiros Mallet, natural de Bagé – RS, membro da tradicional família militar

¹¹ Disponível em: http://mallet.pr.gov.br/Site_mallet/historiademallet.asp
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mallet/historico>

brasileira. Com a construção dessa estação e da estrada de ferro, muitas famílias, boa parte Ucríanas vieram morar nas redondezas formando um pequeno povoado chamado de “São Pedro de Mallet”, às margens de um riacho chamado Charqueada. Nas proximidades desta estação ferroviária construiu-se uma pequena capela cujo padroeiro é São Pedro, daí o nome de São Pedro de Mallet. Com o evidente progresso trazido pela estrada de ferro, esse povoado recebeu, então, nos anos seguintes, a chegada de muitas famílias vindas da Europa.

A partir da criação do Município de São Pedro de Mallet, o mesmo foi desmembrado do Município de São Mateus do Sul, passando a pertencer a Comarca de União da Vitória. A Vila de São Pedro de Mallet, sede do município, foi incorporada com mais três núcleos absorvendo o povoado de origem, Rio Claro além de Vera Guarani e Dorizon.

Em 26 de março de 1921, foi criado o Distrito Administrativo de Paulo Frontin, e em 1938, o Distrito de Dorizon. A Lei Estadual de nº 2645, de 1 de abril de 1929, deu oficialmente a denominação a grafia de “Mallet”, sendo extinto o termo São Pedro de Mallet.

3.1.13 PAULO FROTIN - PR¹²

A origem de Paulo Frontin se confunde com a de Mallet, pois também se originou a partir da já contada história da colônia de Rio Claro, quando em 1900, outras 825 famílias de imigrantes poloneses, ucranianos e russos chegaram trazendo novo impulso no seu povoamento originando diversos novos núcleos coloniais, entre os quais o de Vera Guarani, antigo topônimo do Município de Paulo Frontin.

Fundada pelo Governo Federal, a 20 de janeiro de 1902, como parte do programa de formação de colônias baseadas na agricultura de subsistência, o qual estava investindo na imigração europeia, através da chamada corrente civilizadora para povoamento e desenvolvimento do sul do Brasil, ainda pouco habitado, o Núcleo federal Vera Guarani firmou sede onde posteriormente se instalaria a Estação Ferroviária de Paulo Frontin, para onde se aglutinaram numerosos imigrantes ucranianos e poloneses. Desde então, a sede do “Núcleo Colonial de Vera Guarani” passou a denominar-se Paulo Frontin.

No dia 29 de setembro de 1943, aproximadamente às 7 horas, ocorreu a maior tragédia da história de Paulo Frontin, a explosão de um trem de carga vindo de Ponta Grossa com destino a União da Vitória, constatando o grande perigo, os turneiros pediam que as pessoas se afastassem dos vagões. Nem todas atenderam, a explosão cavou buraco de 15 metros de largura e 10 metros de profundidade. A estação e um armazém foram destruídos. A 200 metros do local havia uma loja: o choque foi tão forte que caiu tudo das prateleiras. Pessoas a 500 metros foram jogadas ao chão, e as mais próximas, cerca de 23, morreram. A maioria dessas vítimas encontra-se enterrada no cemitério de Vera Guarani.

¹² Disponível em: IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paulo-frontin/historico>
http://paulofrontin.pr.gov.br/pagina/78_Historia-da-Cidade.html

O Distrito Judiciário de Paulo de Frontin foi criado pela Lei Estadual nº 2040, de 26 de março de 1921, em Mallet, e, em 1951, foi elevado a categoria de município autônomo.

3.1.14 PINHÃO - PR¹³

A origem do nome do município remonta a 1771, quando o tenente-coronel Afonso Botelho se juntou com outros membros da expedição ao que mais tarde seria chamado de Jordão (ver Município de Foz do Jordão), pondo-lhe o nome de Porto do Pinhão do rio Jordão. Já em 1819, o Rei de Portugal d. João VI mandou levantar o Marco Régio e medir 4 Sesmarias nos campos de Pinhão. Pinhão foi o nome dado ao rio e ao lugar em virtude das extensas e belas matas de pinheiro do Paraná, a área foi chamada “Imóvel Pinhão” e pertencia à sesmaria de propriedade de Silvério Antonio de Oliveira que mais tarde doou a sesmaria aos seus 10 filhos. A área chamada “Imóvel Pinhão” ficou para a Sra. Gertrudes Maria Jesus. Posteriormente, instalaram-se na localidade as famílias de Pedro Secundino da Silveira, Antônio Prestes da Rocha, Felisbino de Souza Bueno e o comerciante Job Azevedo. O povoado se fortaleceu e cresceu. Em 18 de fevereiro de 1964, de acordo com a Lei nº 4823, foi instalado oficialmente em 14 de março de 1965 o Município de Pinhão. Em 15 de dezembro desse mesmo ano foi empossado o primeiro prefeito, Sr. Ozires Seiler Roriz.

Tem sua economia voltada para agropecuária, tanto de corte como leiteira, para a agricultura e a indústria extrativista madeireira, tendo pouco destaque no comércio. A principal renda econômica do município vem da produção agrícola. É um dos maiores produtores de grãos, leite e carne bovina. Destacando-se na venda de lambaris da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia.

3.1.15 SÃO MATEUS DO SUL – PR¹⁴

A povoado de São Mateus do Sul surge como entreposto de apoio às bandeiras militares lançadas pelo governador da capitania de São Paulo, Dr Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, com o objetivo de conquistar Guarapuava. O Tenente Bruno da Costa Figueiras, com uma expedição de 25 homens foi o primeiro que pisou nas terras de São Mateus, em 1769. O primeiro agrupamento humano a se estabelecer na cidade foi de nacionais, no ano de 1877, já em 1885 chegaram os alemães, atraídos pela notícia da existência de petróleo na região, entre eles Rodolpho Wolff e Gustavo Frederico Thenius.

No ano de 1890, chefiados por Sebastião Edmundo Saporski, chegaram os poloneses em um numeroso contingente de 2000 famílias. Eram proletários atraídos pela propaganda de uma

¹³ Disponível em: <http://www.prdagente.pr.gov.br>

¹⁴ Disponível em: <http://www.saomateusdosul.pr.gov.br/historia/>

terra promissora onde corria “leite e mel”. No início passaram por muitas dificuldades, tendo que esperar em ranchos cobertos de capim até que seus lotes fossem demarcados.

Quem denominou as colônias foi o padre Smolucha. Mais tarde também foram marcados os lotes na Colônia Água Branca, onde foram assentadas aproximadamente 200 famílias.

Inicialmente, a colônia recebeu o nome de Porto Santa Maria, como homenagem à protetora das esposas e filhos dos fundadores. Mais tarde, mudou para Colônia Maria Augusta, em honra à esposa do engenheiro-chefe José Carvalho Sobrinho, um dos administradores da Colônia. Mais tarde recebendo o nome de Colônia São Mateus. No dia 21 de setembro de 1908 transformou-se no município de São Mateus, através da lei 763 do dia 2 de abril. No ano seguinte foi constituído em termo judiciário e em 1912 em Cabeça de Comarca, sendo sua sede elevada a categoria de cidade. A partir de 1943, por decreto estadual, passou a chamar-se São Mateus do Sul.

A economia se baseou no extrativismo como de praxe na região, o almejado petróleo não se confirmou, no entanto, na década de 60, a Petrobras decidiu implantar uma usina experimental para o aproveitamento do xisto no município que trouxe um grande impulso a economia local.

3.1.16 UNIÃO DA VITÓRIA – PR¹⁵

As primeiras expedições na região ocorreram em 1726, quando a área ainda era intensamente habitada por índios botocudos. Por esse e outros motivos, como falta de interesse, não estabeleceram nenhum núcleo de povoamento.

Mas com a descoberta dos Campos de Palmas, e a ocupação dos mesmos, surgiu a necessidade de encurtamento do caminho entre Palmas e Palmeira, para onde seriam conduzidas as tropas de gado. Assim, Pedro Siqueira Cortes, em 12 de abril de 1842, descobriu o vau, o qual permitia a passagem de tropas e igualmente, servia como ponto de embarque e desembarque aos que utilizavam o trânsito fluvial.

Surgiu então o local denominado de Porto União, alterado em 1855 para Porto União da Vitória, e em 1877 para Freguesia de União da Vitória.

Desses primeiros colonizadores portugueses, seguiram os alemães, em 1881, apesar de encontrarem adversidades para se estabelecerem no local, novas levas de imigrantes alemães continuaram a chegar à região nos anos e décadas seguintes, provenientes da Europa ou de outros núcleos de imigração do sul do Brasil, fundando escolas, clubes e comunidade luterana e os mantiveram, por meio dos anos seus costumes culturais e religiosos.

¹⁵ Disponível em: <http://uniaodavitoria.pr.gov.br/276-2/>

União da Vitória (PR). Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://uniaodavitoria.pr.gov.br/o-municipio/historico/>. Acesso em: ago. 2015.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/uniao-da-vitoria/historico>

Nos anos seguintes, juntaram-se a eles os Ucrânicos, em sua maioria, lavradores, e se dedicaram ao mesmo ofício nas terras colonizadas. Italianos que atuaram na navegação e na agricultura. E Poloneses oriundos dos grandes contingentes já citados anteriormente que se instalaram na região, de 1890 a 1896 e de 1907 a 1914. Fixaram-se principalmente na área rural e dedicaram-se ao cultivo da terra e, como lavradores, contribuíram para o engrandecimento da região. Cabe, inclusive, a eles a introdução do uso da carroça no Brasil. União da Vitória foi elevado à condição de cidade pela Lei Estadual n.º 744, de 11 de Março de 1908.

3.2 Contexto Etno-Histórico

A região que compreende o empreendimento torna-se extremamente complexa em sua etno-história, pois somados ao turbilhão cultural fundamental do país, formado pelos povos indígenas, povos africanos e portugueses, estão os europeus de outras terras do velho continente, principalmente alemães, italianos, poloneses, austríacos e ucranianos que ali se estabeleceram em meados do Século XIX, um multifacetado perfil étnico como avalia o historiador Toni Jochem.

Basta ressaltar que nesse Estado, há a presença da etnia alemã em muitas cidades; em muitas outras, a presença marcante é a dos italianos; mas, também marcam presença os holandeses, em Biguaçu; os austríacos, em Treze Tílias; os suíços, na região de Joinville; e, no Planalto Serrano, os japoneses. Igualmente, mencionam-se os poloneses, presentes em diversas regiões; os franceses, no Norte do Estado; os letos, na região Sul; os açorianos, os madeirenses e os portugueses em muitas cidades, notadamente nas do litoral. Finalmente e do mesmo modo, merecem destaque os belgas na região de Ilhota, além de muitas outras etnias, que compõem o citado perfil dos catarinenses (JOCHEM, 2011).

Muito dos costumes destes colonizadores, já foram descritos nos contextos históricos das cidades, sendo necessário aqui, remontar um pouco da história dos primeiros povos da região, iniciemos analisando o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, como podemos ver na figura 00 que apresenta o recorte da região, ela era habitada em épocas pré-cabralinas e nos primeiros anos da colonização portuguesa por povos Carijós (ou Guaranis) no litoral e Botocudos que são generalizados juntos a vários outros povos como os Kaigangs e Xoklengs no interior, povos que definiram seus territórios de maneira completamente diferentes das divisões territoriais da República Federativa Brasileira.

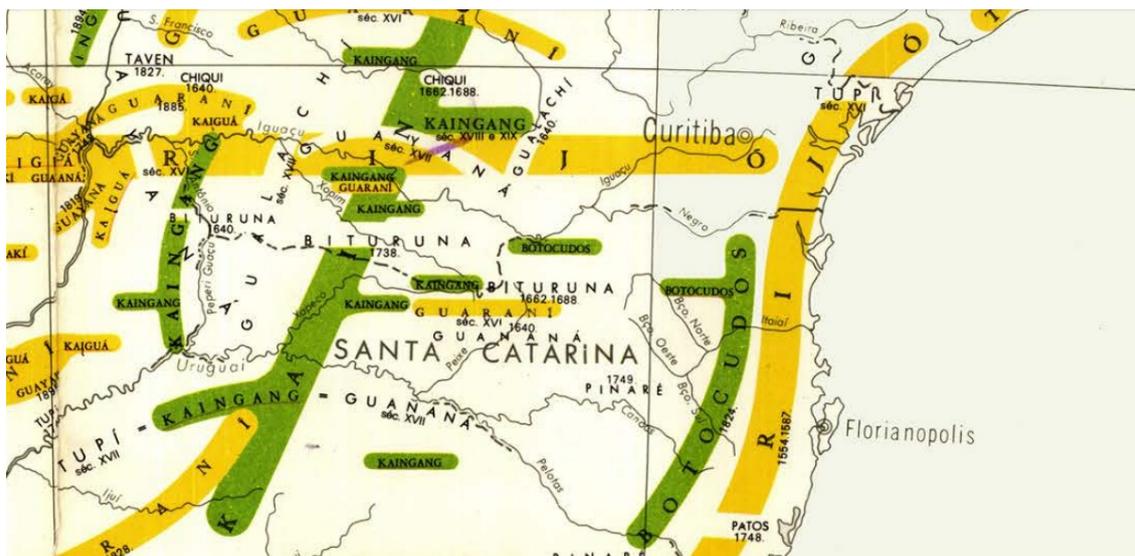


Figura 2 - Recorte da região no Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju

Um dos primeiros textos que descreviam mais detalhadamente os botocudos de Santa Catarina foi escrito em 1924 por José Maria de Paula, “Memoria sobre os botocudos do Paraná e Santa Catharina”.

são os descendentes dos aborígenes primitivos que habitavam todo o interior do Brasil meridional: os Tapuias, pertencentes a grande nação dos Aymorés. Esta é a opinião que mais nos parece acertada, sendo elles, portanto, os ultimos sobreviventes d'aquella numerosa e guerreira nação, hoje representada por este grupo, que agora permanece nos acampamentos do Rio Plate (PAULA, 1924).

Entre esses indígenas estão os falantes das línguas kaingang e xokleng, ambos no tronco da Família Jê. A hipótese é de que os grupos falantes do proto-Kaingang/Xokleng tiveram suas origens mais ao centro do Brasil, entre as nascentes do São Francisco e Araguaia, migrando para o Sul por volta de 3.000 anos atrás, tratar Kaingang, Xoklengs e Botocudos como uma única nação é uma generalização, mas são considerados pela arqueologia e historiografia parentes próximos, não própria arqueologia não há distinção, sendo todos classificados comumente como os “Jê do Sul”. Nesse caso, trataremos aqui da mesma forma de clarificar as ideias devido a brevidade do texto.

Considerados índios ferozes sob a perspectiva do colonizador, foram por muitas décadas declarados inimigos pelos portugueses, muito do que se conhece sobre eles, partiu dos estudos do etnólogo alemão Paul Ehrenreich, que permaneceu entre os botocudos em

expedições realizadas no século XIX, Ehreinreich relata os costumes, língua, inclusive o canibalismo praticado contra os inimigos derrotados em combate.

Os Botocudos, também chamados de Tapuias ou Aimorés (...) pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, são caçadores e coletores seminômades, com uma organização social que se caracteriza pelo constante fracionamento do grupo, pela divisão natural do trabalho e por um sistema religioso centrado na figura dos espíritos encantados dos mortos. (DADALTO, 2014. p. 15)

A nação dos Botocudos na verdade, integra várias tribos diferentes, como os Näk-nenuk; Näk-erehä; Etwet; Takruk-krak no sudeste e Kaigangs, Xoklengs e Aweikoma ao sul. Que por sua vez são divididas em tribos menores “que se denominam pelo nome de seu cacique atual ou de um cacique anterior famoso entre eles”. (EHREINREICH, 2014. p. 52). Mencionados em diversos relatos desde os primórdios da colonização do território brasileiro, a prevalência do nome Botocudo é vista a partir de meados do século XVIII, muito em parte, em virtude de generalizações e também do processo de aculturação sofrido por esses grupos indígenas. Sendo que o nome “botocudo” adveio da característica particular de utilizar como adorno, botoques no lábio inferior e nas orelhas, resistiram à ocupação dos portugueses, pois ocupavam um território que compreendia grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata (DADALTO, 2014. p. 19).

Considerados selvagens pelos portugueses, o próprio Ehreinreich, relata usando termos de sua época, um “baixo nível de cultural” mesmo no século XIX,

O nível cultural dos Botocudos certamente é um dos mais baixos que podemos encontrar atualmente em qualquer povo da terra. Ainda nos dias de hoje, as tribos selvagens vivem em nudez completa, eu não vi nem mesmo a cobertura dos genitais com uma camada de folhas junto aos indivíduos (...) As suas moradias (Kižēm) são coberturas simples feitas de pequenos troncos de madeira, colocados enviesados, atados com cipós e cobertos com folhas de palmeira ou helicônias. Em tempos de chuva, a parte frontal aberta e os lados igualmente são fechados com folhas que podem ser viradas para o lado num lugar que serve de entrada. (EHREINREICH, 2014, p. 77).

Ehreinreich relata ainda que nem mesmo a técnica da construção de canoas eram conhecidas pelos Botocudos, exceto pelas tribos já assentadas em aldeias que aprenderam a técnica de orientados por outras tribos indígenas. Outro pesquisador que os descreveu de forma pouco amistosa, foi Jules Henry que reconheceu o sistema social Botocudo (chamados por ele de Kaingáng) como não estruturado, uma “anomalia” em relação aos outros grupos do tronco Jê, posição que o antropólogo Alexandre Machado Namem tenta explicar,

Possivelmente Henry enfatizou a falta de estrutura social entre os Botocudo por ter se deparado com uma sociedade na qual eram praticadas simultaneamente diversas formas de casamento, isto é, poligamia, monogamia, etc. e principalmente casamento grupal, o que dava a impressão de não existir regras de casamento; além disso, pareciam inexistir grupos de parentesco claramente definidos, tais como linhagens, clãs ou classes matrimoniais (Namem, 1991, p.21).

Namem também cita a posição crítica de David Hicks sobre o trabalho de Henry em relação à organização social dos Botocudo.

Analisando a estrutura do simbolismo Botocudo (chamados por ele de Aweikoma), Hicks procurou mostrar, ao contrário da falta de estrutura apontada por Henry (1364), a existência de um princípio de oposições binárias que regulava o simbolismo desses índios, e isso a partir do estudo das categorias e dos princípios de classificação simbólica Botocudo fornecidos pelo próprio Henry, uma vez que nunca estivera entre ele (Namem, 1991, p.21).

Vale ressaltar que esses contatos se deram séculos depois da chegada dos portugueses, então é necessário enfatizar o grau do impacto desse contato nada amistoso, genocida pra ser mais exato, na estrutura social desses povos.

Paula nas já citadas “memórias sobre os botocudos” relata os inúmeros “assaltos” e assassinatos cometidos pelos índios na Estrada da Mata no século XIX e os sucessivos fracassos na tentativa de pacificar os índios, tanto da liga Patriótica, criada exclusivamente pra resolver a questão indígena que teve entre as desastrosas tentativas de contato, uma feita pelo “Pacificador” José Bernardino da Silveira que sequestrou duas índias com intuito de fundar uma “aldeia de atração” mais próxima de Florianópolis. Insucesso também teve as tentativas de catequese por padres capuchinos, que de acordo com Paula, “jamais se embrenharam nos sertões, para entabolar relações com os índios” (1924, p 118).

Mais sorte tiveram os portugueses no contato com os Carijós, da família linguística Tupi-Guarani (a mesma sorte não se pode dizer do lado dos indígenas), habitantes do litoral e menos avessos as interações sociais.

De acordo com Clovia Antonio Brighenti (2012),

As pesquisas arqueológicas realizadas na ilha de Santa Catarina encontraram vestígios da presença dessa população 400 anos antes da chegada dos europeus, à época denominada Carijó. Em 1528 aparece pela primeira vez o

emprego do nome Guarani, na carta de Luiz Ramires. Os Guarani litorâneos ou Carijós mantinham comunicação com os demais Guarani que ocupavam os atuais estados do RS, PR, SP e os países do Paraguai, Argentina e Bolívia.

Tendo assim, muito mais relatos de viajantes e missionários sobre seus comportamentos, como os descritos no artigo de Schmitz e Rogge (2017), que traz informações do início do século XVII sobre as edificações das aldeias construídas “todas de jeçara [yuçara = uma palmeira] a pique”, sobre as relações de parentesco com o olhar espantado pelo desconhecido “No vício da carne são sujíssimos (...) têm as sobrinhas por mulheres, (...) as netas, e alguns têm por mulheres as próprias filhas”. E principalmente não compreendiam o papel das mulheres na relações sexuais “E o que mais espanta [é] haver índia que tem dois maridos, e destas muitas; e ambos estão juntos com elas.”, os relatos contidos no artigo continuam descrevendo de vestuário, artefatos, hábitos alimentares incluindo o canibalismo, muito embora, historiadores como Oswaldo Cabral afirmava que não existia indícios de que os carijós fossem antropófagos, considerando-os o “melhor gentio da costa”.

Os pesquisadores, entretanto, ressaltam que,

Os relatórios missionários, mesmo quando tratam de costumes indígenas, não devem ser tomados como resultado de pesquisa etnográfica, porque eles não foram escritos com tal objetivo. A etnografia, como ciência, vai aparecer mais de um século depois. Para utilizar corretamente seus dados é preciso olhar para a identidade de quem escreve (um missionário, nascido e criado em Portugal), sua formação (humanidades e teologia), seu objetivo (informar sobre suas atividades missionárias), as circunstâncias locais (competição entre catequese e escravização dos índios), para quem (superiores e colegas), caráter do texto (carta ou relatório), estilo (coloquial ou literário) (SCHMITZ e ROGGE, 2017, p. 266).

Seguindo esse fio, apesar de existir muito mais relatos sobre os Carijós, igualmente a historiografia da região os renegam quase que totalmente em detrimento da história dos Europeus, o pesquisador Moacir Avilla mostra por exemplo que em um livro de 543 páginas publicado sobre a história do Estado de Santa Catarina, apenas 5 páginas foram dedicadas a história dos primeiros habitantes.

Avilla também fala sobre o livro do já citado Cabral, que apesar de conter mais informações sobre os índios, não se diferenciava do mais básico texto descritivo,

A maneira de viver, os costumes e os hábitos dos carijós, não eram diferentes dos demais naturais do país, vivendo seminus ou totalmente nus, cobertos por penas e peles. Os Carijós moravam em choças cobertas de folhas, com as paredes de pau-a-pique, viviam em tribos, e cada uma delas tinha um chefe, e esse chefe conduzia-os nas guerras, que aconteciam

freqüentemente entre estes. Sobre a alimentação dos Carijós, fala que já existia uma agricultura e que era ocupada pelas mulheres. Os Carijós eram exímios arqueiros, sendo que desde menino era ensinado a utilização das armas. Possuíam instrumentos de sopro e percussão, e tinham o hábito de cantar e dançar durante as cerimônias de rituais de seu grupo. Sabiam preparar bebidas fermentadas e traçar cestos, redes e esteiras (AVILLA, 2006, p. 11).

Atualmente, existem cerca de 10.000 indígenas em 29 Terras Indígenas no Estado de Santa Catarina, e cerca de 9.000 em 16 reservas indígenas no Paraná.

3.3 Comunidades Tradicionais¹⁶

3.3.1 Terras indígenas, comunidades quilombolas

Para a análise da viabilidade da construção do empreendimento em estudo, se faz necessário, especialmente do ponto de vista socioeconômico, a análise detalhada das populações sensíveis a empreendimentos. O art. 3º, I do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define os povos e comunidades tradicionais como

“...grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto 6.040/2007).

Considerando os aspectos legais, no caso da existência destes grupos na área de influência do empreendimento, outras entidades governamentais serão envolvidas no processo de licenciamento. Dentre as principais estão a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

As áreas supostamente sensíveis à influência do empreendimento sob o ponto de vista do patrimônio cultural (quilombolas, indígenas, caiçaras) encontram-se em distância relativamente segura no que se refere aos prováveis impactos. Conforme apresentado no Termo de referência Específico (TER).

¹⁶Fonte: Relatório de caracterização e análise socioambiental – Fevereiro/2017.

15 ISA. Quadro Geral dos Povos. <https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>;
<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

16 http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

PR	CANDÓI	4104428	DESPRAIADO
PR	TURVO	4127965	CAMPINA DOS MORENOS
PR	CANDÓI	4104428	VILA SÃO TOMÉ
PR	CANDÓI	4104428	CAVERNOSO 1
PR	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	4125704	APEPÚ
PR	ADRIANÓPOLIS	4100202	SÃO JOÃO
PR	ADRIANÓPOLIS	4100202	ESTREITINHO
PR	ADRIANÓPOLIS	4100202	BAIRRO TRÊS CANAIS
PR	BOCAIÚVA DO SUL	4103107	AREIA BRANCA
PR	GUARAQUEÇABA	4109500	BATUVA
PR	GUARAQUEÇABA	4109500	RIO VERDE
PR	ADRIANÓPOLIS	4100202	PRAIA DO PEIXE
PR	CASTRO	4104907	TRONCO
PR	ADRIANÓPOLIS	4100202	BAIRRO CÔRREGO DO FRANCO
PR	LAPA	4113205	FEIXO
PR	LAPA	4113205	RESTINGA
PR	LAPA	4113205	VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL
PR	PALMAS	4117602	ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA
PR	PALMAS	4117602	CASTORINA MARIA DA CONCEIÇÃO
PR	IVAÍ	4111407	RIO DO MEIO
PR	IVAÍ	4111407	SÃO ROQUE
PR	PALMAS	4117602	TOBIAS FERREIRA
PR	ARAPOTI	4101606	FAMÍLIA XAVIER

4 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

4.4 Esboço Geral da Arqueologia no Paraná

A arqueologia brasileira é motivo de muitas discussões entre pesquisadores de diferentes filiações teóricas-metodológicas. No Estado do Paraná não foi diferente. O debate acontece entre os pesquisadores filiados ao histórico-culturalismo onde procuram compreender as tradições e fases a partir da cultura material, e os processualistas que possuem uma visão mais ampla dos processos dentro dos contextos socioculturais e a busca da compreensão da diversidade humana (OLIVEIRA, 2002).

Entre 1876 a 2001, de acordo com a autora, cinco instituições estiveram ligadas às pesquisas arqueológicas no Estado do Paraná. São elas: o Museu Paranaense, o Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá e o Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (OLIVEIRA, 2002).

Nesta região há também importantes sítios arqueológicos que são as ‘casas subterrâneas’, este é um tipo especial de sítios arqueológico presente desde o sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul e trata-se de sítios de habitação. De acordo com Marisa Coutinho Afonso, em seu artigo intitulado “casas subterrâneas, arqueologia das regiões Sul e Sudeste do Brasil”, afirma que:

As casas subterrâneas aparecem principalmente a partir do século 6 da nossa era, mas a cerâmica em torno do século 9, tanto no planalto como no litoral, torna-se mais comum a partir do início do segundo milênio (ROGGE e BEBER, 2013). Apesar do estudo dessas casas ter começado na década de 1960, nos últimos dez anos houve uma intensificação de pesquisas e cada vez se conhece mais sobre essa ocupação tão importante das regiões Sul e Sudeste (AFONSO, p.32, 2014).

A frente das pesquisas arqueológicas nessa região esteve pesquisadores amadores como o desembargador Agostinho Ermelino de Leão, os historiadores Ermelino Agostinho de Leão, Alfredo Romário Martins e o médico José Loureiro Fernandes, sendo que Igor Chmyz e Oldemar Blasi foram os primeiros arqueólogos locais a atuarem no Estado. A partir da década de 1980, a arqueóloga Cláudia Inês Parellada inicia suas contribuições para a arqueologia paranaense, assim como o arqueólogo Francisco Silva Noelli em meados da década de 1990. (OLIVEIRA, 2002).

Os amadores foram os que deram início às pesquisas arqueológicas no Paraná. Eram pesquisas isoladas, em sítios específicos, sem objetivo científico. As pesquisas tinham por objetivo colecionista para museus e instituições da década de 1870. (OLIVEIRA, 2002).

Em 1956 é fundado o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas na Universidade do Paraná, dando fim às pesquisas amadoras. A fundação da instituição promoveu a ida dos pesquisadores do Annette Laming e José Emperaire, Meggers e Clifford Evans no ano de 1964 para ministrarem cursos de métodos de campo e laboratório, o que resultou na implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

A metodologia de pesquisa pronapiana era filiada ao histórico-culturalismo, ou seja, “os pesquisadores deveriam localizar o maior número de sítios possível, dentro de uma área selecionada, já que o ritmo do trabalho estava condicionado a termos financeiros, que previam o fim do Programa para 1970” (OLIVEIRA, p. 225, 2002). Assim, no Estado do Paraná, há uma grande quantidade de sítios arqueológicos prospectados e mapeados, o que resultou em uma grande coleção arqueológica composta por fragmentos cerâmicos e materiais líticos.

Em 1994, um grupo de pesquisadores com formação processualista começam a testar e criticar os pressupostos e resultados obtidos pelos pesquisadores do Pronapa. Deslocaram a ênfase das análises descritivas dos artefatos para a busca dos significados e contextos onde apareçam as populações que deixaram os registros arqueológicos, tendendo a desembaraçar-se da coleção, da procura incerta de objetos isolados, para dedicar-se à pesquisa sistematizada do contexto de produção. No Paraná as pesquisas sob a vertente processualista estão numa fase preliminar de

estudo dos resultados obtidos pelas pesquisas anteriores. (OLIVEIRA, p. 225, 2002).

Ainda, segundo a autora:

O balanço histórico das pesquisas no período de 1876 a 2001 nos revelou que a maior contribuição da Arqueologia feita no Paraná para a pré-história das populações indígenas é a localização de 1973 sítios arqueológicos e a identificação dos marcadores cerâmicos e líticos, fato que deixa um legado promissor para o futuro das pesquisas. (OLIVEIRA, p. 225, 2002).

4.4.1 Os sítios arqueológicos Jê do Sul no Paraná

O Estado do Paraná conta com grande trajetória de pesquisa de sítios com material associado aos grupos da família linguística Jê, mesmo antes das definições das tradições Itararé e Taquara. Tais pesquisas ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960 em decorrência da formação de profissionais pelo CEPA. (SOUZA, 2013).

Durante o PRONAPA, um marco foi a definição da Fase Itararé a partir do material cerâmico de sítios nos vales dos rios Itararé e Paranapanema (CHMYZ, 1967a). Posteriormente, essa fase deu nome à Tradição Itararé, definida antes da Tradição Taquara do Rio Grande do Sul (MILLER, 1971), o que leva Araújo (2007, p. 17) a propor o nome Itararé-Taquara como o mais correto para se referir à unificação das duas tradições, como de fato já era seguido por alguns arqueólogos (PARELLADA, 2005). (SOUZA, 2013).

Ainda sobre o tema:

Ao longo dos anos seguintes, durante a execução do PRONAPA, a maior parte das fases da Tradição Itararé foi definida por Igor Chmyz. No médio rio Iguaçu, esse pesquisador registrou estruturas semi-subterrâneas (ou “casas subterrâneas”) – já conhecidas por ele a partir de sua experiência em uma dessas estruturas em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (CHMYZ, 1965) – e aterros de função mortuária, sendo esses sítios atribuídos à Fase Catanduva (CHMYZ, 1968a, 1969a). Já nesse momento, Chmyz (1967b, p.21-22; 1968a, p.49) atribui tais vestígios a uma ocupação Jê meridional, baseado tanto em relatos etnohistóricos quanto na comparação entre a cerâmica Kaingang recente e a arqueológica. Não se deve esquecer que o mesmo autor sempre enfatizou a existência de uma cerâmica distinta denominada por ele de Casa de Pedra, sendo esta predominantemente lisa, globular e sem as bases planas típicas da Tradição Itararé (CHMYZ, 1967b, p.21-25). (SOUZA, 2013).

A partir da década de 1970, grande parte das pesquisas sobre a tradição Itararé no Estado do Paraná eram advindas de pesquisas da Arqueologia de Contrato, como o projeto de Itaipu (CHMYZ, 1976), que identificou uma grande quantidade de sítios a céu aberto e algumas estruturas semi-subterrâneas. Foram identificados sítios relacionados à fase Cantu, a qual haviam sido atribuídos aos sítios do baixo Piquiri com pequeno percentual de decoração plástica. (SOUZA, 2013).

Depois de Itaipu, outro projeto ligado a uma hidrelétrica, a de Salto Santiago, produziu grande quantidade de dados sobre a Tradição Itararé no médio rio Iguaçu (CHMYZ, 1981). Todos os sítios eram a céu aberto, embora em dois houvesse vestígios de possíveis estruturas semi subterrâneas (CHMYZ, 1981, p.39-43); notável também é a existência de uma estatueta fragmentada (CHMYZ, 1981, p.52), a primeira relacionada a essa tradição (outra foi mais recentemente escavada por Demasi, 2009, p.107). Com os dados de Salto Santiago somados às pesquisas anteriores, Chmyz (1981, p. 89-95) construiu uma nova síntese. (SOUZA, 2013).

A partir dessas pesquisas, foram identificadas novas fases. A fase Xagu, caracterizada pela grande quantidade de corações plásticos, a maioria incisa. Foi proposta a ideia de que essa cerâmica pertenceria a uma “subtradição incisa” da Tradição Itararé que incluiria as fases Xaxim (Santa Catarina) e Guatambu (Rio Grande do Sul) (SOUZA, 2013).

Após tais pesquisas, também foi proposta a ideia de que a fase Candói pertenceria a uma “subtradição carimbada” da Tradição Itararé, incluindo as fases Caxias e Taquara no Rio Grande do Sul (SOUZA, 2013).

Por fim, foi feita a associação da Tradição Itararé aos Xokleng e da Tradição Casa de Pedra aos Kaingang (SOUZA, 2013).

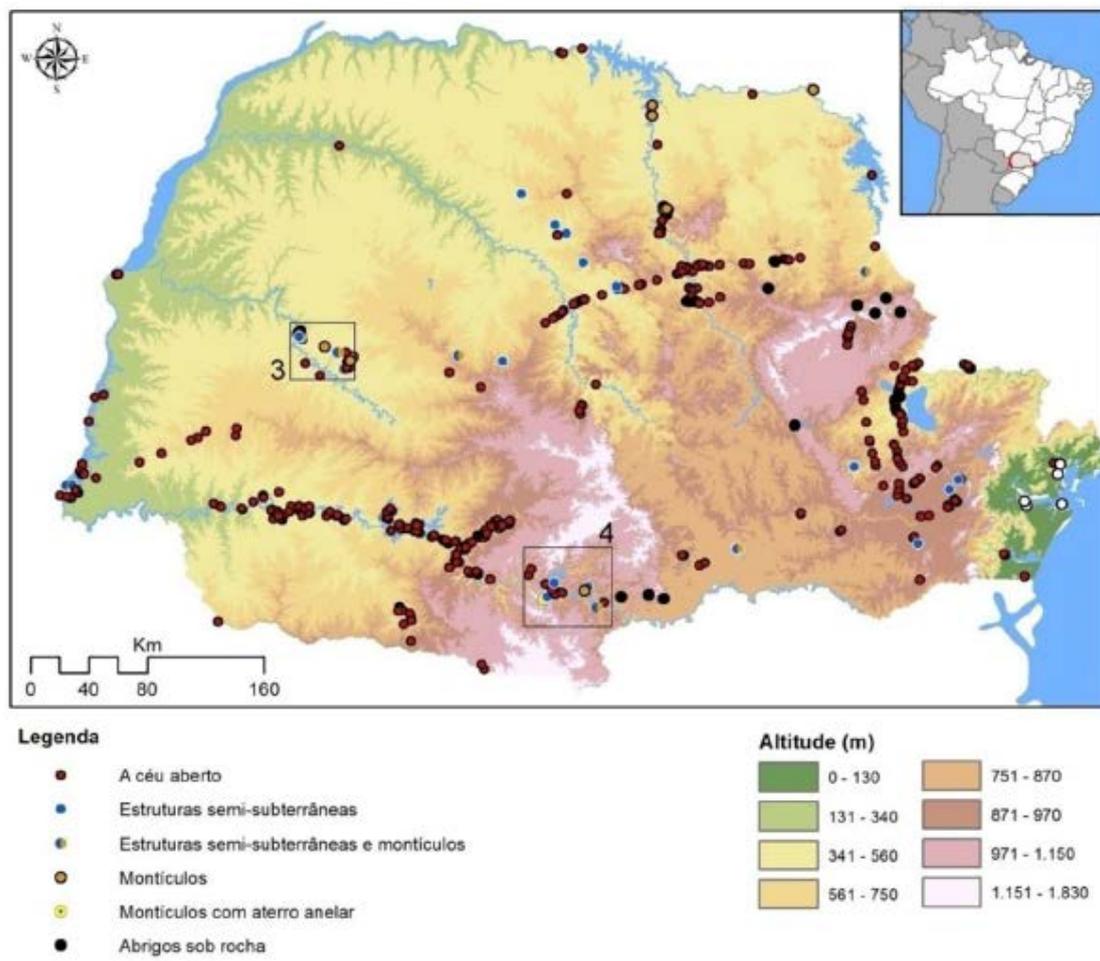


Figura 3 - Mapa dos sítios Jê do Sul no Paraná. Fonte: SOUZA, 2013

4.4.2 Os povos Jê no Estado do Paraná

Com a mudança climática há mais de 4.000 anos, tornando-se mais quente e úmido, as matas de araucária em expansão e os campos e estepes diminuindo (Bauermann & Behling 2009), começam a surgir os primeiros grupos ceramistas horticultores no Estado do Paraná, grupos esses ligados aos povos da família linguística Jê.

Os povos Jê teriam iniciado a migração de regiões centrais da América do Sul em direção ao sul, há mais de três mil anos, buscando paisagens tradicionais (Urban 1992). Com os dados atuais supõe-se ter acontecido troca genética, além de dinâmica cultural, entre os que migravam e os diferentes grupos caçadores-coletores que ocupavam o Paraná. Os primeiros grupos Jê, com cerâmica fina e lisa, distribuíram-se, inicialmente, nas proximidades do rio Paraná, entre os vales do Ivaí e Iguaçu, direcionando-se a áreas montanhosas dos Campos Gerais, Serra do Mar e ainda a planícies costeiras,

e por uma outra entrada pelas terras altas no nordeste paranaense com posterior migração a outros espaços. (PARELLADA, p. 158, 2016).

Os Aratu, outros povos Jê, entraram na região ente os séculos XV e XIX, e são caracterizados através de sítios arqueológicos no centro e norte do Paraná, nos municípios de Apucarana, Prudentópolis e Cambé, entre outros, possivelmente relacionados aos Kayapó do Sul, Ofaié ou Oti-Xavante. (PARELLADA, 2016).

A ocupação Itararé-Taquara foi, preferencialmente, em planaltos cobertos por campos associados à floresta subtropical com pinheiros araucária, havendo assentamentos em vales de rios, no litoral e na serra atlântica, nos abrigos, cavernas e estruturas semi-subterrâneas, que possuíam grande diferenciação de usos, além de áreas de antigos sambaquis na costa litorânea e de acampamentos Umbu (Chmyz 1968a, b, 1995; Chmyz & Sauner 1971; Schmitz 1988, 1991; Parellada 2007; Souza & Merencio 2013). (PARELLADA, p. 160, 2016).

Dando sequência ao tema:

São relacionados monólitos, alinhamentos de pedras e megalitos, discutidos em Langer e Santos (2002), no vale do médio Iguacu, alguns possíveis observatórios astronômicos, e sepultamentos com pedras no médio Ribeira e Tibagi, descritos por Robrahn (1989) e Mota *et al.* (2005). Alguns sítios são multicomponenciais, geralmente com mais de uma ocupação Itararé-Taquara, outras com reocupação por outras populações. A dieta alimentar variável, de acordo com as diferentes especificidades de cada época e subgrupo, nos últimos mil anos baseava-se na coleta de pinhão e mel, na caça e pesca, no cultivo de milho, mandioca, feijão e abóboras, e no manejo ambiental de recursos naturais, alternando o extrativismo com a prática agrícola. O pinheiro araucária, e árvores com frutas importantes na alimentação, como o aracá, a pitanga, e o butiá, tiveram sua área de ocorrência multiplicada através da dispersão planejada de sementes em locais próximos às habitações e roças (Parellada 2005). (PARELLADA, p. 161, 2016).

Os assentamentos Jê no Estado do Paraná se caracterizavam por ser a céu aberto, alguns em cristas de morros e topos de canyons com campos associados a mata de Araucária, como em planícies aluviais e litorâneas, e em abrigos, algumas vezes com sepultamentos e arte rupestre (Parellada 2005).

A associação de cultura material arqueológica Jê com painéis rupestres complexos com muitas figuras humanas e a representação de plantas cultivadas, além de possíveis marcas clônicas, evidenciam formas diferenciadas de apropriação da paisagem e de delimitação de territórios. As áreas com vestígios Itararé-Taquara e abrigos com arte rupestre geralmente possuem vários sepultamentos humanos, como o Pontão em Sengés (Parellada 2005), e as evidências de cremação no abrigo Jaguariaíva 1. (PARELLADA, p. 162, 2016).

4.4.3 A Tradição Tupi-guarani

Há dois mil anos chegaram ao Paraná populações da família linguística Tupi-Guarani, os Tupiguarani, ancestrais de índios Tupi e Guarani, cujos descendentes vivem até hoje no Brasil e em países vizinhos. Vieram provavelmente da Amazônia, ocupando primeiro o norte e oeste paranaense, para depois fundarem aldeias no planalto curitibano e litoral.

Os povos Tupiguarani eram agricultores, plantavam especialmente mandioca, milho, batata-doce e feijão, e moravam em aldeias com 300 a 400 pessoas em grandes casas comunitárias. A cerâmica é diagnóstica para compreender aspectos do cotidiano dos índios Tupi e Guarani, a pintura em linhas vermelhas e pretas sobre engobo branco é muito comum e revela parte da cosmologia desses povos. A forma carenada, assemelhada a quilha de um navio, de algumas panelas cerâmicas é característica de povos Tupi e guarani.

Segundo o arqueólogo Prous (1992), a Tradição Tupiguarani, é a única a receber um nome que lembre um grupo indígena conhecido historicamente. A palavra Tupi refere-se a um tronco linguístico que por sua vez divide-se em famílias, “uma das quais dita Tupi-Guarani reúne os grupos Guaranis da Bacia do Prata (Vales dos rios Uruguai e Paraná) e os grupos Tupis do litoral carioca ou maranhense (Tupiniquins, Tupinambás), além de outros” (PROUS, 1992). Ainda este arqueólogo, os pesquisadores do Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) passaram a chamar esta Tradição Tupiguarani para distinguir os achados arqueológicos dos grupos conhecidos etnograficamente. Esta nomenclatura é aceita pela quase totalidade dos arqueólogos da América do Sul.

A cerâmica destes grupos serve como elemento de diagnóstico. Ela é caracterizada “pela presença de uma decoração policrômica com traços lineares sobre fundo engobado, a cerâmica foi basicamente utilizada para fabricar recipientes...” (PROUS, 1992). Em geral “a pasta recebe um antiplástico de areia, frequentemente misturada com cacos moídos; este último ingrediente é até considerado por Brochado como diagnóstico da cultura e quando ele falta (vales do Rio Pardo, RS, e do Rio Verde, SP), indicaria uma guaranização de grupos de origem cultural diferente” (PROUS, 1992).

Segundo Schmitz e Gazzaneo (1991), a arqueologia dos grupos Guarani é a mais fácil abordagem, porque se conhece sua economia, seus costumes, sua história colonial e o

território que ocupavam. Portanto, há uma ligação inegável entre os Guaranis históricos e os reconstituídos através da arqueologia, também identificados com a Tradição Tupiguarani. Sua economia e sua cultura encaixam perfeitamente no que os antropólogos costumam denominar horticultores de floresta tropical; cultivavam pequenas hortas e roças e praticavam a caça, pesca e a coleta.

Segundo Oliveira & Viana (2000), este grupo de origem amazônica esteve presente em praticamente todo território brasileiro e platino. Na região Centro-Oeste os sítios desta tradição encontram-se em ambientes de mata galeria ou Cerrado. Em terrenos planos ou com declives suaves, próximos de cursos d'água, existem também alguns registros em Mato Grosso de grupos ocupando ambientes fechados, como abrigos.

Os sítios da tradição Tupiguarani caracterizavam-se por viver em ambientes de mata-galeria ou cerrado, em terrenos aplanados ou em declives suaves, próximos a grandes rios utilizados para atividades de pesca e transporte (SCHMITZ & BARBOSA, 1985). Há registros de grupos em ambientes fechados nos estados de Goiás e Mato Grosso, nos quais fragmentos cerâmicos são observados nas camadas mais superficiais de abrigos e em ambientes abertos. Os materiais indicam casos de uma única concentração, a da casa comunal, como é o caso dos sítios encontrados na região da Bacia do Paraná (SIMONSEN, 1983-1984; SCHMITZ, 1989; WÜST 1990).

Segundo Schmitz e Barbosa (1985), os portadores da tradição Tupiguarani subsistiam da agricultura, com destaque para a mandioca. Já para os pesquisadores SCHMITZ, BARBOSA, JACOBUS e RIBEIRO (1989), estes desenvolveram um sistema tecnológico que claramente os distingue dos demais grupos. A cerâmica apresentada por este grupo caracteriza-se pelo emprego do antiplástico de cacos moídos, decoração pintada, com destaque para a policromia, além de uma decoração plástica mais caracterizada pela ocorrência de corrugado e inciso. Os recipientes característicos são vasos rasos e com ombros, bases convexas ou planas e bordas com reforço. Já os instrumentos líticos lascados também são frequentes nos sítios, apresentando marcas de técnicas de polimento, além do lascamento uni e bipolar.

4.5 Esboço Geral da Arqueologia em Santa Catarina

A Arqueologia no estado de Santa Catarina é das mais estudadas em todo território brasileiro, com datações que alcançam os 11mil anos de ocupações.

Essa arqueologia se caracteriza, sobretudo, de forma especial pela presença de importantes sítios com ocupações pré-coloniais com populações sambaquieiras.

Os maiores sambaquis do mundo situam-se em Santa Catarina no litoral de Laguna, Garuva e São Francisco do Sul, onde alcançam trinta metros de altura por centenas de metros de comprimento. Esses sítios foram responsáveis pela o início da arqueologia científica na região.

O estado possui ainda um importante acervo de inscrições rupestres pré-históricas distribuídas

em cerca de 20 localidades, quase todas ao longo da costa, Urubici, na Serra Catarinense, também possui registros arqueológicos datados de mais de 4mil anos.

Os estudos iniciais destes sítios se deram por Rath (1874) quando de forma pioneira já entendia os sambaquis como áreas densamente ocupadas como afirma Paola Rebollar e Tatiana Fernandes:

Rath (1874) foi um dos primeiros pesquisadores a levantar a possibilidade de que alguns sambaquis seriam sepulturas com o caráter de monumentos. Em suas pesquisas, se preocupou com a análise dos rituais de sepultamentos. Além disso, registrou a existência de estruturas arqueológicas como fogões, com restos de carvão, espinhas de peixe e pedras, usadas como suportes. Ofereceu, ainda, informes objetivos sobre localização, morfologia, altura, diâmetro, composição faunística e distância da costa de várias jazidas diferentes. Por fim, denunciou e registrou o processo histórico de destruição dos sítios arqueológicos em Santa Catarina. (REBOLLAR, FERNANDES, p. 276).

Além disso, a partir dos esqueletos encontrados nos sambaquis estudados, Rath (1874) foi possível também criar analogias etnológicas entre os povos dos sambaquis e outros povos que ocuparam densamente toda a região, desenvolvendo inúmeras e importantes pesquisas que perpassam o campo da dieta alimentar, práticas de enterramentos e modos de vida dessas populações.

De acordo com Schimitz (2013) “A pesquisa das populações indígenas de Santa Catarina começou a se afirmar na segunda metade do século XX. Ela acompanha as sucessivas tendências teórico-metodológicas adotadas pelos centros de cultura e pesquisa do Brasil”. Nas palavras de Schimitz (2013):

“No território catarinense conhecemos duas ocupações iniciais: A primeira, com mais de 8.000 anos, de caçadores, nas matas da encosta do planalto ao leste e nas matas do Alto Uruguai a oeste, que se manteve até o fim do primeiro milênio de nossa era. A segunda, um pouco mais recente, de pescadores e coletores junto a estuários, canais, mangues e baías do litoral atlântico, a qual também durou até o final do primeiro milênio de nossa era. De nenhuma delas se conhecem descendentes diretos”. (SCHIMITZ, p.08, 2013).

O estado de Santa Catarina possui uma diversidade ambiental que possibilitou a fixação de várias populações humanas, essas “instalações e desenvolvimento de várias populações humanas surgidas no período holocênico em espaço tropical: caçadores, pescadores, coletores de sementes e horticultores”. (SCHIMITZ, p.19, 2013). Como parte importante do registro dessas ocupações são os registros rupestres que na região de Santa Catarina se apresenta em

duas tradições arqueológicas reconhecidas: a “Tradição Litorânea Catarinense e a Tradição Geométrica, classificação atribuída às representações rupestres existentes no litoral central do estado e na região dos Campos de Lages, respectivamente” (COMERLATO, 2013).

4.5.1 As Gravuras do Litoral Catarinense

A maioria dos sítios do litoral central catarinense está em ilhas, na costa rochosa (costões) que serve de suporte as gravuras, isoladas ou agrupadas em conjuntos gráficos, painéis e dispositivos parietais.

Os sítios estão geralmente em falésia composta, plataforma de abrasão, fenda ou pontal rochoso. A única exceção é o sítio mais setentrional, na Ilha de Porto Belo.

A temática é geométrica, além de representações humanas esquemáticas. A técnica de confecção predominante é o polimento. A importância deste conjunto de sítios soma-se a sua excepcionalidade - são os únicos sítios de representação rupestre até agora identificados em toda a costa brasileira. (COMERLATO, p.150, 2005).



Figura 4 Tipos de representações rupestres do litoral central catarinense, classificados em COMERLATO, 2005: 65-72.

4.5.2 As Gravuras Rupestres do Planalto Serrano Catarinense

As representações do planalto apresentam-se em grutas (arte parietal), em abrigos sob rocha e ao ar livre (arte rupestre). O suporte das gravuras é o arenito, o contorno da escarpa basáltica da Serra Geral. De acordo com Fabiana Comerlato (2013), esses registros ocorrem através em sua maioria gravações por incisão;

“As técnicas de execução são em sua maioria gravações por incisão com secção em “V”, ocorre também a preparação da área por picoteamento e o relevo parietal em “demi-relief”. Os sulcos têm no máximo quatro milímetros de profundidade; em alguns casos possuem vestígios de pigmentação de cor preta (Rohr, 1971a: 32). As técnicas gráficas são a figuração de frente (rosto humano), a segmentação (sexos femininos). As categorias de representação podem ser divididas em: humanas, traços indeterminados e figuras geométricas.” (COMERLATO, p.157, 2005).

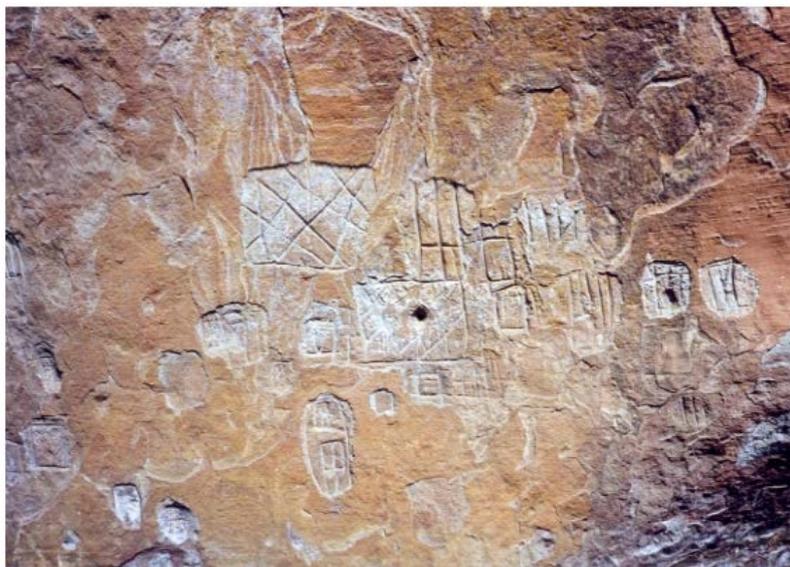


Figura 5 Pannel do sítio Morro do Avencal I, a partir deste sítio definiu-se a subtradição morro do Avencal; Foto: Fernando Comerlato. Disponível em: (REVISTA OHUN – Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA Ano 2, nº 2, outubro 2005 ISSN: 18075479).

Assim como no estado do Paraná, em Santa Catarina também pode-se atribuir a presença de uma A arqueologia Guaraní que se iniciam por volta da década de 1950, através de pesquisas realizadas por Guilherme Tiburtius, João Jose Bigarela e Pedro Ignácio Schimitz, mapeando e estudando sítios arqueológicos com tradições ceramistas Tupi-Guaranpi. (LINO, p.73. 2007). Tais pesquisas possibilitaram uma cronologia dos sítios e das ocupações desses grupos em território catarinense.

Parte importante das pesquisas arqueológicas em Santa Catarina também resultam de trabalhos realizados dentro do mercado da arqueologia preventiva, sobretudo durante a construção das Usinas hidroelétrica de Itá e Machadinho aos rios Uruguai e Pelotas, na divisa do estado com Rio Grande do Sul, este projeto teve duração de 19 anos. De acordo com Lino, (2007), 'trata-se do primeiro trabalho de Arqueologia Contrato no estado', que trouxe como resultados o cadastro de importantes sítios arqueológicos, um total de 310 sítios cadastrados e vários destes passaram pela etapa da de salvamento gerando um importante banco de dados para a pesquisa arqueológica.

Ainda como resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região sul do Brasil, de forma especial nos estados de Santa Catarina e Paraná, em relação aos artefatos cerâmicos e líticos, uma diversidade desses vestígios foram identificadas desde pesquisas iniciadas pelo PRONAPA e que seguem tendo continuidade até o presente com identificação vestígios e criação de importantes coleções arqueológicas.

As cerâmicas desta região, estão inseridas, sobretudo, nas tradições "Itararé e Taquara". Essas tradições estão subdivididas em fases de acordo com suas recorrências. Para a tradição ceramista Itararé, temos registradas as seguintes fases: Açungui, Catanduva, Candói, Xagu,

Cantu, Pacitá. E para a tradição Taquara são cadastradas as fases: Guatambu, Taquara, Caí, Erveiras, Guabiju, Taquaruçu, Giruá, Xaxim, Itapiranga.

De acordo com o arqueólogo Astolfo Araujo no estado do Paraná; “vemos que, por exemplo, tanto as fases Açungui como Cantu, ambas filiadas à Tradição Itararé, apresentam cerâmica predominantemente simples, vasilhames pequenos e estruturas de terra associadas, na forma de aterros ou estruturas lineares formando desenhos geométricos” (ARAUJO, p.19, 2007), e no estado de Santa Catarina há predominância da tradição ceramista Taquara.

4.6 Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural da Área Indiretamente Afetada pelo Empreendimento (AID)

Segundo o levantamento realizado junto ao Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN) existem (68) sessenta e oito sítios arqueológicos já cadastrados nos municípios interceptados pelo corredor do empreendimento em tela no estado do Paraná, sendo (67) Pré-coloniais e (01) um Histórico, localizados nos municípios de União da Vitória, São Mateus, Pinhão, Mellat e Cruz Machado. Já no estado de Santa Catarina existem cadastrados o total de (73) setenta e três sítios arqueológicos no corredor do empreendimento, destes: (71) são Pré-coloniais e (02) dois Históricos, localizados nos municípios Canoinhas e Joinville, não consta no CNSA sítios arqueológicos De contato nos trechos pesquisados em nenhum dos estados afetados pelo empreendimento.

Observar nas tabelas abaixo a relação dos sítios arqueológicos cadastrados:

Tabela 1 Sítios arqueológicos **PRÉ-COLONIAIS** cadastrados na AID do empreendimento estado do Paraná.

CNSA	NOME	MUNICÍPIO	ESTADO
PR00087	Wur	Cruz Machado	PR
PR00088	Linha Iguaçu	Cruz Machado	PR
PR00089	Rio Palmital 1	Cruz Machado	PR
PR00090	Rio Palmital 2	Cruz Machado	PR
PR00091	Encantilado	Cruz Machado	PR
PR00092	Água do Prata	Cruz Machado	PR
PR00094	Acampamento 2	Cruz Machado	PR
PR00095	Pontilhão	Cruz Machado	PR
PR00096	Sofia	Cruz Machado	PR
PR01879	Bertoldo Schinitzel	Cruz Machado	PR
PR01881	Limoeiro	Cruz Machado	PR
PR01978	Linha Vitória	Cruz Machado	PR

PR01980	Linha Floresta	Cruz Machado	PR
PR00335	Colônia 4	Mallet	PR
PR00336	Serra do Tigre	Mallet	PR
PR00337	Gvak	Mallet	PR
PR00338	Kochinski 1	Mallet	PR
PR00339	Kochinski 2	Mallet	PR
PR00340	Kochinski 3	Mallet	PR
PR00341	Rio Braço do Potinga 1	Mallet	PR
PR00342	Rio Braço do Potinga 2	Mallet	PR
PR00794	Coral	Pinhão	PR
PR00795	Sítio do Depósito	Pinhão	PR
PR00796	Arroio Feio 1	Pinhão	PR
PR00797	Arroio Feio 2	Pinhão	PR
PR00798	Arroio Feio 3	Pinhão	PR
PR00799	Arroio Feio 4	Pinhão	PR
PR00800	Arroio Feio 5	Pinhão	PR
PR00803	Arroio da Divisa	Pinhão	PR
PR00819	Rio Butiazinho	Pinhão	PR
PR00820	do Pendente	Pinhão	PR
PR00821	das Palmeiras	Pinhão	PR
PR00822	Santo Antão 1	Pinhão	PR
PR00823	Santo Antão 2	Pinhão	PR
PR00906	Barra do Rio Estreito	Pinhão	PR
PR00908	Córrego Passo do Aterrado	Pinhão	PR
PR00929	Visconde I	Pinhão	PR
PR00930	Visconde II	Pinhão	PR
PR00931	Visconde III	Pinhão	PR
PR00932	Visconde IV	Pinhão	PR
PR00933	Tupi I	Pinhão	PR
PR01055	Fazenda Visconde II	Pinhão	PR
PR01056	Fazenda do Visconde III	Pinhão	PR
PR01066	Campo Bonito I	Pinhão	PR
PR01067	Campo Bonito II	Pinhão	PR
PR01068	Campo Bonito III	Pinhão	PR
PR01069	Campo Bonito IV	Pinhão	PR
PR01086	Nhapindazal	São Mateus do Sul	PR
PR01087	Serelepe	São Mateus do Sul	PR
PR01088	Sassafrás	São Mateus do Sul	PR
PR01089	Cedrinho	São Mateus do Sul	PR
PR01090	Rio das Pedras-1	São Mateus do Sul	PR
PR01091	Rio das Pedras-3	São Mateus do Sul	PR
PR01092	Sanga da Onça	São Mateus do Sul	PR
PR01093	Rio das Pedras-4	São Mateus do Sul	PR
PR01094	Erveiras	São Mateus do Sul	PR

PR01095	Rio das Pedras - 2	São Mateus do Sul	PR
PR01096	Pinheiral	São Mateus do Sul	PR
PR00566	Abrigo sob rocha Casa de Pedra	União da Vitória	PR
PR00567	Passo do Iguazu	União da Vitória	PR
PR00568	Bogugelski	União da Vitória	PR
PR00569	Kavales	União da Vitória	PR
PR00570	Vargem Grande	União da Vitória	PR
PR00571	Cruz Machado - Palmeirinha	União da Vitória	PR
PR00572	Elevatório de Água	União da Vitória	PR
PR00573	Abrigo Bruacas	União da Vitória	PR
PR00575	Último Pinheiro	União da Vitória	PR

Tabela 2 Sítios arqueológicos **HISTÓRICOS** cadastrados na AID do empreendimento estado do Paraná.

CNSA	NOME	MUNICÍPIO	ESTADO
PR01070	Fazenda Sobrado	Pinhão	PR

Tabela 3 Sítios arqueológicos **PRÉ-COLONIAIS** cadastrados na AID do empreendimento estado de Santa Catarina.

CNSA	NOME	MUNICÍPIO	ESTADO
SC01444	Sítio Santa Teresinha	Canoinhas	SC
SC00682	Espinheiros I	Joinville	SC
SC00683	Espinheiros II	Joinville	SC
SC00684	Ilha dos Espinheiros I	Joinville	SC
SC00685	Ilha dos Espinheiros II	Joinville	SC
SC00686	Ilha dos Espinheiros III	Joinville	SC
SC00687	Ilha dos Espinheiros IV	Joinville	SC
SC00688	Rua Guaíra	Joinville	SC
SC00689	Guanabara I	Joinville	SC
SC00690	Guanabara II	Joinville	SC
SC00691	Cubatãozinho	Joinville	SC
SC00692	Cubatão I	Joinville	SC
SC00693	Cubatão II	Joinville	SC
SC00694	Cubatão III	Joinville	SC
SC00695	Cubatão IV	Joinville	SC
SC00696	Rio Comprido	Joinville	SC
SC00697	Morro do Ouro	Joinville	SC

SC00698	Ilha do Gado I	Joinville	SC
SC00699	Ilha do Gado II	Joinville	SC
SC00700	Ilha do Riacho	Joinville	SC
SC00701	Rio Velho I	Joinville	SC
SC00702	Rio Velho II	Joinville	SC
SC01077	Ribeirão do Cubatão	Joinville	SC
SC01078	Lagoa do Saguçu I	Joinville	SC
SC01079	Morro do Amaral I	Joinville	SC
SC01080	Morro do Amaral II	Joinville	SC
SC01081	Morro do Amaral III	Joinville	SC
SC01082	Morro do Amaral IV	Joinville	SC
SC01083	Morro do Amaral V	Joinville	SC
SC01084	Rio Riacho	Joinville	SC
SC01085	Lagoa do Saguçu II	Joinville	SC
SC01147	Rio da Ribeira	Joinville	SC
SC01446	Estrada do Oeste 03	Joinville	SC
SC01447	Estrada do oeste 04	Joinville	SC
SC01448	Estrada do oeste 01	Joinville	SC
SC01449	Estrada do oeste 02	Joinville	SC
SC00682	Espinheiros I	Joinville	SC
SC00683	Espinheiros II	Joinville	SC
SC00684	Ilha dos Espinheiros I	Joinville	SC
SC00685	Ilha dos Espinheiros II	Joinville	SC
SC00686	Ilha dos Espinheiros III	Joinville	SC
SC00687	Ilha dos Espinheiros IV	Joinville	SC
SC00688	Rua Guaíra	Joinville	SC
SC00689	Guanabara I	Joinville	SC
SC00690	Guanabara II	Joinville	SC
SC00691	Cubatãozinho	Joinville	SC
SC00692	Cubatão I	Joinville	SC
SC00693	Cubatão II	Joinville	SC
SC00694	Cubatão III	Joinville	SC
SC00695	Cubatão IV	Joinville	SC
SC00696	Rio Comprido	Joinville	SC
SC00697	Morro do Ouro	Joinville	SC
SC00698	Ilha do Gado I	Joinville	SC
SC00699	Ilha do Gado II	Joinville	SC
SC00700	Ilha do Riacho	Joinville	SC
SC00701	Rio Velho I	Joinville	SC
SC00702	Rio Velho II	Joinville	SC
SC01077	Ribeirão do Cubatão	Joinville	SC
SC01078	Lagoa do Saguçu I	Joinville	SC
SC01079	Morro do Amaral I	Joinville	SC
SC01080	Morro do Amaral II	Joinville	SC
SC01081	Morro do Amaral III	Joinville	SC

SC01082	Morro do Amaral IV	Joinville	SC
SC01083	Morro do Amaral V	Joinville	SC
SC01084	Rio Riacho	Joinville	SC
SC01085	Lagoa do Saguçu II	Joinville	SC
SC01147	Rio da Ribeira	Joinville	SC
SC01446	Estrada do Oeste 03	Joinville	SC
SC01447	Estrada do oeste 04	Joinville	SC
SC01448	Estrada do oeste 01	Joinville	SC
SC01449	Estrada do oeste 02	Joinville	SC

Tabela 4 Tabela 3 Sítios arqueológicos **HISTÓRICOS** cadastrados na AID do empreendimento estado de Santa Catarina.

CNSA	NOME	MUNICÍPIO	ESTADO
SC01211	CEMITÉRIO DA RUA DOS SUÍÇOS	Joinville	SC
SC01678	olario emílio stock	Joinville	SC

5 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Os estudos arqueológicos no Brasil são regidos por um corpo legislativo extremamente bem fundamentado (MIRANDA, 2006), e fiscalizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC).

A pesquisa deve ser devidamente autorizada pelo órgão e o arqueólogo designado coordenador responsável por essa pesquisa, se torna fiel depositário dos remanescentes culturais recolhidos, até que estes sejam depositados na Instituição de apoio.

A proteção do patrimônio cultural, em especial o arqueológico, constitui-se de uma condição essencial para a conservação de dados fundamentais sobre os processos históricos e culturais de uma nação, garantindo, inclusive, a consolidação de sua memória, identidade e cidadania, suscitando processos de valoração e preservação desse patrimônio enquanto práticas de educação (MIRANDA, 2006; CASCO, 2006).

De acordo com Delforge (2013, p.20):

O Patrimônio Arqueológico (PA) é uma especialidade do patrimônio cultural que se constitui em um conjunto de locais e objetos arqueológicos definidos por lei. O Registro Arqueológico pode ser definido como qualquer tipo de vestígio da atividade humana do passado remoto até o presente (...) O PA

considerado um bem de interesse difuso, ou seja, de interesse de todos, incorporado e equiparado ao meio ambiente, por isso, sua preservação requer metodologias específicas de gestão ou de gerenciamento.

Neste sentido, o patrimônio arqueológico pode ser entendido como a porção do patrimônio material para o qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (BJÖNSTAD, 1990).

Para Miranda (2006, p.73).

Em nosso país, a proteção específica para os bens de valor arqueológico surgiu com a edição da Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Até então, a proteção de tais bens ficava na dependência do tombamento (regido pelo Decreto Lei 25/37), instituto pouco adequado à tutela do patrimônio arqueológico tendo em vista que em muitos casos a pesquisa científica necessária para o estudo dos sítios acaba por desmontá-lo integralmente, o que a rigor contraria a norma de proteção integral inserta no art.17 da Lei de Tombamento (MIRANDA, 2006, pp. 75-76).

Portanto, o patrimônio arqueológico brasileiro é regido por uma legislação que normatiza a proteção, a pesquisa, o gerenciamento e a apropriação dos bens desta natureza. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC), é a instituição que tem como missão precípua a proteção, a salvaguarda e a gestão dos sítios arqueológicos, e que atua também como um órgão da União para expedição de portarias que autorizam a realização dos estudos arqueológicos durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que poderiam ocasionar possíveis impactos ao patrimônio cultural.

Esta solicitação de pesquisa foi planejada e executada para dar pleno atendimento à legislação referente ao patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico, fundamentada nas seguintes leis:

5.1 Em Âmbito Federal

- Constituição Federal de 1988 (artigo 225º, inciso IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216º;

- Lei Federal nº 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- Resolução CONAMA nº 01/86, especificamente o artigo 6, inciso I, alínea c, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento (LP, LI e LO);
- Resolução CONAMA nº 07/97, que detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases do licenciamento ambiental e de sua obrigatoriedade para obras civis rodoviárias e demais obras de arte a elas relacionadas;
- Portaria IPHAN / MinC nº 07, de 01.12.1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção e resgate junto ao patrimônio arqueológico nacional, definindo a documentação necessária para pedidos de autorização federal de pesquisa;
- Lei Federal nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), que também determina a proteção do patrimônio cultural.
- Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- Instrução Normativa 001/2015, que extingue a portaria 230/2002 e normatiza e regulamenta os procedimentos de licenciamento cultural junto ao IPHAN/CNA/DEPAN.

5.2 Em Âmbito Estadual

- Segundo a Lei Nº. 4126/88 dispõe sobre a política estadual de proteção e conservação e melhoria do meio ambiente, nele incluindo os sítios arqueológicos como áreas de uso regulamentado.

5.3 As Bases Teóricas

A Arqueologia surge como ciência no século XIX e, desde então, procura compreender como viviam e se organizavam grupos humanos pretéritos. Para tanto, os arqueólogos buscam realizar inferências sobre o comportamento, modo de vida e cultura destes grupos por meio de remanescentes culturais (TRIGGER, 1989).

A Arqueologia infere sobre o comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação dos dados arqueológicos depende da compreensão de como os seres humanos

se comportam no presente e, em particular de como esse comportamento se reflete na cultura material (TRIGGER, 1989, p.19).

Segundo Funari (1988), a arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. Assim, seu principal objeto de estudo é a cultura material (ou repertório cultural), pois ela carrega consigo todo um legado técnico, social e cultural de um dado grupo (GAMBLE, 2002).

Este repertório cultural é a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 1988, p.11).

Nesta linha de pensamento, a cultura material é vista como registro arqueológico, pois além de serem resistentes às ações temporais e antrópicas, são fontes de grandes informações para os pesquisadores, pois guardam em si comportamentos técnicos e culturais, uma vez que foram produzidos em com textos espaciais repletos de significados (GALHARDO, 2010).

Considera-se como cultura material todo e qualquer elemento que caracterize e/ou possa indicar a presença de atividades humanas pretéritas na área de estudo, independente do período cronológico a que se relacionem e dos possíveis critérios subjetivos de valoração científica e/ou econômica.

No entanto, de acordo com Schiffer (*apud* FAGUNDES, 2007), deve-se estar alerta ao fato de que os vestígios encontrados por arqueólogos em suas pesquisas não são ‘fotografias do passado’, uma vez que passaram por processos culturais e naturais (biopertubações), desde sua confecção, passando pela utilização, reuso e/ou reciclagem, descarte ou perda até a sua evidenciação em um sítio arqueológico. Portanto, para Schiffer (2005) o registro arqueológico é um reflexo distorcido do passado, que necessita da pesquisa e interpretação do arqueólogo para seu entendimento.

Neste trabalho, a definição de registro arqueológico foi o mesmo adotado por Morais (2000 *apud* FAGUNDES, 2010) que seria:

(...) referência genérica aos objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto. Conceito amplo que independe da posterior classificação do registro como sítio, ocorrência ou geoindicador arqueológico. Refere-se aos objetos naturalmente inseridos no meio ambiente físico ou às estruturas implantadas nas paisagens urbanas ou rurais. Abrange as matrizes arqueológicas evidentes (um conjunto funerário, por exemplo) e as suas expressões arqueológicas latentes (por exemplo, as assinaturas físico-químicas no solo que corroboram estruturas funerárias praticamente invisíveis). Inclui certos arranjos paisagísticos (...) bem como elementos do meio físico-biótico de interesse para a Arqueologia (FAGUNDES, 2007).

Assim, para a execução do projeto aqui em pauta, buscou-se a realização de estudos direcionados ao levantamento sistemático regional, tanto por pesquisas bibliográficas (fonte primária), quanto pelas intervenções em campo (como se discutirá à frente), sempre levando em consideração o contexto arqueológico e seus processos formativos, bem como tendo em mente a necessidade de inferências acerca do contexto sistêmico.

Além disso, tem-se consciência de que a principal tarefa da interpretação arqueológica, neste sentido, é reconstruir o contexto sistêmico, mesmo dedutivamente, daquilo que foi enterrado (ou que perdeu significado), isso implica em dar extrema importância ao contexto original, uma vez que o objeto (ou estruturas) fora do seu contexto não permite qualquer leitura.

5.4 O Conceito de Sítio Arqueológico

O conceito de sítio arqueológico é expandido, pois se acredita como Fagundes (2011) que:

Há centenas de definições sobre o que seja um sítio arqueológico. Preferimos entendê-lo como espaços onde são evidenciados remanescentes culturais (de qualquer ordem) que nos indicam usos e comportamentos sociais em escala diacrônica, sendo espaços destinados à moradia (na vida ou na morte), paradas para descanso, locais de observações, estações de caça ou pesca, áreas de captação de recurso, enfim lugares que trazem consigo informações temporais e espaciais acerca do modo de vida e cultura de um determinado grupo (FAGUNDES, 2011).

Neste aspecto, os sítios arqueológicos se formam como resultado de interações entre ações humanas e processos naturais que são responsáveis em enterrar os vestígios deixados no solo por populações antigas (SCHIFFER, 2005).

Ainda como citado anteriormente, a Carta de Laussane de 1990 (recomendação internacional para proteção e gestão do patrimônio arqueológico), o patrimônio arqueológico.

compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios e os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam eles; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Para caracterização de possíveis sítios arqueológicos adotou-se os seguintes critérios:

- **Sítio Arqueológico Pré-colonial:** local de atividades humanas, aldeamentos, acampamentos e oficinas referentes ao período pré-colonial, com tecnologias deste período.
- **Sítio Arqueológico Multicomponencial:** local com vestígios de atividades humanas, estruturas, etc. que remetem aos períodos pré-colonial e histórico.
- **Sítio Arqueológico Histórico:** local de moradia, áreas de trabalho, etc. relacionado com tecnologias introduzidas após a chegada dos colonizadores europeus, no século XVI.

Nesta solicitação foi utilizada ainda a definição de Bastos *et al* (2005), que considera como sítio histórico os bens relevantes para a reconstrução da memória, com técnicas construtivas antigas e que remetem ao processo de ocupação regional.

Como ocorrência arqueológica serão considerados “os achados isolados de vestígio arqueológico”, estes vestígios atestam a presença humana em determinado local, mas em quantidade insuficiente para caracterizá-lo como sítio, podendo, por outro lado, atestar o deslocamento de grupos humanos ou vestígios descontextualizados.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica assumida tem como princípio norteador estudos que focam nas interações entre o ambiente e cultura e, desta forma, como estas interações deixam marcas na paisagem, passíveis de reconhecimento e leitura arqueológica, e que cooperam para a compreensão do potencial regional, uma vez que para o diagnóstico espera-se conhecer a realidade arqueológica local em sua totalidade.

Os procedimentos metodológicos serão baseados em estudos amplamente discutidos e aplicados em prospecções regionais, sobretudo aqueles com **enfoque na paisagem**, de forma que na definição de métodos e técnicas para a elaboração da presente investigação também foram levadas em conta não somente as especificidades técnicas do empreendimento, mas também as características ambientais da área onde o mesmo está inserido (BOADO, 1991, 1995; BINFORD, 1982; SCHIFFER e GUMMERMAN, 1997; MORAIS, 2000; ARAÚJO, 2001; FAGUNDES, 2014).

É sabido que o registro arqueológico é constituído por uma pluralidade de contextos socioculturais (sistêmicos e diacrônicos, que podem ser contemporâneos ou não). Em um único ambiente podem evidenciar vestígios de diferentes ocupações ao longo do tempo. Assim, pela metodologia aqui adotada, não serão tratados apenas os sítios ou ocorrências mais antigas (ou, então, aquelas relacionadas à ocupação indígena pré-colonial), mas também os vestígios materiais históricos, relacionados às diferentes fases da formação da sociedade nacional, mesmo que as mais recentes. Para tanto, a pesquisa será dividida em duas fases, sendo uma não interventiva e outra interventiva. Inicialmente a equipe de arqueologia realizará o levantamento arqueológico não interventivo, buscando todas as informações possíveis para a compreensão das diferentes ocupações humanas que tiveram na região do empreendimento.

Por **levantamento arqueológico** entende-se a descoberta e a documentação de remanescentes culturais pré-coloniais (e/ou históricos) em um dado espaço, cuja execução permite o emprego de diversos procedimentos e estratégias metodológicas (FERDIÈRE, 1998).

Para tanto, a pesquisa será dividida em **duas fases**, sendo uma **não interventiva** e outra **interventiva**. Inicialmente a equipe de arqueologia realizará o levantamento arqueológico não interventivo, buscando todas as informações possíveis para a compreensão das diferentes ocupações humanas que tiveram na região do empreendimento.

Esta primeira etapa de avaliação deverá marcar as **Áreas de Interesse Arqueológico** – que apresentem maior potencial de achados. A avaliação do potencial arqueológico da área de estudo se dará através da análise geoambiental do traçado (topografia, hidrografia, vegetação, tipo de solo, proximidade de fontes de matérias primas, etc.)

Os resultados obtidos através das intervenções e do cruzamento de dados subsidiará a confecção do **Mapa de Potencial Arqueológico** (demonstrando as zonas de baixo, médio e alto potencial) da área de estudo a ser apresentado no RAPIPA.

A partir daí, munidos destas informações a equipe passará para a fase interventiva e lançará mão de técnica de localização e identificação de sítios arqueológico em superfície e em subsuperfície indicado por diversos autores como Krakker et al (1983), Lightfoot (1986), McManamon, (1984) e por Oliveira e Caldarelli, (2002). Essa técnica, estabelece que para o conhecimento acurado da realidade arqueológica em um dado empreendimento, deve-se realizar intervenções construídas por meio de vários tipos de metodologia que se complementam e permitam que a equipe de Arqueologia possa estabelecer uma visão geral sobre o patrimônio cultural regional.

Entendemos que o Artigo 18 § 1º, parágrafo único da Instrução Normativa 001 de 2015 e claro ao expressar que:

O IPHAN não aceitará projetos que indiquem a realização de prospecções em toda a extensão dos empreendimentos, sem a necessária justificativa, resultante do cruzamento de dados do processo histórico de ocupação, com a incidência de sítios cadastrados, indicadores geomorfológicos e demais modelos preditivos de avaliação, de forma a demonstrar o efetivo potencial arqueológico de cada área a ser prospectada. (IPHAN, 2015).

Entretanto, o uso de uma metodologia que prevê intervenções totais se justifica pelo fato das dimensões e forma diminutas da ADA do empreendimento não sendo possível coletar informações apenas amostral.

6.1 Execução de Poços Testes

A prospecção em subsuperfície ocorrerá em regime amostral nas áreas consideradas de interesse arqueológico, tal atividade se caracteriza pela abertura de poços-teste partindo de um ponto central, este definido *in situ*.

No entanto, a avaliação da área deve levar em conta o potencial arqueológico por toda a faixa de servidão, ocorrendo avaliação de áreas estratégicas por meio da delimitação de **Pontos de Observação**, a partir do estudo do potencial prévio por meio de análise geoambiental da área realizada através das cartas cartográficas juntamente com o cruzamento de dados regionais existentes e do conhecimento da área *in situ*.

Estes pontos de observação são cuidadosamente avaliados e caracterizados em fichas específicas. Após esta avaliação, caso seja necessário, poderão ser marcadas novas áreas de ataque - intervenções mais ágeis em subsuperfície - no formato de rosa dos ventos ou cruz, ampliando assim, o percentual de averiguação de material arqueológico.

Estes poços ou tradagens são perfurações feitas na superfície, com cavadeiras articuladas (boca-de-lobo), geralmente com profundidade média de 100 cm. Isto também pode variar conforme as características geológicas e geomorfológicas do local sob intervenção.

As tradagens são utilizadas especialmente para delimitar a extensão horizontal de sítios arqueológicos (dimensão espacial), mas também visam à coleta de informações com relação a pacotes estratigráficos (dimensão temporal).

Todos os poços serão executados por níveis artificiais (a cada 10 cm), sendo todos georreferenciados e seus pacotes sedimentares descritos conforme granulometria, tonalidade e demais características que o arqueólogo achar pertinente em campo.

Os poços-teste ou tradagens obedecerão aos seguintes procedimentos práticos:

- Retirada da cobertura vegetal, com auxílio de enxada e / ou enxada, de uma área de aproximadamente 1 m de diâmetro, visando à exposição do solo superficial para a consequente deposição e análise do sedimento retirado da escavação;
- Abertura de uma tradagem (poço-teste) de ao menos 30 cm de diâmetro, com auxílio de enxada, aprofundado com cavadeira manual (boca-de-lobo) até aproximadamente 1 m de profundidade, ou mais, conforme a estratigrafia do terreno;
- Desagregação, peneiramento, triagem e exame do sedimento retirado da tradagem, com auxílio de peneira, colher de pedreiro e / ou enxada;
- Como registro de cada poço-teste, os dados serão anotados na ficha de Caminhamento/Sondagem.
- Ao final de cada escavação se procederá com o *registro fotográfico* e a sondagem será aterrada. O registro fotográfico realizará, no mínimo, cinco imagens, sendo uma para cada visada de ponto cardeal, de modo a apresentar ao IPHAN uma visão da totalidade da paisagem de entorno, e uma última demonstrando a profundidade de cada poço-teste.

Se durante as escavações vestígios culturais forem evidenciados será realizado o registro e acondicionamento dos materiais em sacos plásticos, juntamente com uma etiqueta de identificação, contendo: (a) o nome do projeto, (b) localização do objeto, (c) tipo de material, (d) profundidade, (e) data e nome do pesquisador responsável pela coleta. Finalizado o processo de registro, o poço-teste será aterrado.

NÍVEL		TEXTURA			COLORAÇÃO	TIPO DE SOLO
		F	M	G		
0						
0 - 10cm						
10 - 20cm						
20 - 30cm						
30 - 40cm						
40 - 50cm						
50 - 60cm						
60 - 70cm						
70 - 80cm						
80 - 90cm						
90 - 100cm						
100 - 110cm						
110 - 120cm						
120 - 130cm						

6.1.1 Delimitação De Sítio

No caso de identificação de sítio arqueológico durante o caminhamento ou durante as escavações dos poços-teste, deverá ocorrer a delimitação do sítio arqueológico através do método proposto por Chartkoff (1978 apud CALDARELI, 2003), que consiste no uso de

“*transects*” (sondagens radiais ou paralelas), traçados a partir do (s) artefato(s) encontrado(s), conforme croquis abaixo.

A partir de um ponto central devem ser realizadas tradagens em intervalos de 10 ou 20 metros uma da outra (ou em intervalos menores, a depender do tamanho da área a ser investigada ou das necessidades observadas, sendo necessário apresentar justificativa para escolha da malha) até que dois poços-testes consecutivos resultem negativos. O limite do sítio será estabelecido pela última tradagem com material em cada um dos “*transects*”.

Caso a dispersão do material apresente lacunas muito grandes entre as concentrações de materiais em superfície, poderão ser realizados mais de um “*transects*” no perímetro do sítio identificado.

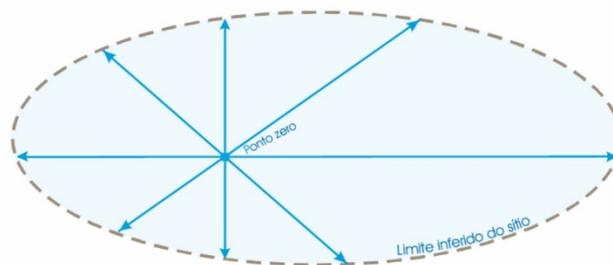


Figura 6 - Esquema de delimitação de um sítio arqueológico com caminhamento e sondagens realizadas de sobre linhas radiais, a partir de um ponto central. (CALDARELI, 2003). Cabe destacar que todas as posições das tradagens realizadas durante a delimitação de um sítio serão registradas por aparelho GPS (Datum WGS84) e posteriormente plotadas em SIRGAS 2000, como sugerido pelo IPHAN/MinC.

Cabe destacar que todas as posições das tradagens realizadas durante a delimitação de um sítio serão registradas por aparelho GPS (Datum WGS84) e posteriormente plotadas em SIRGAS 2000, como sugerido pelo IPHAN/MinC.

Cada sítio identificado será registrado na ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN/MinC. Todas as ações também serão registradas por meio de fotografias que farão parte do relatório final e de banco de dados digitais disponíveis na empresa Fronteiras Arqueologia.

7 ATIVIDADES GABINETE E LABORATÓRIO

Os trabalhos de gabinete e laboratório serão realizados no retorno de campo e de acordo com o determinado pela Portaria IPHAN nº 196/2016¹⁷, e em conformidade com o cronograma e plano de ação. De acordo com a referida portaria, em campo o material deverá ser devidamente acondicionado em sacos próprios com a atividade, bem como identificado por meio da etiqueta que fornecerá dados de localização, tipo de coleta, tipo de material, arqueólogo responsável, projeto, data, etc.

Estes procedimentos correspondem à sistematização de dados de campo, organização das informações primárias e secundárias, de modo a garantir a integridade do patrimônio arqueológico resgatado em campo (caso ocorra), sendo que somada a eles, outras ações deverão ser assumidas, tais como: produção de mapas e produtos gráficos e a confecção do relatório final de cultura material, entre outros.

Assim sendo, a análise laboratorial volta-se aos materiais resgatados e compõem atividades que envolvem a limpeza, secagem e registro, triagem das amostras coletadas, análises quantitativas, entre outros.

De acordo com o item I, anexo I, da portaria 196/2016, cabe ao coordenador de portaria indicar no projeto os custos e materiais para higienização, registro e análise da cultura material que possa a vir ser resgatada de campo.

Em campo serão necessários materiais básicos de acondicionamento, tais como sacos plásticos apropriados, etiquetas, canetas de retroprojektor, saco bolha (dependendo da natureza e fragilidade do material ao manuseio e transporte), além de caixas apropriadas para transporte, observando as indicações da portaria 196/2016 de não empilhamento de material, quantidade de vestígios por caixa, etc.

Em laboratório, independente da natureza da cultura material (cerâmica, lítico, vidro, ossos, etc.), todos passarão pela etapa de higienização e novo acondicionamento, que consiste:

- a) Retirada do material dos sacos plásticos vindo de campo e cuidados com as etiquetas de procedência.
- b) Limpeza por meio de diferentes pincéis de cerdas macias - evitar-se-á a lavagem dos materiais, sobretudo daqueles que possam a vir serem análises posteriormente. Caso seja utilizada água, será de acordo com as normas regidas pela Portaria 196/2016 e as peças devidamente indicadas no relatório de análise.
- c) Troca de sacos e etiquetas, caso seja necessário.
- d) O registro e inventário dos conjuntos artefatuais serão realizados conforme indicado pela reserva técnica e devidamente protocolados no ato de entrega das mesmas.
- e) Análise e interpretação dos dados.

¹⁷ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_196_de_18_de_maio_de_2016.pdf

Será entregue a reserva técnica cópias: (a) livro de registros; (b) relatórios de campo e de análise; (c) cadernos de campo; (d) cartografia, enfim todo o material produzido em campo e em gabinete-laboratório.

Para todos os materiais coletados, devem ser observadas as recomendações Portaria 196/2016, ainda se destacando aqui alguns itens:

VII. Recomenda-se, para fins de evitar degradações desencadeadas pela umidade, que os bens sejam higienizados com pincéis, escovas e trinchas macias, sem o uso de água ou demais solventes;

X. No caso de lavagem dos bens, optar pelo uso de água destilada ou deionizada, além de secá-los em superfícies limpas e inertes, naturalmente, sem uso de ar quente;

XI. Bens advindos de meios úmidos deverão ser coletados com sedimento e colocados em dupla embalagem. Em laboratório deverão ser mantidos em meio úmido ou submetidos a uma secagem lenta, dependendo do caso;

XII. Bens advindos de meio aquático, assim que coletados, deverão ser imediatamente submergidos em recipientes preenchidos com o mesmo líquido de sua origem. Em laboratório deverão permanecer nestas condições até que sejam definidos os procedimentos de conservação;

XIII. As embalagens a serem utilizadas em campo e o trânsito do material até o laboratório deverão ser planejados visando evitar a deterioração dos bens (vide tópico de acondicionamento e mobiliário).

⇒ COLEÇÕES LÍTICAS E CERÂMICAS - USO DE CADEIAS OPERATÓRIAS:

A análise tipológica das coleções líticas pela tipologia “clássica” por categorias tecnomorfológicas (INIZAN *et al*, 1995; LAMING- EMPERAIRE, 1967), deverá permitir reconhecer, definir e classificar as diferentes variedades de utensílios dentro dos conjuntos recolhidos.

Dependendo das características apresentadas e número de artefatos, serão utilizadas propostas de análise tecnofuncional (BOËDA, 1997; BOËDA, 2000), ou de cadeia operatória (FAGUNDES 2005, 2007, 2009, 2010; TAMEIRAO, 2013).

Entretanto, é necessário salientar que isto só é possível desde que sejam traçados os parâmetros da análise, ou seja, com a somatória de determinados itens analíticos, permite-se

realizar uma leitura das técnicas empregadas na fabricação de determinado instrumento, isto também se aplica a vários outros tipos de utensílios como, por exemplo, as cerâmicas.

Segundo Fagundes (2005) o *“estudo da cultura material sob esta abordagem, visa compreender as mudanças no registro arqueológico, e por meio deste, indicar traços importantes à compreensão do modo de vida e cultura”*.

Ainda segundo o autor, os estudos dos atributos técnicos impressos nos objetos, sejam eles quais forem, cooperam para uma melhor compreensão da variabilidade artefactual, assim subsidiam respostas para possíveis mudanças culturais ocorridas no passado.

O campo da antropologia das técnicas atualmente é um dos mais utilizados por arqueólogos, principalmente aos vinculados a Escola Francesa, uma vez que estes consideram a tecnologia integrada aos matizes sociais de um determinado grupo (FAGUNDES, 2007).

Ainda de acordo com Fagundes (2007), o conceito de cadeia operatória seria, portanto, um meio que possibilita a compreensão das técnicas, sob a ótica das tradições culturais, indissociáveis da cognição humana, apresentando a definição dada a este conceito por Lemonnier:

O meio pelo qual podemos compreender não só a cultura material enquanto um fim em si mesmo, mas vislumbrando a possibilidade de compreender as técnicas como sistema, objetivando entender os processos mentais e materiais envolvidos na tecnologia (LEMONNIER, 1992 apud FAGUNDES, 2007).

Então, a aplicação deste conceito possibilita que o pesquisador analise cada parte da cadeia operatória, ou seja, a escolha e coleta da matéria-prima, modo de produção, utilização e descarte da cultura material.

⇒ **COLEÇÕES HISTÓRICAS:**

Na análise do material histórico (louça, metal, material construtivo, metais e outros), a equipe de laboratório seguirá os mesmos procedimentos da análise de vestígios antes do contato, buscando compreender os processos produtivos.

Para tanto autores como Symanski (2007, 2008), Tocchetto (2010), Zanettini (1986), Soares (2011), entre outros seguirão como base para a análise.

Caso sejam evidenciadas cerâmicas históricas, os procedimentos metodológicos de análise serão os mesmos descritos para a pré-histórica, também focando na interpretação dos sistemas técnicos e dos processos produtivos, destacando: técnica, tipologia, tipo de pasta, decoração, marcas de uso, etc.

No caso das louças (grés, porcelanas, faianças, faianças finas), as categorias privilegiadas serão: tipo de pasta, técnica decorativa, esmalte, forma/tipologia, motivos, fabricante e ano de fabricação (quando possível).

Para os vidros, se utilizará como base teórico-metodológica o texto de Zanettini e Camargo (1999), sendo os atributos privilegiados: tipologia, coloração, técnica de fabrico, fabricante e ano (quando possível).

Para metais e outros tipos de vestígios não listados, serão considerados atributos importantes a tipologia, estado de conservação, marcas de utilização, dimensões, entre outros que se fizerem necessário para análise e interpretação.

⇒ MATERIAIS ORGÂNICOS:

Para os materiais orgânicos (ósseos, malacológicos, restos de alimentação, carvões e restos de fogueiras) – serão coletados de forma amostral e de acordo com a sua relevância para entendimento do contexto arqueológico. Seguindo as orientações da Portaria 196/2016:

VI. Sempre que possível, não remover totalmente a camada de depósitos aderidos à superfície dos bens (como areia, limo, argila, carvão etc.);

VIII. Metais e materiais orgânicos nunca deverão ser higienizados com água;

Os malacológicos deverão ser quantificados e classificados quanto a sua tipologia taxonômica, buscando averiguar possível relação com a dieta alimentar dos habitantes pretéritos ou entendimento do contexto ambiental regional e deposicional.

Os carvões, restos de fogueira e objetos contendo vestígios alimentares deverão ser coletados com pinça (sem contato direto com as mãos) e quando necessário, com o sedimento no qual foi encontrado, de forma a preservá-los da luz e do contato direto com raios solares, de preferência em papel alumínio e depois ensacados com etiqueta ou coletados diretamente em canos PVC (hermeticamente tampados).

Caso a datação destes itens seja essencial para o entendimento dos contextos arqueológicos identificados, estes devem ser encaminhados para laboratórios especializados, procedendo com a melhor metodologia de datação avaliada para cada item – Carbono 14, termoluminescência (TL) ou outros.

⇒ ENTERRAMENTOS:

No caso da identificação de enterramentos humanos na ADA do empreendimento ou em áreas que sofrerão interferências da LT, inicialmente a área será isolada e se buscará a melhor estratégia de gestão para os bens arqueológicos juntamente com o IPHAN/TO.

Para a localização de urnas funerárias na ADA (ou AID), caso se decida pela escavação da ocorrência ou sítio, estas serão escavadas seguindo os procedimentos padrões em busca de preservar e minimizar os impactos ao bem arqueológico, registrando minuciosamente os procedimentos adotados, podendo ser utilizada a técnica de *casulo de gesso*, se assim for avaliado pertinente pelos coordenadores da pesquisa.

Para análises ósseas, osteologistas ou profissionais da antropologia física poderão ser contactados para auxiliar na gestão dos achados.

8 RESUMOS DAS SEQUÊNCIAS DE OPERAÇÕES

Em resumo as operações que serão realizadas no âmbito desta pesquisa serão:

- Em campo será realizado concomitante ao caminhamento a execução das sondagens em busca de evidências arqueológicas.
- Após o término da etapa de campo, os esforços serão direcionados para laboratório, caso seja resgatado alguma cultura material durante as atividades de campo.
- Neste momento também será confeccionado em gabinete a cartografia que juntamente com os dados de laboratório e de campo irão subsidiar a composição do relatório final que será apresentado a esta superintendência.

8.1 Análise e Conservação dos Bens Arqueológicos

Após os procedimentos de laboratório e análise descritos acima, os materiais arqueológicos serão registrados através das Fichas de Inventários de Bens Móveis do IPHAN - Portaria n°. 196, de 18 de maio de 2016 que *“dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel”*.

Seguindo os trâmites estabelecidos, o material segue para a Instituição de Guarda com cópia do Relatório Final da pesquisa e as planilhas de análise e tombo.

Os demais tipos de bens arqueológicos não-móveis devem ser caracterizados e analisados com o máximo de dados possíveis; no caso de sítios arqueológicos - precisa ser preenchida a ficha do cadastro do sítio junto ao CNSA/IPHAN. Os dados precisam ser apresentados no Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA) indicando a necessidade de resgate ou não. A ideia chave deve ser a preservação desses bens. Em casos de

registros de ocorrências arqueológicas, estas também devem ser minuciosamente descritas e analisadas no Relatório Final da pesquisa.

9 MATRIZ DE IMPACTOS

A partir dos resultados alcançados em campo e no caso de identificação de sítios arqueológicos será realizado análise dos impactos considerando as diferentes causas de sua geração, sua magnitude (ou severidade), abrangência, temporalidade, reversibilidade. Os resultados serão mensurados em uma matriz de impactos como a indicada abaixo, e conforme a sua caracterização será possível indicar as ações e as melhores alternativas para gerenciar o patrimônio arqueológico local.

Após este procedimento será elaborado um plano de gestão para cada um dos remanescentes identificados que será apresentado juntamente com o relatório final de atividade deste projeto.

Tabela 5 - Análise dos impactos

ANÁLISE DOS IMPACTOS					
Caracterização do Bem Cultural:					
ID/Nome:					
Tipologia:					
Localização: UTM/		ADA	AID	AII	
Integridade:		≥ 25%	25% ≤ 75%	≤ 75%	
Relevância Regional:		Alta	Média	Baixa	
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS					
Descrição:					
Temporalidade:		Passado	Constante	Futuro	
Magnitude:		Baixa	Média	Alta	
Atuação:		Direta	Indireta		
Caráter:		Positivo	Negativo		
Reversível:		Sim	Não		
Previsão:		Curto	Médio	Longo	
MEDIDAS MITIGATÓRIAS:					

10 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Este tópico apresenta o **Projeto Integrado do Programa de Educação Patrimonial** esboçado de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2015.

O referido projeto prevê de acordo com a normativa vigente, os procedimentos necessários à compatibilização de licenças ambientais com estudos preventivos de arqueologia, bem como, ações integradas entre arqueologia e os bens acautelados existentes nos municípios atingidos (BRASIL, 2015).

O trabalho da Educação Patrimonial é um processo educacional centrado no conhecimento do Patrimônio Cultural para o enriquecimento individual e coletivo da sociedade. Esta experiência realizar-se-á quando as evidências da cultura material encontradas na área do empreendimento, somadas às manifestações culturais locais, possibilitam o acesso de crianças e adultos a um conhecimento ativo através da apropriação e valorização de sua herança cultural, funcionando como um instrumento de “alfabetização cultural” que estimula o cidadão à descoberta da sua identidade e cidadania.

10.1 Objetivo do Projeto de Educação Patrimonial

O objetivo geral do Programa de Educação Patrimonial é promover uma reflexão sobre arqueologia e o conhecimento adquirido através de pesquisas acerca do modo de vida dos primeiros habitantes da região.

Além disso, é necessário desenvolver ações educativas de estímulo à compreensão, ao enraizamento e ao envolvimento da comunidade local. Essa noção de pertencimento deverá ocorrer por meio da disseminação de informações e de atividades para a construção coletiva do conhecimento acerca do patrimônio arqueológico, de forma a:

- ✓ Fornecer o conhecimento para a preservação do patrimônio histórico/arqueológico local, bem como, a corresponsabilidade no tocante a sua gestão junto à comunidade;
- ✓ Permitir a formação de agentes multiplicadores para a preservação, proteção e promoção dos bens patrimoniais locais e da nação;

As ações do Programa em tela visam colaborar para a inserção do patrimônio cultural arqueológico no âmbito das preocupações de alunos e professores que participarão das atividades, buscando deste modo, ressaltar a importância do seu rico patrimônio local.

10.2 Público Alvo

“o público alvo será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas e, gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento”.

10.3 Justificativa

A constituição do campo de patrimônio no Brasil resulta das estratégias discursivas e não discursivas do IPHAN, que fizeram a noção de patrimônio nacional, ao realizarem a produção, gestão e imposição de determinados bens culturais como uma memória coletiva da nação (SANTOS, 1996).

Assim, entende-se que o conceito de “Patrimônio” precisa ser desnaturalizado e historicizado: “Isso significa dizer que os bens tombados e reconhecidos como ‘patrimônio nacional’ não são dados naturais, mas sim produtos das práticas culturais que os engendram” (SILVA & DELGADO, 2011). Quer dizer que certos bens culturais foram escolhidos por sua simbologia e importância em determinado período histórico, em detrimento de outros, de forma parcial.

Ainda segundo Silva e Delgado:

No Brasil, a construção do patrimônio nacional resulta de uma política oficial do Estado desenvolvida pelo órgão federal do Patrimônio Nacional, organizado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, denominado atualmente, e na maior parte de sua história, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SILVA & DELGADO, 2011).

A importância da Educação Patrimonial se dá no sentido de que ela faz com que os indivíduos se sensibilizem e entendam a importância da cultura que faz parte de nosso contexto histórico. Assim, poderão valorizar a cultura brasileira que é diversa, e perceber que fazem parte desta realidade e que podem inferir na mesma. Segundo Horta:

(...) que a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilitaria ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia para a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA, 2004).

Quando se trabalha com jovens e crianças, o uso dos conceitos de patrimônio, cultura e história, tem por objetivo sensibilizar da importância da memória sociohistórica e de nossa

herança cultural. Logo, a sensibilização (bem como as discussões), são caminhos para o estabelecimento de sujeitos críticos e agentes da História.

Segundo Fagundes (2013), isso equivale dizer, que a ação estará voltada ao caminho da cidadania (pessoal, comunitária e nacional), permitindo a todos os envolvidos, acesso a nossa história e cultura, não apenas aquela imposta pela elite dominante, mas, do povo comum, de nossa herança indígena e também africana, pois se acredita que por meio da suscitação do **pertencimento** consegue-se atingir a valorização, respeito e, principalmente, preservação dos bens culturais.

Desta forma, valorizar e preservar são atos de **cidadania** (HORTA, 1999 *apud* FAGUNDES, 2013). Portanto, a meta é iniciar um processo de sensibilização/conscientização da importância do patrimônio arqueológico, esclarecendo as principais medidas de conservação (proteção e gestão) que podem ser assumidas pela comunidade local.

Para inserir o programa de Educação Patrimonial no âmbito da arqueologia nas escolas é necessário abordar, refletir e pesquisar o tema de forma a aprimorar as ações que devem ser aplicadas, adequando as necessidades impostas pelas especificidades da matéria às ferramentas educacionais passíveis de utilização, no referido programa.

Os projetos educativos apresentam diversas propostas de trabalhos interessantes, e o desafio que se impõe é ser capaz de despertar a atenção e o interesse para o tema proposto, dentro das peculiaridades educativas de um projeto.

No caso do patrimônio arqueológico, é importante integrar as diversas mídias e conteúdos curriculares numa perspectiva de aprendizagem Construcionista. Ou seja, “a construção de conhecimento baseada na realização concreta de uma ação que produz um produto palpável (um artigo, um projeto, um objeto) de interesse pessoal de quem produz” (VALENTE, 1999).

Deste modo, o aluno ao ser agente ativo do processo e detentor da compreensão do assunto está livre para opinar, desenvolver, planejar, aprimorar e exercitar sua autonomia.

Essa autonomia citada por Valente (1999), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), refere-se à:

capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar de gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos etc. (BRASIL, 2001, p. 94).

Proposta nos PCN's, a autonomia só é praticável quando o educador é também o mediador, verificando a atuação do aluno, suas ideias e propostas. Todas as manifestações do aluno associada à mediação do educador, converte o aluno em um ser social.

Assim, a transdisciplinaridade da arqueologia faculta ao aluno relações que vão além das segmentações determinadas pelos conteúdos obrigatórios da escola, auxilia na solução de situações problemas e aumenta a capacidade de enfrentar os desafios futuros (HERNÁNDEZ, 1998).

Nesse sentido, Almeida (2002) corrobora com estas ideias destacando:

(...) que o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade. Isso não significa abandonar as disciplinas, mas integrá-las no desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção.

Deste modo, a aplicação das ações educativas deve levar em conta o público alvo envolvido. Algumas ações devem ser aplicadas a públicos específicos para que não ocorra um descompasso entre o que é aplicado pelas matérias regulares na escola, as atividades propostas pelo responsável pela pesquisa e aplicação da Educação Patrimonial.

Deste modo, fundamentando-se no capítulo VI da Constituição Federal o Artigo 225 § 1º, IV que estabelece para a implantação de atividade ou construção “causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental” a realização da publicidade dos conhecimentos adquiridos através dos estudos prévios e, “VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Associado o dispositivo legal supramencionado, ao que rege a Lei Federal 3.924/61 em seus artigos 2º e 3º, que estabelece restrições para as atividades econômicas causadoras de impacto negativo. No capítulo II “Das escavações arqueológicas realizadas por particulares”, os artigos 9º e 10º regulam os parâmetros para os procedimentos concernentes a realização de escavações e pesquisas.

A divulgação dos conhecimentos exigida pela Constituição Federal é balizada pela Lei Federal nº 9.975 de 27 de abril de 1999, que em seu Artigo 2º, indica a Educação Ambiental como um componente fundamental e permanente da Educação Brasileira “devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Relacionando os princípios normativos citados à educação patrimonial e a socialização do patrimônio arqueológico definem-se os princípios básicos para a educação ambiental.

Como parte do processo amplo da educação, a Lei supracitada aponta em seu Artigo 3º que todos têm direito à Educação Ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; (LEI FEDERAL Nº 9.975, 1999).

O artigo 4º indica os princípios básicos da Educação Ambiental, que devem amparar as diretrizes propostas para o PEP, nas suas vertentes formal e não-formal. Assim os programas de educação patrimonial se estruturam nos conceitos assegurados pela educação ambiental, e deverão considerar:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático, participativo e emancipador;

II - a concepção patrimonial em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a continuidade e a permanência do processo educativo;

VI - a avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada de assuntos e questões patrimoniais locais, regionais, nacionais e globais.

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e questões patrimoniais locais, regionais, nacionais e globais.

Por fim, a Portaria nº 60/2015 em seu Anexo II-D, bem como a Instrução Normativa nº 01/2015 em seu artigo 45 determinam que,

Os projetos de Educação Patrimonial têm por objetivo promover a reflexão sobre os significados dos bens culturais e assegurar a participação de distintos grupos sociais. Deverão ser estruturados e organizados proporcionalmente ao impacto da atividade ou empreendimento e

conterão: I - definição do público alvo; II - objetivos; III - justificativa; IV - metodologia; V - descrição da equipe multidisciplinar responsável; VI - cronograma de execução; e VII - mecanismos de avaliação. Em processos de Licenciamento Ambiental, atividades pontuais, como palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, bem como estratégias de esclarecimento e divulgação não caracterizam Projetos de Educação Patrimonial (BRASIL, 2015).

10.4 Referencial Teórico

Segundo Choay (2001), a palavra patrimônio tem sua origem ligada diretamente às estruturas familiares, econômicas e jurídicas *“de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, onde a acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos”* se convergiram originando o conceito de patrimônio (CHOAY, 2001).

Portanto sob esta perspectiva, o patrimônio é compreendido como algo que se herda, se identifica e, conseqüentemente, se valoriza. Para Cerqueira (2008), o patrimônio cultural é uma herança coletiva, seja ele tangível ou não, e é o que distingue um povo de uma cultura de outros.

Segundo Cerqueira (2008), o conceito de patrimônio deve ser utilizado com um sentido amplo, dizendo respeito aos bens de natureza material ou imaterial em que se investe valor de cunho sentimental e, portanto, imensurável.

O conceito de patrimônio traz consigo uma rede de significados que remetem à identidade, à memória e à cultura de um povo, estabelecendo vínculos entre o passado e o presente, permitindo o diálogo entre inovações, permanências e autenticidades (DURO, 2008).

Mediando assim os pressupostos básicos para que um grupo de pessoas se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica.

Neste sentido Choay (2001), afirma que a possibilidade de refletir e estimular a compreensão de vários assuntos pertinentes à vida em sociedade, abordado sob o conceito de patrimônio se torna uma oportunidade para que os processos históricos que envolvem um dado grupo social, bem como compreensão acerca das mudanças ocorridas ao longo do tempo, auxiliem no fortalecimento dos sentimentos de identidade, pertencimento e apropriação do patrimônio cultural.

10.5 Metodologia

A primeira menção à educação patrimonial comparece em 1936 no anteprojeto para criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional - Sphan, elaborado por Mário de Andrade (Diretor do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo) por solicitação do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, como parte da proposta elaborada para a instituição de quatro Museus. A proposta, implementada em caráter experimental, foi alterada por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao redigir o Decreto-Lei Nº 25/37.

Na década de 1960, Rodrigo aponta a importância da educação em alguns artigos e discursos:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável. (MINISTÉRIO, 1987: 64)

Desde 1981, com a criação do Projeto Interação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - desenvolve atividades que visam estimular a apropriação, por parte das comunidades, dos conhecimentos adquiridos acerca da diversidade cultural brasileira em todos os possíveis espaços educacionais do país.

Em 1999, por iniciativa do Museu Imperial e do Departamento de Promoção do IPHAN, foi lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, com a proposta de fornecer “um roteiro de orientação para os debates e estudos do assunto e, principalmente, para a abertura de novas trilhas de exploração e descoberta dos significados que se escondem atrás da expressão Patrimônio Cultural Brasileiro” (HORTA et al, 1999: apresentação).

A metodologia descrita no manual está baseada em quatro passos: observação, registro, exploração e apropriação. São apresentados exemplos de como aplicar a metodologia utilizando objetos, como sítio arqueológico e a importância de trabalhar a metodologia com enfoque multidisciplinar, ou seja, quais atividades poderiam ser abordadas em cada disciplina escolar, além de como elaborar o material de apoio e como avaliá-las.

A metodologia específica de trabalho pode ser aplicada em quaisquer bens, sejam eles materiais ou imateriais, isolados ou em conjunto. Deve ter um enfoque multidisciplinar, ou seja, as atividades podem ser aplicadas em várias disciplinas escolares e com inúmeras faixas etárias.

Contudo, segundo Evelina Grumberg, a metodologia não foi pensada apenas para o público escolar, “tanto é que as melhores e mais ricas experiências que temos têm ocorrido fora dos museus, com comunidades em áreas sob o impacto de crises”.

Desde então, outros escritos foram produzidos para melhor atender às demandas para concretização das ideias propostas, como o documento datado de 2014 pelo IPHAN, que expressa à história, os principais conceitos, diretrizes, apontando, dentre outros temas, os caminhos possíveis para a construção dos saberes culturais.

Além disso, o texto nos indica caminhos a percorrer para que o processo de ensino e aprendizagem seja o mais completo possível, quando cita que,

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

Do mesmo modo, outro registro nos sugere ainda atividades que possam ser desenvolvidas para provocar atitude favorável para com os bens culturais que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro é o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007).

Esse será um dos materiais mais utilizados para a proposta metodológica deste Programa de Educação Patrimonial, acoplado aos interesses específicos dos municípios no corredor do empreendimento, conseqüentemente, das comunidades participantes.

Apoiando-se nas orientações do Manual do IPHAN, o processo envolverá as quatro etapas de assimilação concreta dos fenômenos culturais:

- **Observação:** Atividades de percepção sensorial a partir de exposições, discussões, experimentações e tudo que possa incentivar a pesquisa sobre o bem cultural ou o tema observado;
- **Registro:** Produção concreta a partir do conhecimento adquirido, com intuito de aprofundar a observação e promover a troca de saberes;
- **Exploração:** Análise do bem cultural, desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados;
- **Apropriação:** Recriação do bem cultural, com o propósito de observar a recepção dos participantes acerca do bem estudado, provocando uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Ressaltando que tais atividades serão promovidas de maneira processual, não havendo, portanto, a intenção de considerá-las isoladamente. Ao contrário, a tendência é utilizá-las dentro da natureza híbrida e interdisciplinar.

A contextualização histórica e cultural é um fator de suma importância neste projeto. Portanto, uma abordagem em alusão à formação dos municípios é uma das primeiras etapas a serem apresentadas nas oficinas pedagógicas, o que pode ser feito concomitantemente com a exposição de outros ícones locais, tais como pontos turísticos, símbolos oficiais, belezas naturais, etc.

A ideia principal é provocar um olhar mais minucioso para com esses elementos que compõem a identidade dos municípios supracitados, fazendo com que os participantes despertem maior zelo e interesse por esses bens.

Deste modo, as ações previstas para o Programa de Educação Patrimonial, serão palestras expositivas, oficinas e distribuição de material didático, visando à divulgação e sensibilização acerca do patrimônio material e imaterial, baseado principalmente nas premissas de Horta (2003) e Funari (2007).

Além disso, cabe salientar que para o público em idade escolar e para os profissionais do empreendimento, serão ministradas oficinas condizentes com sua faixa etária, como indicado nos modelos abaixo:

➤ MODELO I:

OFICINA 01			
CARGA HORÁRIA:	100 min. (2h/a)	PÚBLICO ALVO:	Alunos entre 6 a 14 anos e seus professores.
Nº PARTICIPANTES	20-30*	ENCONTROS	01
OBJETIVO:	Explanar sobre suas principais referências culturais.		
CONTEÚDO:	Arqueologia; História Regional; Patrimônio Cultural		
METODOLOGIA:	Primeiro será realizada aula expositiva sobre arqueologia e história, bem como o patrimônio cultural. Em seguida, os participantes criarão história em quadrinhos ou desenhos (a depender da idade) sobre os temas abordados.		
RECURSOS:	Notebook, projetor, papel sulfite, lápis de cor, lápis de cera, régua e máquina fotográfica.		
AValiação:	Apreciação e debate a partir das obras apresentadas.		

*Número sujeito a alterações de acordo com as realidades locais.

➤ MODELO II:

OFICINA 02			
CARGA HORÁRIA:	100 min. (2h/a)	PÚBLICO ALVO:	Alunos entre 6 a 16 anos e seus professores
Nº PARTICIPANTES	20*	ENCONTROS	01
OBJETIVO:	Apresentar aos alunos como são produzidos artefatos de cerâmica.		
CONTEÚDO:	Produção Cerâmica; arqueologia.		
METODOLOGIA:	Inicialmente demonstrar como é a técnica do acordelado e as diferentes estéticas indígenas, que são mais comuns na região, para que deste modo os alunos possam confeccionar vasos com essa matéria prima. O propósito da oficina é concretizar os conteúdos sobre diversidade indígena por meio da materialidade e, assim aproximá-los do saber a partir da compreensão do modo de fazer.		
RECURSOS:	Argila, papel sulfite e tinta guache.		
AVALIAÇÃO:	Será realizada através dos vasos produzidos pelos alunos.		

*Número sujeito a alterações de acordo com as realidades locais.

➤ MODELO III:

PALESTRA			
CARGA HORÁRIA:	60 min. (1h/a)	PÚBLICO ALVO:	Trabalhadores do empreendimento, Comunidade local e Gestores de órgãos públicos.
Nº PARTICIPANTES	20*	ENCONTROS	01
OBJETIVO:	Apresentar aos funcionários o trabalho do arqueólogo.		
CONTEÚDO:	Arqueologia e Legislação		

<p>METODOLOGIA:</p>	<p>Apresentar aos trabalhadores e a comunidade local o papel do arqueólogo, sua área de atuação, a legislação vigente, a história dos municípios de envolvidos, bem como a memória local.</p>
<p>RECURSOS:</p>	<p>Notebook, projetor, máquina fotográfica, banners e folders.</p>

*Número sujeito a alterações de acordo com as realidades locais.

10.6 Mecanismos de Avaliação

As avaliações do Programa de Educação Patrimonial, com base nos objetivos estabelecidos e nos possíveis desdobramentos, ocorrerão no decorrer de todas as atividades, através do envolvimento dos participantes e de conversas informais. Além disso, ao final de cada uma das ações propostas, o material produzido pelos participantes será apreciado.

Para a avaliação será utilizada a pedagogia de projetos e o Construtivismo, que permite ao aluno “aprender-fazendo”, dando a oportunidade de o mesmo perceber-se como autor que produz, com o auxílio de um mediador para intermediar os conhecimentos prévios e os adquiridos durante as atividades.

Outra forma de mensurar o entendimento dos conteúdos trabalhados pelo público será realizada uma avaliação qualitativa, para avaliar a assimilação por amostragem, dos conceitos transmitidos.

10.7 Descrição da Equipe Multidisciplinar Responsável

A equipe de Educação Patrimonial contará com pessoal qualificado e multidisciplinar, com experiência em arqueologia, como pode ser observado nos currículos em anexo. A equipe é composta por profissionais licenciados com experiência no ensino de jovens e adultos, dentre eles: Sergio Bruno dos Reis Almeida, licenciado em História; e Indira Chaves Batista, licenciada em História. Além de envolver os profissionais da área de educação das escolas selecionadas a participar do Programa de Educação Patrimonial.

11. PROPOSTA DE SOCIABILIZAÇÃO

Além da possibilidade de divulgação da pesquisa em congressos e simpósios, nesse projeto busca-se o que Marshall (2002) denominou de Arqueologia Comunitária, ou seja, formar entre membros das comunidades os gestores desse patrimônio, ao mesmo tempo em que permite a identificação do patrimônio arqueológico como herança social e cultural dessas comunidades. Para tanto, deverá ser elaborado material de divulgação utilizando-se de imagens geradas no desenvolvimento do trabalho de campo em banners e folders que serão distribuídos para comunidades próximas ao empreendimento.

12. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O projeto está previsto para ser executado em 12 meses a partir da publicação da portaria de autorização do IPHAN conforme o seguinte quadro:

Tabela 6 - Cronograma de execução

Atividade	Período em meses											
	2		4		6		8		10		12	
Levantamento bibliográfico	█	█										
Preparativos de campo/ Mobilização			█	█								
Levantamento de Campo					█	█	█	█				
Atividades educativas					█	█	█	█				
Laboratório									█	█	█	
Relatório Final											█	█

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M. C. CASAS SUBTERRÂNEAS: A ARQUEOLOGIA NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL. Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE Livros e Capítulos de Livros – MAE, 2014.

ANP. SUMÁRIO EXECUTIVO EXTERNO DO CAMPO DE QUERERÁ. ANP, 2007. Disponível em www.anp.gov.br/SITE/acao/download/?id=901

ARAUJO, A. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. Revista de Arqueologia, 20: 09-38, 2007.

AVILLA, M. C. P. Os Carijós na Historiografia e nos Livros Didáticos de História de Santa Catarina, 2010. Monografia. Universidade Do Extremo Sul Catarinense - Unesc Curso De História.

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

BENTIVOGLIO, J. Os índios Botocudos no Espírito Santo e o estudo de Paul Ehrenreich. Arquivo Público do Espírito Santo. Vitória, 2014.

BJÖNSTAD, M. The ICOMOS – International Committee n Archaeological Heritages Management (ICAHM). In: Henry Cleere (org.) Archaeological Heritage Management in the Modern World. London,1990.

BRIGHENTI, C. A. Povos indígenas em Santa Catarina. In: Nötzold, A. L. V.; Rosa, H. A.; Bringmann, S. F. (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 37-65.

BROCHADO, J. P., (1973). Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. Relaciones, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropologia, t.7, Nueva Serie, p.7-39.

COMERLATO, Fabiana. REVISTA OHUN – Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA Ano 2, nº 2, outubro 2005 ISSN: 18075479.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

DADALTO, Maria Cristina, Índios Botocudos, um outro olhar. In: EHRENREICH, Paul. 1855-1919. Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX / Paul Ehrenreich; tradução de Sara Baldus; organização e notas por Julio Bentivoglio. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

DELFORGE, Alexandre H. Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil. Revista Espinhaço, n. 2, v.2. pp. 20-35, 2013.

EDUCAÇÃO Patrimonial. O que é Educação Patrimonial. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/pgm1.htm>.

EHRENREICH, Paul. 1855-1919. Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX / Paul Ehrenreich; tradução de Sara Baldus; organização e notas por Julio Bentivoglio. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FERDIÈRE, A. Les Prospections au Sol. In: M. DABAS et al. La prospection. Paris, Ed. Errance, 1998.

FERNANDES, Tatiana Costa. Vamos Criar um Sentimento? Um Olhar Sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado. MAE. USP. São Paulo. 2007.

FINDLAY, E. Considerações acerca da distribuição de terras na região da Baía da Babitonga. Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.20, p.141-161, 2012. Disponível em: http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2020%20vers%20fin/f20%20artigos%20consider%20baia%20babitonga_eleide%20findlay.pdf.

FINDLAY, E. Colonizadores, lavradores e colonos na formação da pequena propriedade no nordeste catarinense. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – RN, 22-26. Jul/2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371243617_ARQUIVO_Colonizadores,lavradoresecolonosnaformacao.pdf, acesso: 10 de Maio de 2019.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia e Patrimônio. Habilis editora. Erechim-RS. 2007.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003. 125p. ISBN 85-7244251-0.

HORTA, Maria de Lourdes, GRUMBERT, Evelina & MONTEIRO, Adriane GiaBárico. 1999. Guia Básico da Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN.

IBGE. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf, acesso em 08 de maio de 2019.

INIZAN, M.-L.; REDURON, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. – Préhistoire de la Pierre Taillée. 4. Technologie de lapierretaillée. Antibes: Cercle de Recherches et d'ÉtudesPréhistoriques. 1995
INMET – Normais climatológicas – 1960-1990.

IPHAN Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental – Meio Ambiente Sócio Econômico em seus Aspectos Relacionados à Proteção dos Bens de Interesse Cultural. Belo Horizonte, 2012

JOCHEM, Toni. Visibilidade Étnica dos Imigrantes do Hunsrück em Santa Catarina – Brasil (1829-1889). Palestra. IXº CAAL – Encontro das Comunidades de Fala Alemã da América Latina, Frutillar, Chile, Nov/2011.

NAMEM, Alejandro Machado. Índios Botocudo; Uma reconstituição histórica do contacto. Dissertação de Mestrado. Florianópolis - PPGAS/UFSC,1991. 103p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75798/84408.pdf>, acesso em 12 de Maio de 2019.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. Pré-História da Região Centro-Oeste do Brasil. Revista Eletrônica Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología. Goiânia, 2000.

PAULA, José Maria de. Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catharina organizada pelo serviço de protecção aos selvícolas sob a inspecção do Dr. José Maria de Paula. *Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas* vol. I, p. 61-84. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Congresso realizado no Rio de Janeiro, de 20 a 30 de agosto de 1922.

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. EdUnB, Brasília.1992.

RATH, C. Notícia etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil bem como seu interior antes do dilúvio universal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 24: 287-292, 1874.

SCHIMITZ, Ignácio. *Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica*, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina. ISSN 2178-0811

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. Os Carijós do Litoral Meridional do Brasil; Um Espelho para os Arqueólogos olharem os Sítios Arqueológicos. *Pesquisas, Antropologia* Nº 73: 251-268. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2017. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia>, acesso em 10 de Maio de 2019.

SCHMITZ, P. I.; GAZZANEO, M. O que comia o Guarani pré-colonial. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, n. 6, p. 89-105, 1991.

ROGGE, J.H.; BEBER, M. V. Arqueologia das estruturas subterrâneas do sul do Brasil. *Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica*, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/download/1131/1096>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

SCHMITZ, Pedro I. e BARBOSA, Altair S. Horticultores Pré-históricos do Estado de Goiás. São Leopoldo: IAP/UNISINOS, 1985.

SILVA, M. M. e DELGADO, A. F. Educação Patrimonial e Ensino de História na Cidade de Goiás: Olhares Convergentes Sobre Práticas de Memória na Escolarização Básica. *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História* 18, 19 e 20 de abril de 2011–Florianópolis/SC.

SYMANSKI, L.C. Bebidas, panacéias, garrafas e copos: a amostra de vidros do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de Arqueologia*, vol.11, 1998.

TOCCHETO, F. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Tese de doutorado, PUC-RS, 2004.

TORKARSKI, Conheça a história do município de Canoinhas, 2014. Fernando. Disponível na Internet: <http://www.pmc.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem>, acessado em 08 de Maio de 2019.

TRIGGER, B.A History of Archaeological Thought. Cambridge University Press, 2002.

SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Crescimento pró-pobre no nordeste do Brasil: uma análise dos períodos (1991-2000 e 2000-2010). *Estud. Econ.* vol.44 no.3 São Paulo July/Sept. 2014 *Estud. Bauermann & Behling Econ.* vol.44 no.3 São Paulo July/Sept. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=ci_arttext&pid=S0101-41612014000300003

PARELLADA SIRQUEIRA, Fabiane J. S. DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DA BAHIA: uma análise a partir das microrregiões. Disponível em <http://www.uesc.br/eventos/vsemeconomista/anais/gt1-6.pdf> .. Acesso em dez. 2016.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de prospecção, resgate e monitoramento arqueológico. Terreno sito a Rua Butantã, 215. Sítio arqueológico Pinheiros 2. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2012.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. Arqueologia, Curitiba, v. 5, p. 117-130, 1986.